



Relatório de Gestão

Exercício 2022

Ministério da Agricultura e Pecuária

Relatório de Gestão

Exercício 2022

Ministério da Agricultura e Pecuária

Índice de Figuras

Identificação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em relação às suas entidades vinculadas.	9
Organograma da Estrutura Organizacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, incluindo a estrutura de governança (Comitê Interno de Governança - Cigov/MAPA)	11
Diagrama da Cadeia de Valor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	12
Leitura da Cadeia de Valor	13
Modelo de negócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	14
Programas do Plano Plurianual 2020-2023 com atuação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em 2022.	15
Planos Setoriais e Políticas Nacionais com atuação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e sua vinculação com o PPA.	16
Frentes de atuação da Gestão de Riscos no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	19
Descrição das frentes de atuação da Gestão de Riscos no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	20
Componentes da Gestão Estratégica Organizacional.	24
Mapa Estratégico do MAPA 2020-2031.	25
Eixos da Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil – EFD 2020-2031.	26
Programas do PPA 2020-2023 sob gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	26
Conta oficial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	47
Programa Cadastro Ambiental Rural	70
Resultados da Corregedoria do MAPA	94
Multas aplicadas em 2022 (Lei nº 12.846/13)	94

Índice de Gráficos

Gráfico - Quantidade de acessos ao Qlik Sense nos últimos 6 meses	93
Gráfico - Dotação Orçamentária Atualizada por Grupo de Natureza da Despesa (GND)	96

Índice de Quadros

Identificação detalhada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	10
Missão, Visão de futuro e Valores	10
Principais normas regulamentadoras da atuação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e outros documentos relacionados	10
Receitas e Despesas (Valores em Milhões de R\$)	99
Principais Grupos de Contas do Balanço Patrimonial(Valores em Milhões de R\$)	100
Patrimônio FUNCAFÉ(Valores em Milhões de R\$)	100
Detalhamento por Grupo de Contas	100

Índice de Tabelas

Plano Setorial de Gestão de Riscos 2022	21
Evolução do estoque/patrimônio dos instrumentos privados de financiamento do agronegócio.	78
Arrecadação das Receitas Próprias e Vinculadas	97
Execução Orçamentária por Grupos de Natureza da Despesa - GND	97
Execução Orçamentária e Financeira por Função de Governo	97
Execução Orçamentária e Financeira por Função de Governo	97
Execução Orçamentária e Financeira por Elemento de Despesa do Grupo de Natureza de Despesa (GND) 3 - Outras Despesas Correntes	98
Execução Orçamentária e Financeira por Elemento de Despesa do Grupo de Natureza de Despesa (GND) 4 - Investimentos	98
Execução Orçamentária por Elemento de Despesa do Grupo de Natureza de Despesa (GND) 5 - Inversões Financeiras	98
Execução Orçamentária e Financeira - Total	98
Execução Orçamentária por Programa de Governo	98
Execução Orçamentária por Ação de Governo	99

Sumário

1. MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE

2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Temas do Relatório de Gestão

Identificação do MAPA, Estrutura Organizacional e de Governança

Organograma da Estrutura Organizacional

Cadeia de Valor

Modelo de Negócio

Plano Plurianual

Planos Setoriais, Políticas Nacionais e Sua Vinculação com o PPA

Contratos de Gestão

Relação com o Ambiente Externo

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

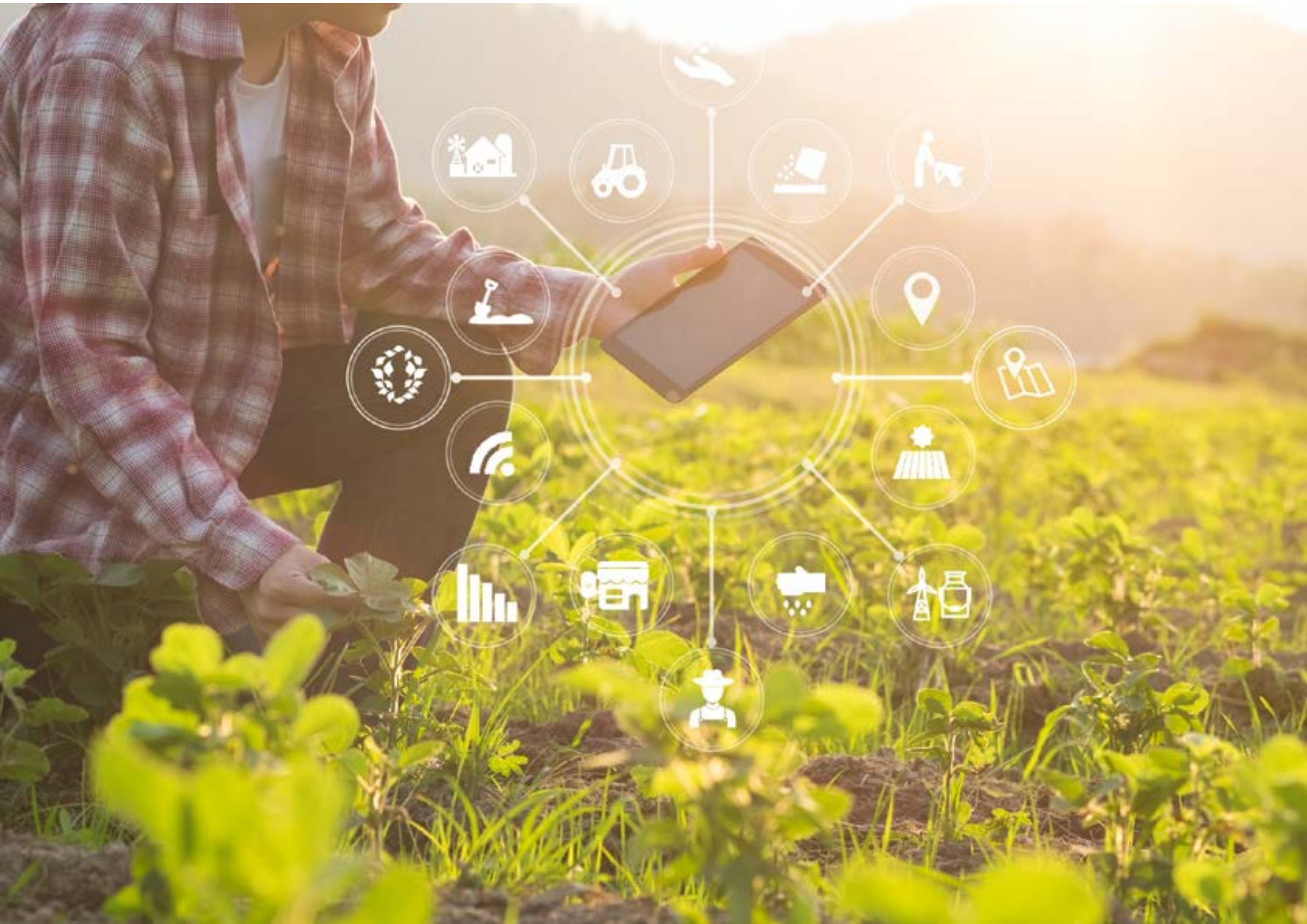
Capacitação e Comunicação

Modelos e Ferramentas

Apoio Técnico

Desafios e Perspectivas

7	4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO	22
9	Visão de Futuro e Estratégia de Atuação	23
9	Aderência do Plano Estratégico a Outros Planos do Governo	25
9	Objetivos Estratégicos, Indicadores, Responsáveis, Metas e Resultados em 2022	27
9	Iniciativas Estratégicas, Responsáveis, Metas e Resultados em 2022	55
11	Demais Resultados das Principais Áreas de Atuação do MAPA em 2022	75
12	Aquicultura e Pesca	76
14	Sistema Florestal Brasileiro	79
15	Agricultura Familiar e Cooperativismo	80
16	Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo	84
17	Defesa Agropecuária	88
17	Corregedoria	93
19	Assessoria Especial de Controle Interno - AECI	95
20	5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	96
20	Gestão Orçamentária e Financeira	96
21	Contabilidade	99
21		



1. MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE

O agronegócio é a mola propulsora da economia brasileira. Em 2022, as exportações do agronegócio registraram US\$ 159 bilhões (+32%), valor histórico que representou 48% das exportações totais brasileiras. Isso só foi possível porque o Brasil desenvolveu ao longo dos últimos anos um modelo tropicalizado de agricultura, o que permitiu o aumento da produção de grãos em 425% em 40 anos, em uma área agrícola que aumentou pouco mais de 40%.

Esse crescimento somente foi possível devido ao aumento da produtividade, por meio de investimentos em pesquisas e implementação de novas tecnologias como o uso de sensores, drones, software de gestão, biotecnologia e agricultura de precisão. Essas tecnologias facilitam a execução de tarefas, contribuindo para aumento da produtividade,

qualidade e eficiência, além de reduzir significativamente o consumo de recursos naturais, como água, energia e combustíveis fósseis.

Com relação à abertura de novos mercados, destacam-se os mercados de carne bovina e suína para o Canadá; o mercado de carne suína para o México; os mercados de amendoim sem casca, farelo de soja, polpa cítrica, proteína concentrada de soja e soro fetal bovino, além da atualização do protocolo de exportação.

O MAPA e a Embrapa participaram ativamente nos trabalhos desenvolvidos tanto nos pavilhões nacionais, quanto de organismos internacionais na 27ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP27), em novembro de 2022. Nesse evento, o Ministério teve a oportunidade para divulgar ações e soluções fomentadas no setor agropecuário brasileiro para o enfrentamento dos desafios globais relacionados à segurança energética, alimentar e climática.

O MAPA também teve participação em outros 100 fóruns internacionais (multilaterais, regionais e birregionais) de interesse das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras, contribuindo para a proposição de regras e acordos que levem em conta os interesses nacionais, auxiliando o comércio exterior dos produtos brasileiros.

Em 2022 o MAPA também ampliou a transformação digital de serviços públicos, disponibilizando 11 novos serviços por canais digitais, como por exemplo: solicitar abertura de mercado para importação de produtos de origem animal pelo Brasil; obter



autorização prévia para importação de fertilizantes inoculantes e corretivos; realizar inscrição para obter o Selo Mais Integridade; habilitar-se para comércio exterior de produtos de origem animal dentre outros. Na área de defesa agropecuária o Ministério avançou na digitalização de seus serviços, contando com 112 serviços na Plataforma Gov.BR.

No Seguro Rural, o Ministério disponibilizou R\$ 1,109 bilhão, utilizados quase em sua totalidade para o pagamento das subvenções – auxílio aos agricultores na contratação do seguro – possibilitando a contratação de 125.100 apólices para 78.574 produtores, cobrindo uma área de 7,3 milhões de hectares e garantindo uma importância segurada de R\$ 43,9 bilhões.

No âmbito da Defesa Agropecuária, destaca-se o avanço do país no reconhecimento de áreas livres de Febre Aftosa sem vacinação, na intensificação de medidas de vigilância internacional para prevenção à entrada da Peste Suína Africana e no contingenciamento da disseminação da Monilíase do Cacaueiro no território brasileiro. No que se refere à modernização e à desburocratização de serviços de defesa agropecuária, houve avanços na melhoria e eficiência dos Laboratórios Nacionais, com redução do tempo médio de liberação de carga nos portos para exportação e importação.

Destaca-se, ainda, a publicação da Lei nº 14.515, de 29 de dezembro de 2022 que dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária.

No campo da capacitação foram atendidas 51.122 beneficiários, entre famílias e empreendimentos rurais, com atividade de oferta de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, enquanto as capacitações aos produtores rurais totalizaram 33.768 atendimentos na modalidade Ensino a Distância - EaD. Já para a capacitação em Produção Integrada, foram capacitados 45.000 agentes e o Programa Mais Leite Saudável - PMLS, cerca de 38 mil produtores foram diretamente beneficiados com ações de capacitação.

Nessa mesma linha, foram atendidas 12.588 famílias das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste pelo Programa Produzir Brasil que objetiva atender agricultores familiares titulados ou em processo de titulação, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA dos projetos de assentamentos criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra. A iniciativa promove a sustentabilidade econômica e ambiental, bem como a estabilidade social dos beneficiários, visando à inserção em mercados e posterior emancipação.

Nota-se um crescimento do rendimento médio do trabalhador em relação ao ano 2021. Uma das possíveis razões para o crescimento observado na renda pode ser atribuída ao aumento da disponibilidade de crédito para agricultura familiar, que teve 51% mais

recursos no Plano Safra 2022/2023, sendo destinados R\$ 59,23 bilhões para financiamento pelo Pronaf, com juros de 0,5% a 6,0%.

A regularização fundiária, alcançou 172.374 processos de regularização, sendo 149.889 referentes a Projetos de Assentamento e 22.482 em imóveis públicos. Com relação ao Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR. 243.198.328,00 hectares de imóveis rurais tiveram a análise dos cadastros de regularização ambiental concluídos.

No campo da cessão de uso de Águas da União para fins de aquicultura, foram assinados e publicados 229 contratos de com potencial de produção de 118.783 toneladas ao ano e capacidade para gerar 1.969 empregos diretos e 7.876 empregos indiretos. Esse Projeto busca adequar as Políticas Públicas que viabilizem o desenvolvimento sustentável da aquicultura em Águas da União.

O Ministério também investiu em estudos, projetos, pesquisas, desenvolvimento e ações de inovação do setor agropecuário, foram aplicados o montante de R\$ 146 milhões. Assim, buscou-se ampliar a aplicação de recursos para a pesquisa nesse setor voltada a iniciativas de fomento à inovação como a rede de inovação de Bioinsumos, o Programa AgroHub Brasil, Agro 4.0, ecossistemas regionais de inovação e a realização de estudos e prospecção de novos modelos de negócio promotores da conectividade no campo, entre outras.

Seguindo o modelo definido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), este Relatório de Gestão garante acesso aos mais diversos projetos desenvolvidos pelo Mapa, dá transparência para que a sociedade possa acompanhar o trabalho que vem sendo desenvolvido e colabora para novas participações de produtores, consumidores e gestores na construção das políticas públicas necessárias para o desenvolvimento da nossa agropecuária.

2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA é o órgão da administração pública federal responsável pela gestão das políticas públicas de apoio à agropecuária e às questões fundiárias, pelo desenvolvimento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor, assim como sua inspeção e fiscalização. No Brasil, o setor agropecuário contempla pequenos, médios e grandes produtores rurais, abarcando também a pesca e a aquicultura e a agricultura familiar. Ele reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, como produção agropecuária, processamento, transformação e a distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final. O Ministério busca integrar sob sua gestão os aspectos mercadológico, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além da gestão da política econômica e financeira para o agronegócio. Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, a pasta visa garantir a segurança alimentar da população brasileira e estimular a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional.

Temas do Relatório de Gestão

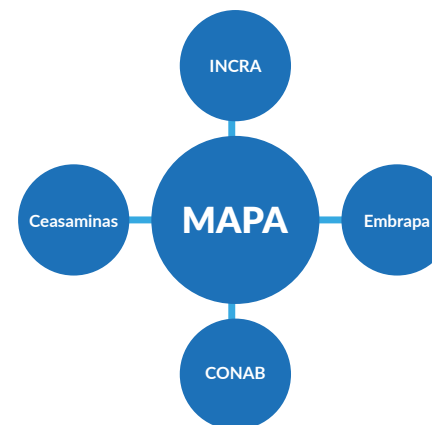
O Relatório de Gestão é a peça central da prestação de contas que os responsáveis pela gestão de recursos públicos devem realizar a cada exercício. Seu objetivo principal é oferecer uma visão clara para a sociedade sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da Unidade Prestadora de Contas - UPC, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor público em curto, médio e longo prazo, além de demonstrar e justificar os resultados alcançados em face dos objetivos

estabelecidos. Os tópicos que compõem este Relatório estão alinhados com a Decisão Normativa nº 198, de 23 de março de 2022, do Tribunal de Contas da União, a qual elenca os temas a serem abordados pela organização. Essa Decisão Normativa utiliza o modelo da Estrutura Internacional para Relato Integrado (EIRI) desenvolvido pelo Conselho Internacional para Relato Integrado (International Integrated Reporting Council – IIRC), que promove uma abordagem mais clara e eficiente no processo de elaboração do Relatório de Gestão. O processo de construção do Relatório de Gestão é baseado ainda nas normas complementares para a prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, nos termos do inciso I do art. 2º; § 1º do art. 5º; inciso III e § 3º do art. 8º; § 3º do art. 9º; e art. 14 da Instrução Normativa nº 84, de 22 de abril de 2020, do Tribunal de Contas da União.

Identificação do MAPA, Estrutura Organizacional e de Governança

No ano de 2022 o Ministério contava com 7 Secretarias Singulares, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e 27 Superintendências Federais de Agricultura nos estados, que, ao todo, abrigam cerca de 7.562 (sete mil, quinhentos e sessenta e dois) servidores espalhados por todo o Brasil. Como entidades vinculadas à sua estrutura, também fazem parte do Ministério as empresas públicas Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a autarquia Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e os entes vinculados, organizados sob a forma de sociedade de economia mista, as Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A (CEASAMINAS).

Figura - Identificação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em relação às suas entidades vinculadas.



O quadro a seguir traz a identificação detalhada da UPC, incluindo, ainda, os contatos do Ministério.

Quadro - Identificação detalhada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Poder: Executivo		Órgão de Vinculação: Presidência da República	Código SIORG: 00026
Identificação de Unidade Jurisdicionada (UJ)			
Natureza Jurídica: Administração Direta		CNPJ: 00.396.895/0001-25	
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 8411-6	
Código SIORG: 000014	Código LOA: 22000	Código SIAFI: 22000	
Contatos			
Telefones/Fax: 61 3218-2000		Endereço eletrônico: ouvidoria@agro.gov.br	
Endereço postal: Esplanada dos Ministérios - Bloco D - CEP - 70.043.900		https:// https://www.gov.br/agricultura/pt-br	

Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o Plano Estratégico do MAPA apresenta, de forma sintética, a Missão, a Visão de futuro e os Valores do Ministério, conforme o quadro abaixo:

Quadro - Missão, Visão de futuro e Valores

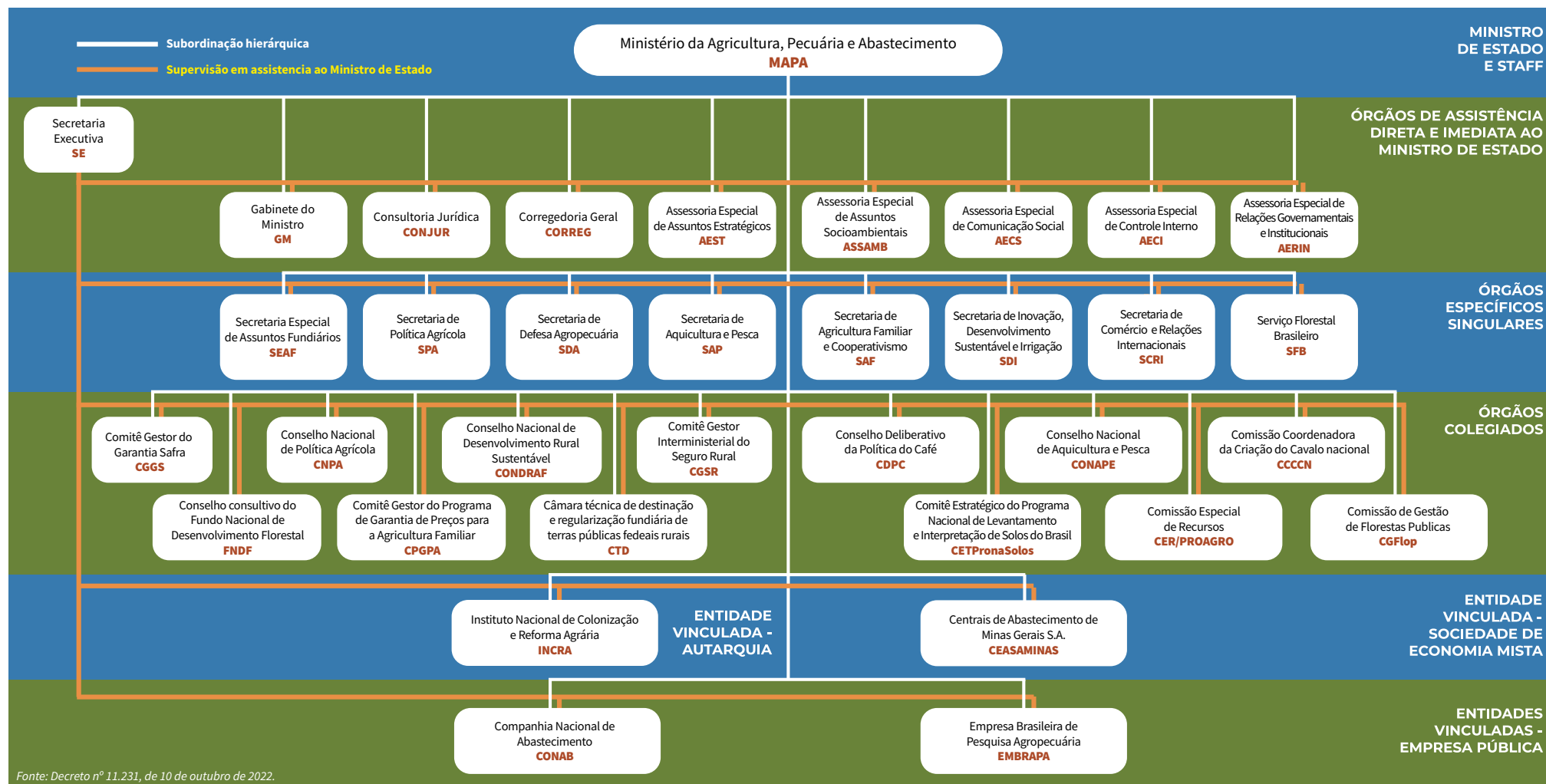
Missão	Visão de Futuro	Valores
Promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias, em benefício da sociedade brasileira.	Ser reconhecido pela inovação, agilidade e qualidade na implementação de políticas públicas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias.	Comprometimento Ética Transparência Excelência Responsabilidade Foco no Público-Alvo Proatividade Integração

Quadro - Principais normas regulamentadoras da atuação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e outros documentos relacionados

Norma	Assunto	Endereço para Acesso
Constituição Federal, arts. 21, 22, 23, 24 e 87	Competências da União; Escolhas do Ministro de Estado e atribuições	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#art87
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019	Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios;	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13844.htm
DECRETO Nº 11.231, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.231-de-10-de-outubro-de-2022-435208531
Decreto-Lei Nº 200, de 25 de fevereiro de 1967	Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Texto compilado	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm
DECRETO Nº 10.827, DE 30 DE SETEMBRO DE 2021	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura e Pecuária e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança e altera o Decreto nº 3.035, de 27 de abril de 1999 e o Decreto nº 6.010, de 3 de janeiro de 2007.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10827.htm#art11

Organograma da Estrutura Organizacional

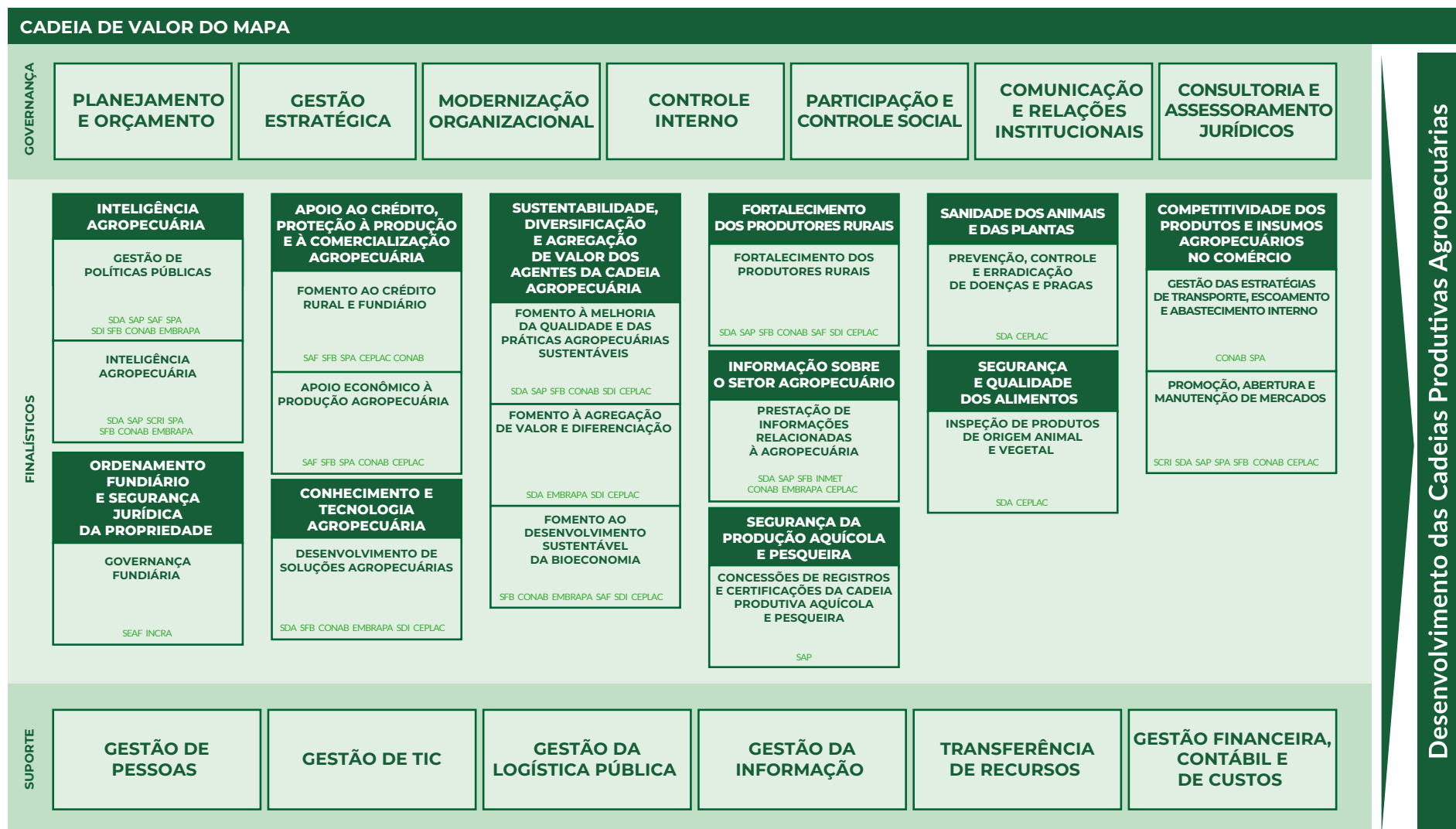
Figura - Organograma da Estrutura Organizacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, incluindo a estrutura de governança



Cadeia de Valor

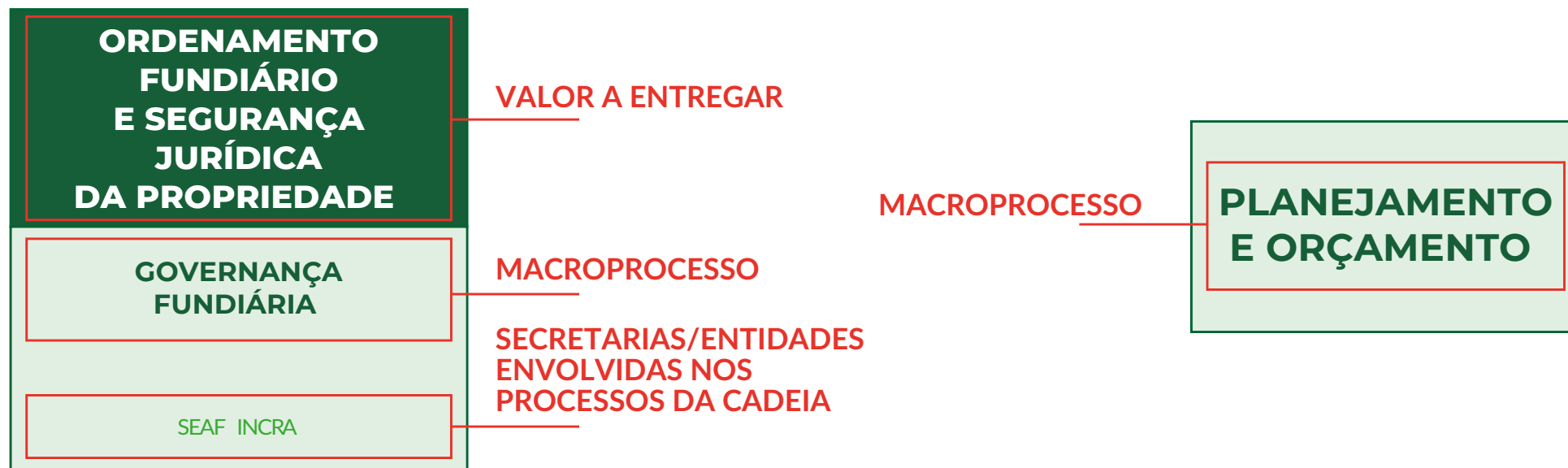
A Cadeia de Valor é uma representação gráfica de como um órgão se organiza, a partir de seu conjunto de processos, para gerar valor. No caso do MAPA, esse valor público está relacionado ao impacto social, econômico e político das ações, serviços e produtos desenvolvidos pelo próprio Ministério.

Figura - Diagrama da Cadeia de Valor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.



*Agropecuária é aqui entendida como abrangendo atividades relacionadas à agricultura e pecuária e atividades florestais, aquícolas, pesqueiras, extrativistas, seus beneficiamentos e assuntos fundiários.

Figura - Leitura da Cadeia de Valor



LEGENDA DE SIGLAS APRESENTADAS NA CADEIA DE VALOR

SPA - Secretaria de Política Agrícola

SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária

SAP - Secretaria de Aquicultura e Pesca

SAF - Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo

SDI - Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação

SCRI - Secretaria de Comércio e Relações Internacionais

SEAF - Secretaria Especial de Assuntos Fundiários

SFB - Serviço Florestal Brasileiro

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

SFA - Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

INMET - Instituto Nacional de Meteorologia

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

GLOSSÁRIO

CADEIA DE VALOR: é a decomposição da organização em conjuntos de atividades de relevância estratégica, representadas por meio de macroprocessos e processos de negócio.

VALOR A ENTREGAR: indica as oportunidades a perseguir e os problemas que a organização visa resolver para seus clientes.

MACROPROCESSO: é o meio pelo qual a organização reúne os grandes conjuntos de processos que geram valor.

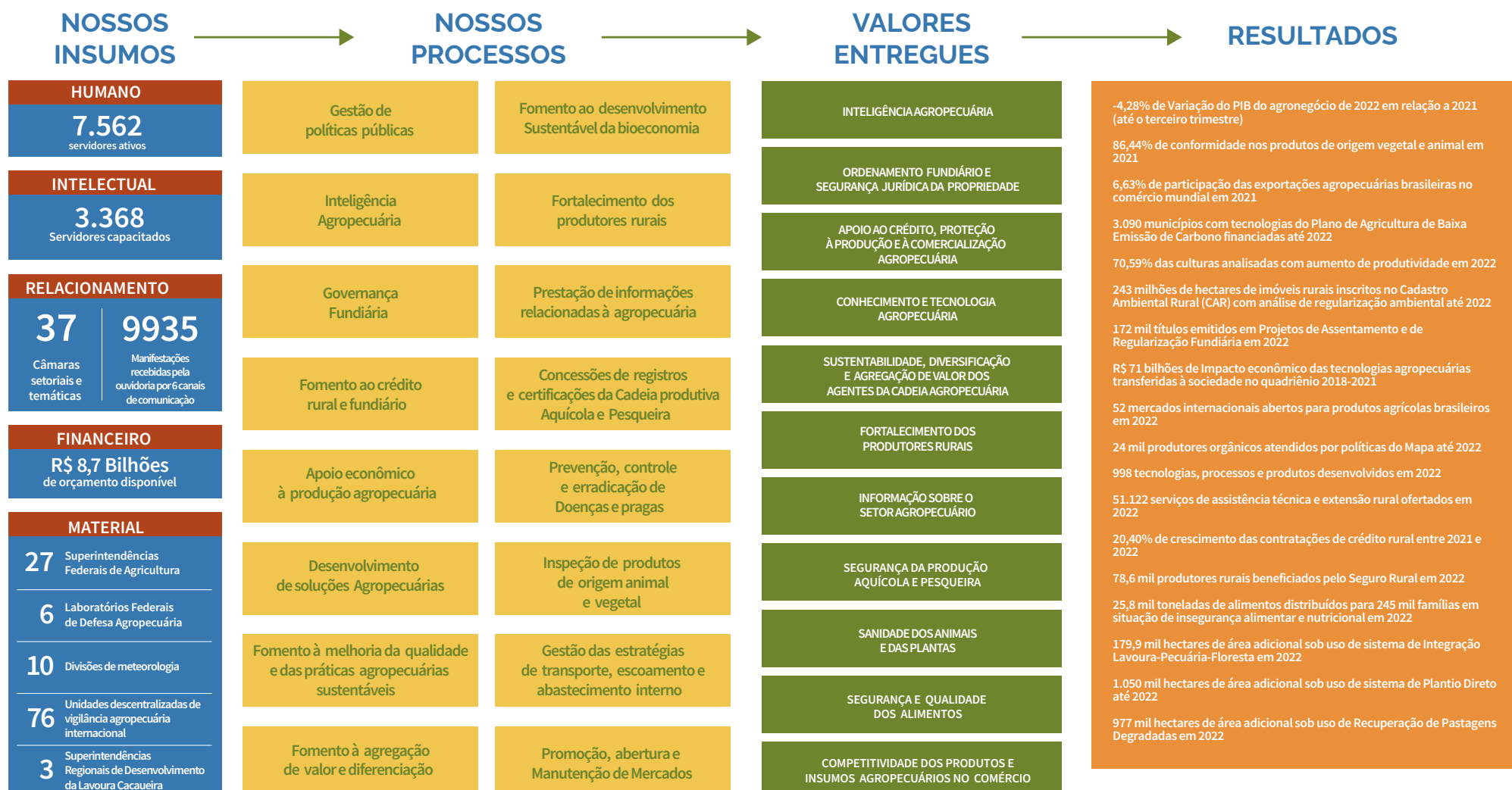
PROCESSO: é a representação das atividades sequenciais que agregam valor qualitativo, transformando-as em resultados para os clientes.

Modelo de Negócio

O modelo de negócio é o sistema de transformação de insumos (capitais ou recursos) em

produtos e impactos por meio das atividades do MAPA, a fim de cumprir seus objetivos estratégicos e gerar valor ao longo do tempo.

Figura - Modelo de negócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



Plano Plurianual

O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento governamental de médio prazo, sendo previsto pela Constituição Federal de 1988. De acordo com o art. 165, § 1º, a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para os próximos quatro anos.



DEFESA AGROPECUÁRIA

Objetivo: Promover a sanidade da produção agropecuária, a idoneidade e inocuidade de seus insumos e produtos.

Meta: Manter em 81,0% o nível de conformidade dos produtos de origem animal e vegetal.



GOVERNANÇA FUNDIÁRIA

Objetivo: Promover a regularização da ocupação e do domínio da terra

Meta: Elevar de 0,00% para 19,50% o Índice de Regularização Fundiária até 2023.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL E URBANO

Objetivo: Estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, em múltiplas escalas.

Meta: Concluir 1.828 empreendimentos no âmbito do desenvolvimento regional e urbano.

COOPERAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Objetivo: Realizar ações de cooperação com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.

Meta: Atingir 70,29% de realização das ações de cooperação com o desenvolvimento nacional.

O PPA é estruturado em Programas e cada um deles possui objetivo, meta e resultados intermediários, que, no seu conjunto, refletem políticas públicas e orientam a atuação governamental. O quadro a seguir indica os Programas do PPA 2020-2023 em que o Ministério atuou em 2022.

Figura - Programas do Plano Plurianual 2020-2023 com atuação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em 2022.



AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL

Objetivo: Promover o desenvolvimento da agropecuária sustentável, da pesca artesanal e da aquicultura familiar.

Meta: Elevar de 29,5% para 59% o Índice de Sustentabilidade da Agropecuária.



PESQUISA E INOVAÇÃO AGROPECUÁRIA

Objetivo: Prover conhecimentos e tecnologias adequadas para a adoção de soluções para o setor agropecuário, fomentando a competitividade, a rentabilidade da produção, a segurança alimentar e nutricional, e o desenvolvimento da agropecuária.

Meta: Incrementar em 15%, em termos reais, o impacto econômico das soluções tecnológicas agropecuárias transferidas à sociedade, em relação ao valor referente a 2018.

CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS

Objetivo: Fortalecer a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios do uso da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, de forma a combater e reverter as suas perdas e a redução dos serviços ecossistêmicos, por meio de políticas públicas integradoras.

Meta: Estratégias e instrumentos de gestão desenvolvidos para conservação, monitoramento, recuperação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade.

LEGENDA

■ Programas sob responsabilidade do MAPA

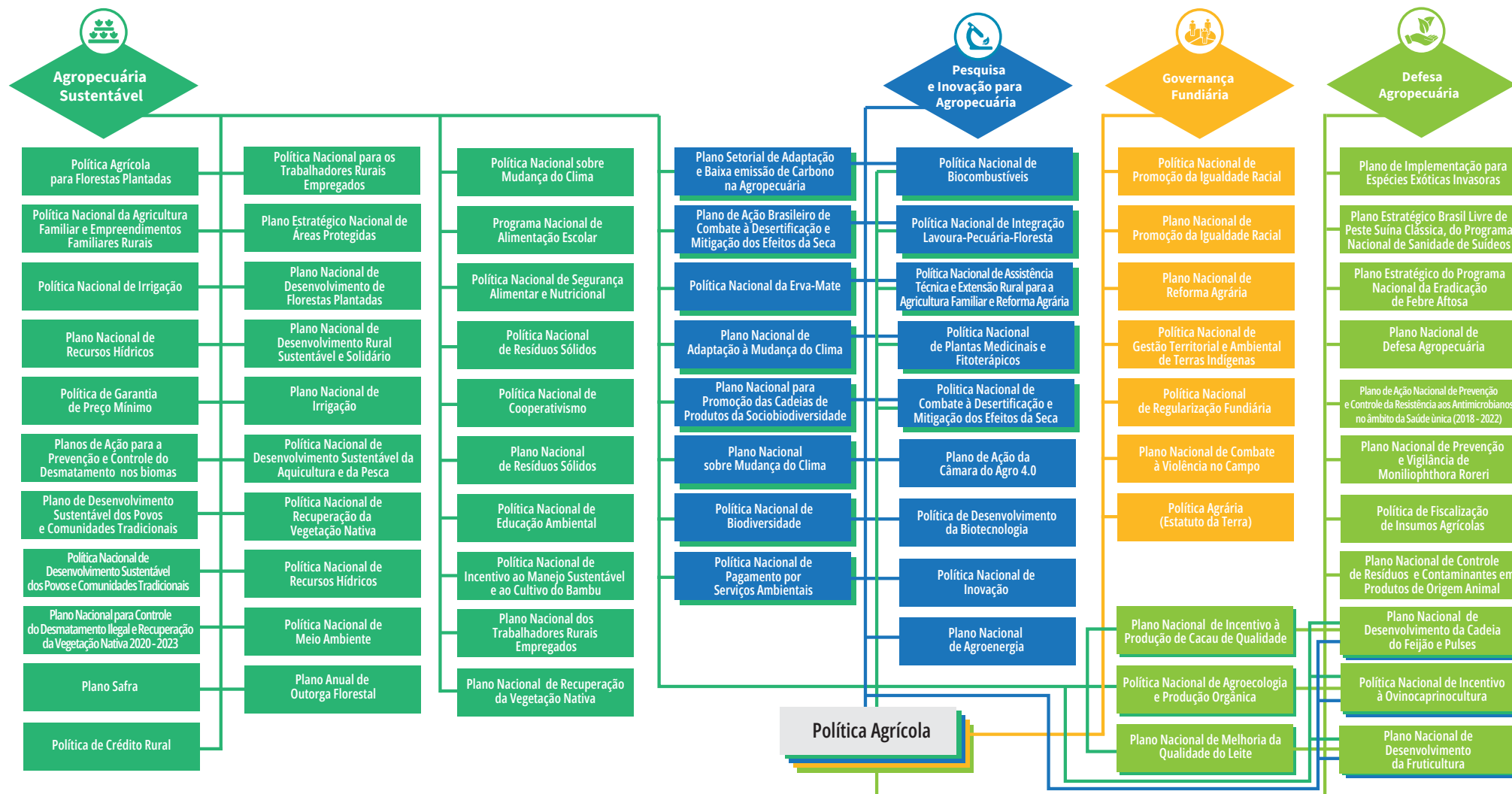
■ Programas sob responsabilidade de outros Ministérios

Planos Setoriais, Políticas Nacionais e Sua Vinculação com o PPA

Além do Plano Plurianual (PPA), a Constituição postulou a importância de outros instrumentos de planejamento governamental observarem alinhamento com o Plano Plurianual. Assim, o PPA deve estar em sintonia também com os planos e programas nacionais, regionais e setoriais. Estes instrumentos têm como objetivo garantir que as especificidades próprias de cada setor sejam observadas e atendidas pelas políticas

públicas, em consonância com o PPA e com as diretrizes das políticas nacionais afins. A figura a seguir indica os principais planos setoriais e políticas nacionais com atuação do Ministério e sua vinculação temática aos Programas do PPA 2020-2023. Outras políticas públicas relacionadas à área de atuação do MAPA podem ser encontradas no Catálogo de Políticas Públicas, lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

Figura - Planos Setoriais e Políticas Nacionais com atuação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e sua vinculação com o PPA.





Contratos de Gestão

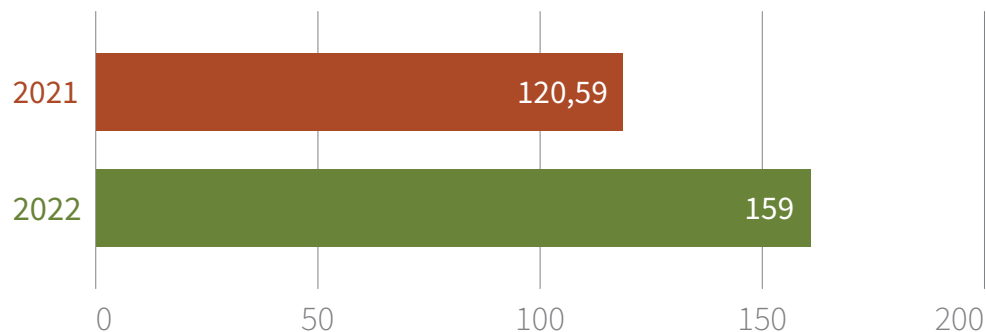
O Contrato de Gestão celebrado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) tem como objetivo promover, estimular, coordenar e implementar políticas públicas, programas e ações de assistência técnica e extensão rural. Em 2022, os Programas Integrados entre o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural - DATER/SAF e a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER atenderam a 49.334 famílias beneficiárias com atividade de ATER, enquanto as capacitações aos produtores rurais totalizaram 28.307 atendimentos de ATER na modalidade Ensino à Distância (EaD) realizado em parceria celebrada com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR e a ANATER.

Os mecanismos de monitoramento e avaliação da gestão da ANATER foram aprimorados em 2021 para atender às boas práticas de gestão empresarial, com a instituição do Comitê de Monitoramento e Avaliação do Contrato de Gestão da ANATER - COATER, estabelecendo procedimentos e normas e fortalecendo ainda mais a governança, a transparência e a confiança nos serviços prestados. Em 27 de dezembro de 2019, foi celebrado, entre MAPA e SFB, o Contrato de Gestão e de Desempenho, com vigência de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2023, cujo objeto é assegurar ao Serviço Florestal Brasileiro autonomia administrativa e financeira, no grau conveniente ao exercício de suas atribuições, para contribuir para a execução das políticas nacionais de gestão de florestas públicas. Essa autonomia relativa permite que o SFB celebre contratos diretamente, tanto da área administrativa quanto da área finalística, particularmente no que se refere às concessões florestais. Estas, por sua vez, geram benefícios sociais (como geração de emprego e renda e investimento direto às comunidades locais), ambientais (uso sustentável das florestas e conservação e preservação) e econômicos (geração de recursos públicos e organização da atividade madeireira). Para tanto, o SFB possui uma área administrativa própria, com setores de contratos e licitações, logística, planejamento, orçamento e finanças.

Relação com o Ambiente Externo

Em 2022, as exportações do agronegócio registraram US\$ 159 bilhões (+32%), valor histórico. O agronegócio representou 48% das exportações totais brasileiras, elevando sua participação sobre o total que foi de 43% em 2021. O crescimento das exportações do agronegócio ocorreu em função do aumento do índice de preços dos produtos (+22%) e do crescimento do volume exportado (+8%).

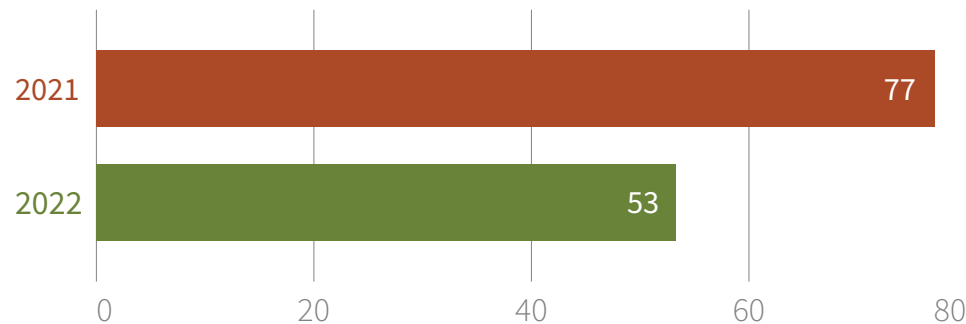
Exportações do agronegócio



Os principais setores foram: complexo soja (US\$ 61 bilhões e 38% do total); carnes (US\$ 26 bilhões e 16% do total); produtos florestais (US\$ 16 bilhões e 10% do total); cereais, farinhas e preparações (US\$ 14 bilhões e 9% do total); complexo sucroalcooleiro (US\$ 13 bilhões e 8% do total); e café (US\$ 9 bilhões e 6% do total). Em conjunto, estes setores foram responsáveis por 87% das vendas externas de produtos do agronegócio.

Em 2022, foram conquistadas 53 aberturas de mercado para produtos agropecuários brasileiros. A distribuição das aberturas de mercado por região ocorreu da seguinte forma: África (5), Américas (24) e Ásia (24). No último ano, destacam-se as aberturas dos mercados de carne bovina e suína para o Canadá; do mercado de carne suína para o México; dos mercados de amendoim sem casca, farelo de soja, polpa cítrica, proteína concentrada de soja e soro fetal bovino, além da atualização do protocolo de exportação de milho para a China, possibilitando o retorno às exportações; do mercado de bananas para o Egito; e do mercado de lima ácida para o Chile.

Mercados abertos



Além das aberturas de mercados externos, o MAPA manteve participação ativa e continuou negociando acordos comerciais interessantes relevantes para o incremento das exportações do agronegócio brasileiro.

Na pauta intrarregional, foram discutidas possíveis ampliações e aprofundamentos nos Acordos de Complementação Econômica (ACE) do Mercosul com o Chile, Equador e Colômbia. Ademais, o Mercosul está negociando os termos de referência, que estabelece as linhas de negociação, para iniciar negociações de acordos comerciais com El Salvador e a República Dominicana.

Na agenda extrarregional, o Acordo Mercosul – União Europeia, Mercosul – EFTA e Mercosul – Singapura já foram negociados, com a existência de algumas pendências, e estão em fase de revisão legal e jurídica. Estão em andamento as negociações entre Mercosul – Canadá, Mercosul – Coreia do Sul e Mercosul – Israel, países que são importantes players no mercado internacional e grandes importadores agrícolas.

Além disso, foi concluído o termo de referência com a Indonésia, e está em discussão o mesmo documento com o Vietnã, países relevantes do sudeste asiático e mercados importantes para as exportações agrícolas brasileiras. Por fim, o Mercosul mantém diálogo para a ampliação de Acordos Comerciais já firmados, como por exemplo com o Egito e com a Índia.

Quanto à participação no capital social de outras sociedades, não se aplica ao MAPA como Administração Direta, visto que as participações societárias da administração direta são feitas diretamente pela Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Economia – ME.

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

Em 2022, a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos - PGRCI completou 5 anos de implementação no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária. Desde então, os avanços obtidos são referência de boas práticas para orientar gestores quanto às suas competências e responsabilidades em relação aos riscos que podem impactar no alcance de seus resultados e também no cumprimento da missão da instituição. Dessa forma, em 2022 ocorreram alguns avanços importantes com impactos positivos para desenvolvimento dos objetivos almejados, bem como para o atingimento dos objetivos estratégicos e dos resultados entregues à sociedade. Destaca-se a efetiva atuação do Comitê de Governança, Riscos e Controles – CGRC frente ao tema. O CGRC reuniu-se em três momentos, com periodicidade quadrimestral, no ano de 2022, de forma remota, para supervisionar e avaliar os resultados alcançados em gestão de riscos e outros temas relacionados à gestão do órgão.

Neste contexto, a Coordenação-Geral de Governança Institucional e Apoio à Gestão - CGGI, área ligada à Secretaria-Executiva, com competência para atuação no que concerne à gestão de riscos, deu continuidade às “Frentes de Atuação” em Gestão de Riscos, que representam o conjunto de atividades fundamentais de fomento de boas práticas que suportam o desenvolvimento e a promoção da cultura interna de Gestão de Riscos. Como demonstrado na figura, as Frentes de Atuação são divididas em 5 temas, quais sejam, Capacitação, Comunicação, Ferramentas, Modelos de Aplicação e Apoio Técnico. Os produtos resultantes das cinco Frentes de Atuação proporcionam aos gestores do MAPA as condições necessárias para agirem com autonomia, de forma a assumirem a condução da gestão de riscos de seus processos de trabalho e atividades mais relevantes.

Figura - Frentes de atuação da Gestão de Riscos no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.



A seguir o detalhamento do objetivo de cada Frente de Atuação e seus respectivos produtos gerados ou planejados:

Figura - Descrição das frentes de atuação da Gestão de Riscos no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

 <p>CAPACITAÇÃO</p>	<p>Ações de sensibilização e capacitação dos servidores sobre a gestão e monitoramento dos riscos em suas unidades de atuação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encontros da REDE GIRC-Mapa (Rede de Gestão, Integridade, Riscos e Controle Internos); • Curso EaD “Gestão de Riscos no Mapa”; • Tutorial do sistema Ágatha.
 <p>COMUNICAÇÃO</p>	<p>Ações que visam a promoção de uma cultura institucional de Gestão de Riscos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Campanhas de comunicação, com utilização dos canais corporativos do Mapa.
 <p>APOIO TÉCNICO</p>	<p>Ações que visam prestar orientação técnica às Unidades Administrativas no que tange à Gestão de Riscos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Plano Setorial de Gestão de Riscos; • Portfólio de Riscos da Cadeia de Valor; • Consultorias às unidades que recebem recomendações da CGU.
 <p>FERRAMENTAS DE GESTÃO DE RISCOS</p>	<p>Disponibilizar instrumentos para a implementação da gestão de riscos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistema Ágatha; • Planilhas modelos automatizadas para gestão de riscos.
 <p>MODELO DE APLICAÇÃO</p>	<p>Disponibilizar metodologias e instrumentos para a implementação da gestão de riscos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Guia de Gestão de Riscos do Mapa; • Cartilha de Gestão de Riscos.

Capacitação e Comunicação

Em relação à Frente Capacitação, o Curso “Gestão de Riscos no MAPA” no formato de ensino à distância foi o destaque, ofertando 4 (quatro) turmas, com carga horária de 40h, que capacitou um total de 300 servidores e colaboradores do Ministério.

Destacam-se ainda as palestras ministradas ao corpo funcional, como a participação na Semana do MAPA íntegro, com o tema “Gestão de Riscos como efetivo instrumento de Governança”, evento que ocorreu em abril, transmitido por meio do canal da ENAGRO no Youtube. A segunda palestra foi promovida pelo Laboratório Federal de Defesa Agropecuária do Rio Grande do Sul - LFDA/RS, com intuito de capacitar 50 servidores da rede de laboratórios federais sobre a Política de Gestão de Riscos, com ênfase na promoção de uma mentalidade preventiva na gestão dos riscos.

Ademais, as campanhas de divulgação realizadas por meio da comunicação interna constituíram-se ferramentas importantes para a sensibilização dos servidores quanto ao tema e para a promoção da cultura de gestão de riscos corporativa. Foram divulgados comunicados informativos, para que os servidores se familiarizem com os principais conceitos de gestão de riscos, entendam as etapas do processo de implementação e conheçam a estrutura de Gestão de Riscos no MAPA.

Modelos e Ferramentas

Essas duas Frentes de Atuação possuem o intuito de disponibilizar aos Gestores de Processos e demais servidores da pasta as metodologias e as ferramentas necessárias para a implementação do processo de Gestão de Riscos aos seus objetos, programas e processos de trabalho.

No ano de 2022, foi publicada, na intranet do MAPA, a “Cartilha do Plano Setorial de Gestão de Riscos”, cuja finalidade é servir como material orientativo para que os gestores do MAPA consigam planejar e executar as ações previstas para o Plano Setorial de forma orientada.

No tocante ao uso das ferramentas, houve a continuidade na utilização do Sistema de Gestão de Riscos - Sistema Ágatha, que consiste em solução de tecnologia de apoio às rotinas de gerenciamento de riscos, desenvolvido pelo Ministério da Economia. No entanto, desde maio de 2022 deixou de ser uma solução compartilhável como software público, tornando-se responsabilidade de cada órgão sua manutenção e desenvolvimento, a partir de então.

Apoio Técnico

Inicialmente, cabe informar que o objetivo da Frente de “Apoio Técnico” é desenvolver ações que visam prestar orientação técnica às Unidades Administrativas no que tange à gestão de riscos, uma vez que a PGRCI do MAPA prevê que a responsabilidade direta pela operacionalização da gestão de riscos é dos Gestores de Processos. Assim, a Coordenação-Geral de Governança Institucional e Apoio à Gestão atuou de forma complementar, auxiliando no gerenciamento de riscos da organização.

Nesse sentido, o Comitê Interno de Governança - Cigov aprovou a proposta da elaboração e execução do Plano Setorial de Gestão de Riscos, para o ciclo de 2022, o qual consiste no planejamento das ações de gestão de riscos que devem ser aplicadas anualmente pelas Secretarias Finalísticas do MAPA e pelo Serviço Florestal Brasileiro - SFB.

Consoante tabela a seguir apresentada, é possível verificar o quantitativo total de riscos levantados por cada unidade, os objetos de riscos que foram selecionados e trabalhados, além do Objetivo Estratégico relacionado, uma vez que um dos intuitos da Gestão de Riscos é justamente garantir o alcance dos objetivos da organização.

Tabela - Plano Setorial de Gestão de Riscos 2022

Und.	Objeto de Riscos	Obj. Estratégico Relacionado	Qtd. Riscos
GM - CONJUR	Gestão Processual	OE 20, OE23	5
GM - Corregedoria	Gestão de Prazos Prescricionais	OE 17	6
GM - AECI	Fluxo para apuração dos processos de denúncias sobre a ocorrência de Nepotismo	OE 17	15
SE - COGEP	Recomposição da Força de Trabalho	OE 21	14
SE - CGLI	Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Administrativos	OE 24	11
SPA	Tratamento das demandas das Câmaras Setoriais e Temáticas	OE 18	4
SDA	Fiscalização de Campos de Sementes - Etapa documental*	OE 06	17
SEAF	Aperfeiçoamento da articulação institucional com os parceiros estratégicos.	OE 05	5
SAF	Programa TERRA BRASIL - Programa Nacional de Crédito Fundiário	OE 05	5
SAF	Contrato de Gestão MAPA e ANATER	OE 13	13
SDI	Mais Leite Saudável	OE 20	6

Und.	Objeto de Riscos	Obj. Estratégico Relacionado	Qtd. Riscos
SCRI	Processo Seletivo para Candidatos ao Posto de Adido Agrícola Junto à Representações Diplomáticas Brasileiras no Exterior.	OE 17	6
SFB	Aumento de 300% na área de florestas públicas federais sob regime de concessão florestal	OE 01	8
SFA/AL	Gestão Orçamentária da SFA-AL	OE 17	11
SFA/GO	Contratação e Gestão de Prestação de Serviços Continuados Sem Mão De Obra (Sem Dedicção Exclusiva)	OE 20	21
SFA/RJ	TERRA BRASIL- Programa Nacional de Crédito Fundiário	OE 05	5

Outrossim, a Coordenação-Geral de Governança Institucional e Apoio à Gestão ofereceu ainda consultoria e assessoramento nas oficinas do projeto de “Avaliação da Implementação do Cadastro Ambiental Rural - CAR”, coordenado pelo Serviço Florestal Brasileiro - SFB em parceria com a Coordenação-Geral de Planejamento - CGPLAN. O objetivo da participação era identificar os riscos relacionados à implementação do CAR e propor o tratamento e gerenciamento dos riscos levantados.

Desafios e Perspectivas

Não obstante os avanços ocorridos no ano de 2022, ainda é necessário conquistar próximos estágios de maturidade em gestão de riscos no MAPA. Assim, um dos principais desafios é gerenciar os riscos estratégicos do Ministério, de forma a identificar diretamente os riscos e oportunidades referentes aos objetivos estratégicos da organização, além disso, lograr a integração da gestão de riscos à gestão estratégica e as demais atividades do órgão de forma mais abrangente.

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

A estrutura de governança do MAPA é um mecanismo de liderança, estratégia e controle, posto em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. A operacionalização que concentra esse conceito estrutura ritos e relações de governança, trabalhando pelo alinhamento de esforços e do processo decisório, pela convergência das estruturas de governança, acompanhamento e comunicação dos resultados institucionais, bem como disseminação de boas práticas. Nesse sentido, a sociedade norteia as relações de governança porque dela emana o poder originário.



Por isso, ela se relaciona com o MAPA tanto indiretamente, por meio da Presidência da República e das organizações privadas (de classe, não governamentais etc.), quanto diretamente, junto à alta administração, por meio da ouvidoria e outros canais de participação – dentre os quais se destacam as câmaras setoriais e temáticas. A alta administração – núcleo estratégico de gestão que se encarrega das decisões diretivas sobre programas de governo, políticas públicas e macroprojetos – é constituída pelo Ministro de Estado e pelos titulares dos órgãos e das entidades da estrutura básica do MAPA: as secretarias e equivalentes, os colegiados, e as presidências do Inbra, da Embrapa, da CONAB e da CEASAMINAS. Dada a forma federalista de Estado e da repartição constitucional de competências privativas, concorrentes e comuns, estados e municípios também se caracterizam como instâncias de governança, embora externas. No mesmo plano estão as representações diplomáticas de outros Estados nacionais e organismos internacionais com os quais o MAPA se relaciona em função de acordos internacionais. A alta administração, além de estabelecer as diretrizes da instituição, cumpre o papel de monitoramento do alcance dos objetivos estratégicos por meio de reuniões e informação documental.

O parlamento, os estados, os municípios e outras instituições dialogam diretamente com o MAPA, havendo um setor específico para esse fim: a Assessoria Especial de Relações Governamentais e Institucionais. Para o relacionamento com outros Estados nacionais, órgãos-pares e organismos internacionais, o Ministério dispõe da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI), cuja atuação ocorre em cooperação com outros órgãos federais. Fazem parte da estrutura da SCRI os adidos agrícolas, lotados em representações diplomáticas brasileiras no exterior, cujas atribuições incluem a prospecção para produtos do agronegócio brasileiro no exterior. O MAPA também exerce a supervisão daquelas entidades que têm autonomia administrativa e financeira que se lhes são vinculadas, indicando pessoas de seu quadro para comporem os conselhos de administração e fiscal e, pela celebração de contratos de gestão baseados em metas e resultados, tanto com órgãos e entidades públicos quanto paraestatais. A participação do setor produtivo se dá pelas Câmaras Setoriais e Temáticas. São foros de interlocução criados pelo MAPA para a identificação de oportunidades ao desenvolvimento das cadeias produtivas, definindo ações prioritárias de interesse para o agronegócio brasileiro e seu relacionamento com os mercados interno e externo. Este elo entre governo e setor privado resulta em um mecanismo democrático e transparente de participação da sociedade na formulação de políticas públicas. As Câmaras Setoriais – relacionadas à ideia de agrupamento de segmentos da cadeia produtiva; e Temáticas – relacionadas com serviços, temas ou áreas de conhecimento e atuação no agronegócio – têm seus princípios fundamentados em seis conceitos básicos: equidade no tratamento entre os diferentes elos das cadeias

produtivas, qualidade nos serviços, garantia da segurança alimentar, competitividade, harmonização entre os setores e paridade público e privado na sua cogestão.

Além disso, o MAPA possui, em sua estrutura, o Comitê Interno de Governança - Cigov, que foi instituído por meio da Portaria MAPA nº 202, de 17 de janeiro de 2019, e tem previsão expressa no art. 23 da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016 e na Portaria MAPA nº 70, de 2020. Assim, o Cigov é instância deliberativa e de supervisão, que tem como objetivo definir diretrizes e estratégias relativas à governança corporativa, à gestão de riscos e aos controles internos. Desse modo, como definido no art.1 da Portaria MAPA nº 517 de 2022, tem a finalidade de direcionar, monitorar e avaliar a atuação de governança e da gestão no MAPA.

O Cigov deliberou em 2022 uma importante medida em relação à melhoria dos indicadores de governança e gestão, levantados e tratados pelo TCU no Acórdão 588/2018-Plenário, instituindo por meio da portaria MAPA Nº 416, de 23 de março de 2022, a sua carta de governança ,com um conjunto das orientações e conceitos sobre o tema e elegendo os mais apropriados ao seu estágio de governança e às suas especificidades, construindo um "norte" para direcionar o cumprimento da sua missão e compromissos sociais. Os princípios configuram eixos de ação para ordenar o desenvolvimento da governança no nível e direção desejados. As diretrizes, que, por si só, podem estar vinculadas a mais de um princípio, constituem as linhas gerais e as iniciativas que cumprem os princípios formulados.

Visão de Futuro e Estratégia de Atuação

A Visão de Futuro do MAPA espelha o que a organização quer ser e como ela quer ser vista em uma data futura, especificamente em 2031. É ambiciosa, mas factível e compartilhada. Conforme consta no Plano Estratégico do MAPA 2020-2031, a Visão de Futuro do MAPA é: “Ser reconhecido pela inovação, agilidade e qualidade na implementação de políticas públicas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias”.

Nesta visão, são encontrados elementos que mostram que as ações do Ministério devem ser direcionadas para aprimorar aspectos de inovação, acelerar os processos para atendimento às demandas que recaem sobre o Ministério, manter e aprimorar a qualidade dos serviços prestados e ter sempre como foco o desenvolvimento sustentável, nas suas 3 vertentes: econômica, social e ambiental. O amadurecimento das práticas de gestão da estratégia permite a contínua melhoria da qualidade e eficiência da atuação do Ministério na geração de resultados para a sociedade alinhados ao seu Plano Estratégico,

contribuindo assim para a consecução de sua Visão de Futuro e em consonância com a sua Missão.



A fim de alcançar tal Visão de Futuro, é preciso estabelecer uma estratégia de atuação do Ministério. Essa estratégia é definida continuamente mediante o Planejamento Estratégico Corporativo, que orienta todas as ações do Ministério organizadas em quatro perspectivas: Infraestrutura e Aprendizagem; Processos Internos; Resultados para o Público-Alvo; e Resultados para a Sociedade.

Essa última - Resultados para a Sociedade - diz respeito à contribuição do Ministério para o desenvolvimento brasileiro, com base nos planos de governo e no momento econômico e político atual.

A perspectiva dos Resultados para o Público-alvo refere-se aos diferentes públicos de interesse com os quais o Ministério se relaciona, entendidos como grupos de instituições e setores da sociedade que participam, demandam e se beneficiam das ações executadas pelo MAPA, a saber:

- a) poderes executivos da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- b) consumidores, entidades nacionais do setor produtivo (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, Confederação Nacional da Indústria – CNI, Confederação Nacional do Transporte – CNT, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp

etc.), Organizações Não Governamentais - ONGs, mídia, movimentos sociais organizados, entre outros segmentos da sociedade em geral;

c) produtores rurais, entidades de classe, cooperativas, federações de agricultura, sindicatos e demais atores das cadeias produtivas agropecuárias;

d) organismos internacionais (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Organização Mundial de Saúde Animal - OIE, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA etc.), importadores, exportadores, ministérios da agricultura de outros países (ou congêneres), embaixadas e representações diplomáticas em geral, entre outros;

e) Comissões de Agricultura e do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, outras comissões de interesse do Congresso Nacional, Assembleias Legislativas etc.;

f) representantes e instituições que atuam junto ao Poder Judiciário (Ministério Público Federal - MPF etc.) e Órgãos de Controle Federais (Tribunal de Contas da União - TCU e Controladoria Geral da União - CGU).

As demais perspectivas, embora também articuladas com o ambiente externo, são voltadas ao desenvolvimento interno do Ministério da Agricultura e seus produtos, processos e governança.

Neste contexto, para organizar a sua ação, o MAPA elaborou o seu Plano Estratégico - PE para o período 2020-2031. Ele dá continuidade aos planos estratégicos elaborados em 2006 e 2016, que são marcos importantes na gestão estratégica do Ministério. O Plano Estratégico é uma poderosa ferramenta que permite estruturar o caminho de onde a organização está hoje para onde ela pretende chegar no horizonte de planejamento estabelecido.

O PE MAPA 2020-2031 é aderente ao método Balanced Scorecard - BSC. "Balanceando" o olhar sobre a instituição por diferentes perspectivas, a exemplo da perspectiva dos públicos de interesse, o BSC trabalha com um conjunto de Objetivos Estratégicos, Indicadores de Desempenho, Metas e Iniciativas Estratégicas que concorrem para que a instituição alcance sua Visão de Futuro e cumpra a sua Missão. A Figura abaixo mostra os principais elementos nos quais se apoia a gestão estratégica do MAPA.

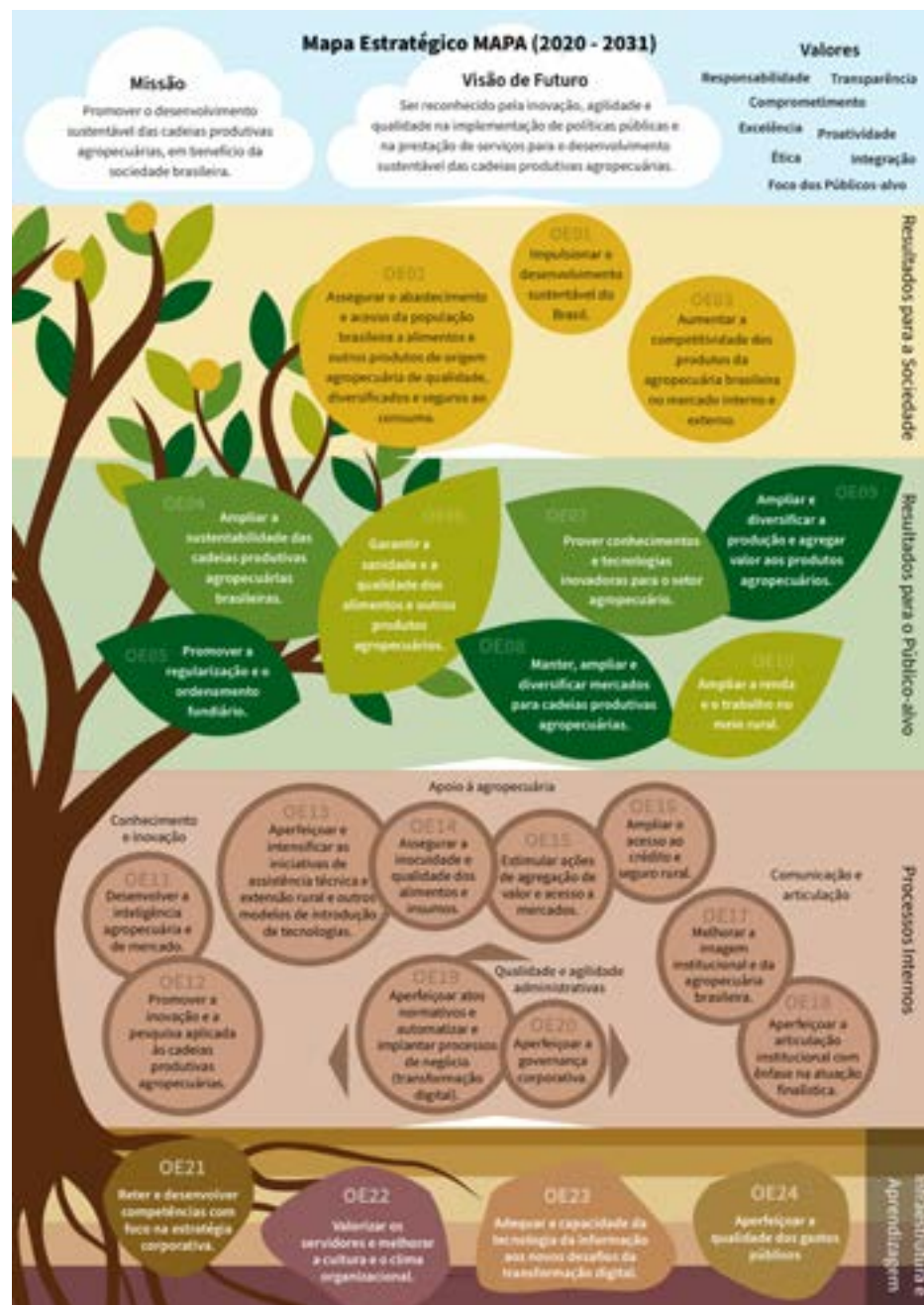
Figura - Componentes da Gestão Estratégica Organizacional.



Cada Perspectiva é populada por Objetivos Estratégicos conexos, sendo definida uma carteira de Iniciativas Estratégicas que devem ser implementadas para atingir esses Objetivos. Dessa forma, são essas Iniciativas que geram os resultados que contribuem para a consecução dos Objetivos Estratégicos e, concomitantemente, impactam as metas estabelecidas nos Indicadores de Desempenho.

O Mapa Estratégico apresenta graficamente o conjunto de Objetivos Estratégicos, relacionados de forma causal, que terão de ser alcançados para a consecução da Visão de Futuro e o cumprimento da Missão do Ministério.

Figura - Mapa Estratégico do MAPA 2020-2031.



Aderência do Plano Estratégico a Outros Planos do Governo

A estratégia do MAPA para atingir seus Objetivos Estratégicos e sua Visão de Futuro está descrita no Plano Estratégico; e este precisa estar alinhado aos demais instrumentos de planejamento governamental. Portanto, o PE MAPA 2020-2031 estrutura a ação do Ministério em harmonia com as diretrizes do governo federal de médio e longo prazos.

Como qualquer planejamento, precisa estar em constante atualização e correção de rumo, bem como em constante adequação com sua contemporaneidade. Na gestão de 2019-2022, havia instrumentos de planejamento governamental de médio e longo prazo, tais como a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil – EFD no período de 2020 a 2031 e o Plano Plurianual da União – PPA para o período de 2020 a 2023, que foram observados e respeitados. Por isso é possível afirmar e assegurar que o PE MAPA 2020-2031 estava aderente aos demais planos do governo. O PE MAPA 2020-2031 inclusive possui o mesmo horizonte temporal da EFD.

A diretriz principal da EFD 2020-2031 é: “elevar a renda e a qualidade de vida da população brasileira com redução das desigualdades sociais e regionais”. A partir dessa diretriz, a EFD 2020-2031 é estruturada em cinco eixos, com as seguintes diretrizes gerais:

- Eixo Econômico:** alcançar o crescimento econômico sustentado e a geração de empregos, com foco no ganho de produtividade, na eficiência alocativa e na recuperação do equilíbrio fiscal;
- Eixo Institucional:** aprimorar a governança pública, com foco na entrega efetiva de serviços ao cidadão e na melhoria do ambiente de negócios, garantindo a soberania e promovendo os interesses nacionais;
- Eixo Infraestrutura:** fomentar o desenvolvimento da infraestrutura, com foco no ganho de competitividade e na melhoria da qualidade de vida, assegurando a sustentabilidade ambiental e propiciando a integração nacional e internacional;
- Eixo Ambiental:** promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, com foco na qualidade ambiental como um dos aspectos fundamentais da qualidade de vida das pessoas, conciliando a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico e social;
- Eixo Social:** promover o bem-estar, a família, a cidadania e a inclusão social, com foco na igualdade de oportunidades e no acesso a serviços públicos de qualidade, por meio da geração de renda e da redução das desigualdades sociais e regionais.

Figura - Eixos da Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil – EFD 2020-2031.



O PPA é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, em que o governo eleito expressa os objetivos, as diretrizes e as metas da administração pública federal para os próximos quatro anos. O PPA 2020-2023 apresenta quatro programas sob responsabilidade do MAPA:

Programa 1031: Agropecuária Sustentável. Objetivo: promover o desenvolvimento da agropecuária sustentável, da pesca artesanal e da aquicultura familiar;

Programa 1040: Governança Fundiária. Objetivo: promover a regularização da ocupação e do domínio da terra;

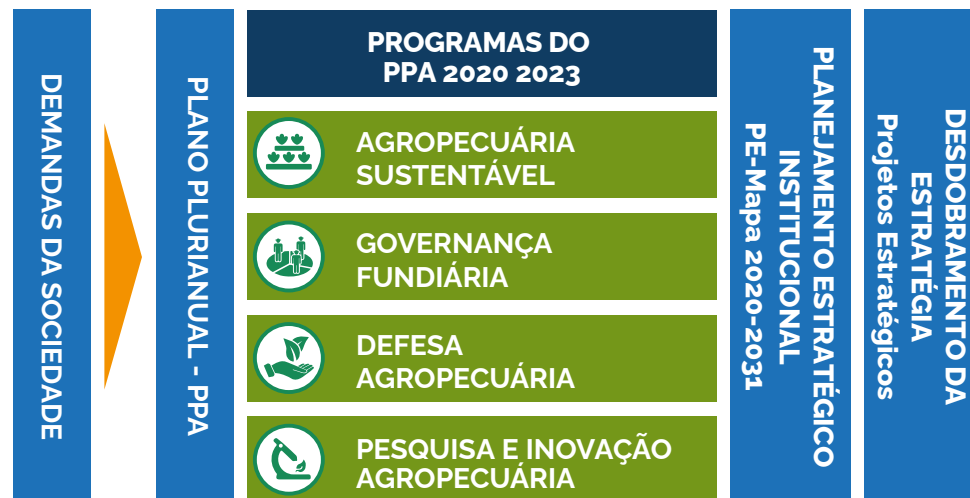
Programa 2202: Defesa Agropecuária. Objetivo: promover a sanidade da produção agropecuária, a idoneidade e inocuidade de seus insumos e produtos;

Programa 2203: Pesquisa e Inovação Agropecuária. Objetivo: prover conhecimentos e tecnologias adequadas para a adoção de soluções para o setor agropecuário, fomentando

a competitividade, a rentabilidade da produção, a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento da agropecuária.

A Figura seguinte mostra essa aderência entre o Plano Estratégico do MAPA e o Plano Plurianual.

Figura - Programas do PPA 2020-2023 sob gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



Existem, ainda, três programas sob gestão de outros ministérios, mas que contam com a participação do MAPA no desenvolvimento de ações:

Programa 1041: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais. Objetivo: fortalecer a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios do uso da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, de forma a combater e reverter as suas perdas e a redução dos serviços ecossistêmicos, por meio de políticas públicas integradoras.

Programa 2217: Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano. Objetivo: estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, em múltiplas escalas;

Programa 6011: Cooperação com o Desenvolvimento Nacional. Objetivo: realizar ações de cooperação com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.

Alguns Objetivos Estratégicos têm relação direta com Programas do PPA; e os demais objetivos têm impacto indireto sobre outros Programas (um mesmo Objetivo pode estar associado a mais de um Programa).



Programa 1031 - Agropecuária Sustentável:

- OE04:** ampliar a sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras;
- OE08:** manter, ampliar e diversificar mercados para cadeias produtivas agropecuárias;
- OE09:** ampliar e diversificar a produção e agregar valor aos produtos agropecuários;
- OE10:** ampliar a renda e o trabalho no meio rural;
- OE13:** aperfeiçoar e intensificar as iniciativas de assistência técnica e extensão rural e outros modelos de introdução de tecnologias.
- OE15:** estimular ações de agregação de valor e acesso a mercados;
- OE16:** ampliar o acesso ao crédito e seguro rural;
- OE17:** melhorar a imagem institucional da agropecuária brasileira.

Programa 1040 - Governança Fundiária:

- OE05:** promover a regularização e ordenamento fundiário.

Programa 2202 - Defesa Agropecuária:

- OE06:** garantir a sanidade e a qualidade dos alimentos e outros produtos agropecuários;
- OE14:** assegurar a inocuidade e qualidade dos alimentos e insumos.

Programa 2203 - Pesquisa e Inovação Agropecuária:

- OE07:** prover conhecimentos e tecnologias inovadoras para o setor agropecuário;
- OE12:** Promover a inovação e a pesquisa aplicada às cadeias produtivas agropecuárias.



Programa 1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais:

- OE04:** ampliar a sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras.

Programa 2217 – Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano:

- OE04:** ampliar a sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras.

Objetivos Estratégicos, Indicadores, Responsáveis, Metas e Resultados em 2022

No âmbito do PE MAPA 2020-2031, como instrumento para medição da consecução dos Objetivos Estratégicos, são definidos Indicadores de Desempenho com suas respectivas Metas, que fornecem informações ao longo do tempo sobre a evolução do alcance de cada Objetivo. Vários indicadores do PE MAPA 2020-2031 são comuns ao PPA 2020-2023, o que reforça o alinhamento entre esses dois importantes instrumentos. Os objetivos estratégicos, os indicadores de desempenho, as unidades responsáveis, as metas pactuadas e os resultados alcançados no período são apresentados a seguir.

OE01 - Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do Brasil

Descrição: participar do desenvolvimento sustentável do país ao fomentar a produção agropecuária com respeito ao meio ambiente, gerar emprego e aumentar a renda, trazendo estabilidade no meio rural e aos agentes das cadeias produtivas agropecuárias. Contribuindo para a interiorização do desenvolvimento, o incremento da arrecadação de impostos e a geração de excedentes exportáveis que impactam a balança comercial brasileira.

IND01.1 - Variação do PIB do Agronegócio

Finalidade: o desenvolvimento do país é alcançado com o desenvolvimento econômico e a melhoria da renda e da qualidade de vida da população. O PIB do agronegócio, conforme calculado pelo método desenvolvido pelo método desenvolvido pelo Cepea/Esalq-USP, é uma medida de crescimento econômico setorial, englobando todos os componentes das cadeias produtivas agropecuárias: insumos, pesquisa, maquinaria, produção, processamento, distribuição e demais serviços até o consumo final ou exportação.

Área Responsável: SPA - Secretaria de Política Agrícola.

Meta para 2022: 3,0%

Resultado apurado: -4,22%

Análise crítica: o PIB do agronegócio brasileiro recuou 4,22% em 2022. Esse cenário foi registrado após o PIB ter atingido sucessivos recordes em 2020 e em 2021, com esse biênio se caracterizando como um dos melhores da história recente do agronegócio brasileiro.

O principal fundamento para o cenário de baixa em 2022 é a forte alta dos custos com insumos no setor, tanto na agropecuária quanto nas agroindústrias, que tem corroído o PIB ao longo das cadeias. Considerando-se os desempenhos da economia brasileira e do agronegócio, a participação do setor no total alcançou 24,8% em 2022, abaixo dos 26,6% registrados em 2021.

Enquanto o PIB do ramo agrícola recuou 6,39%, o do pecuário avançou 2,11%. O resultado negativo do PIB do ramo agrícola esteve atrelado à forte alta dos custos com insumos para a produção agrícola dentro da porteira, como fertilizantes, defensivos, combustíveis, sementes e outros. Esse aumento dos custos superou em grande medida o crescimento do faturamento: considerando-se a média ponderada das diversas culturas acompanhadas, houve elevação real de 6,44% do faturamento e crescimento real de 37,4% dos custos com insumos. O PIB agrícola também foi pressionado pela redução da produção em culturas importantes, especialmente soja, que detém peso expressivo no PIB.

Quanto ao ramo pecuário, o crescimento do PIB em 2022 esteve atrelado aos avanços nos segmentos primário e de agrosserviços. No segmento primário, a alta decorreu de algum aumento do valor bruto da produção (produção maior, haja vista os menores preços frente a 2021), somado à redução dos custos com insumos; neste último caso, em relação ao patamar expressivamente elevado alcançado em 2021.

OE02 - Assegurar o Abastecimento e Acesso da População Brasileira a Alimentos e Outros Produtos de Origem Agropecuária de Qualidade, Diversificados e Seguros ao Consumo

Descrição: promover o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em conformidade com as normas sanitárias, sem contaminação química ou biológica, em quantidade suficiente e diversificados, à população brasileira.

IND02.1 - Índice de Conformidade de Produtos de Origem Vegetal e Animal (indicador comum ao PPA)

Finalidade: averiguar o nível de conformidade dos produtos de origem animal e vegetal fiscalizados em relação aos padrões de segurança estabelecidos.

Área Responsável: SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária.

Meta para 2022: 81%

Resultado apurado: O resultado deste indicador não ficará disponível a tempo de constar no Relatório de Gestão de 2022. Em 2021, a meta era 81% e o resultado foi 86,44%, sobre o qual será feita a análise.

Análise crítica: Em 2021, o índice de conformidade de produtos de origem vegetal e animal apresentou resultado superior ao ano anterior, 86%, comparado a 85% de 2020. Ambos os resultados superaram a meta prevista de 81%. Portanto, entende-se que o índice não foi afetado pela Pandemia de Covid-19.

No caso do Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal, houve uma evolução grande nos resultados físico-químicos que compensou um menor índice relativo ao aspecto microbiológico. A ênfase deve ser dada ao monitoramento microbiológico a fim de que esse índice volte a parâmetros melhores conforme visto em anos anteriores.

Quanto ao Índice de Conformidade de Produtos de Origem Vegetal, o resultado é favorável, havendo expectativa de melhores resultados com a captação destes feita pelo sistema Sipeagro app (lançado no final de 2021 e que se tornou obrigatório a partir de janeiro de

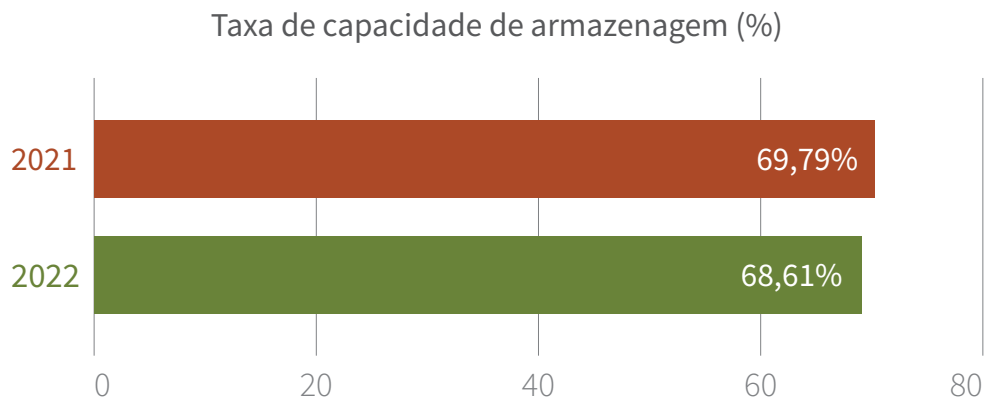
2022) integrado com o HUB Laboratorial, o que gerará uma base de dados atualizada e sem vícios. O HUB integra a Plataforma do Autocontrole.

IND02.2 - Taxa de Capacidade de Armazenagem da produção

Finalidade: mensurar a capacidade estática de armazenagem em relação ao volume da produção.

Área Responsável: Conab - Companhia Nacional de Abastecimento.

Meta para 2022: 78%.



Resultado apurado: 68,61%.

Análise crítica: a produção agrícola nacional mantém a tendência de crescimento observada nos últimos anos, com previsão de aumento de 15% em comparação à safra 2021/22. Como a produção agrícola apresenta expectativa de crescimento, as estruturas de armazenagem podem se tornar insuficientes com o passar do tempo caso não haja incentivos para ampliação ou construção de novos armazéns. Outro aspecto relevante é a expansão do cadastramento e recadastramento das unidades armazenadoras existentes no país, com o objetivo de manter a base dos dados de capacidade estática atualizada.



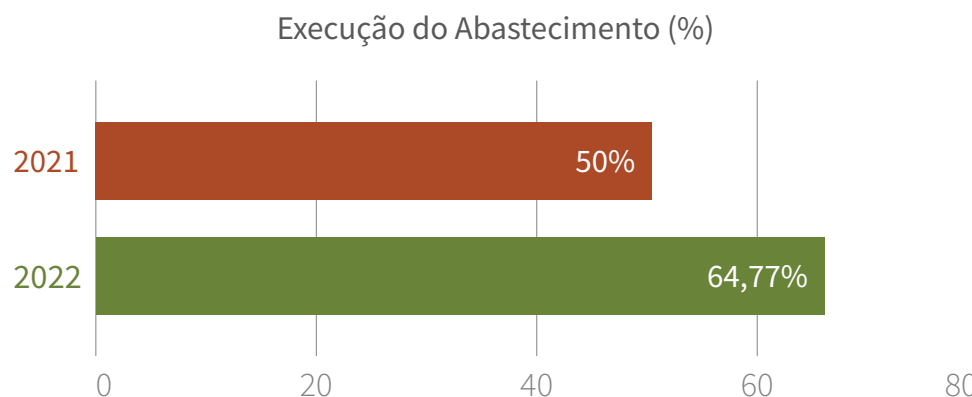
IND02.3 - Índice de Execução do Abastecimento

Finalidade: verificar a regularidade no abastecimento do Programa de Vendas em Balcão - ProVB, identificar pontos críticos e eventuais intercorrências e viabilizar a proposição de melhorias de processos e procedimentos.

Área Responsável: Conab - Companhia Nacional de Abastecimento.

Meta para 2022: 74%.

Resultado apurado: 64,77%.



Análise crítica: Apesar de ter ficado abaixo da meta (74%), o resultado de 2022 (65%) foi superior ao de 2021 (50%). Um dos fatores que contribuiu para essa melhoria foi a adequação da demanda do milho à oferta do mercado, que tende a não se interessar pelas especificidades do ensacamento exigido pela Conab. Após as tentativas mal sucedidas de leilão do milho ensacado, foram lançados Avisos de Compra de milho a granel, com negociação total dos lotes. Visando à melhora da performance desse indicador em 2023, pode-se verificar a possibilidade de adequar algumas Unidades Armazenadoras da Companhia estrategicamente localizadas (especialmente no norte e nordeste do país) para a guarda do produto à granel - que, além de proporcionar maior agilidade na recepção e menor custo de armazenamento, apresenta mais facilidade de negociação nos leilões de aquisição.

OE03 - Aumentar a Competitividade dos Produtos da Agropecuária Brasileira no Mercado Interno e Externo

Descrição: promover o aumento da produtividade da agropecuária brasileira por meio da promoção de inovações e sua incorporação na produção, com vistas a atender às demandas de consumo dos mercados interno e externo.

IND03.1 - Participação Anual das Exportações Agropecuárias Brasileiras no Comércio Mundial de Produtos Agropecuários

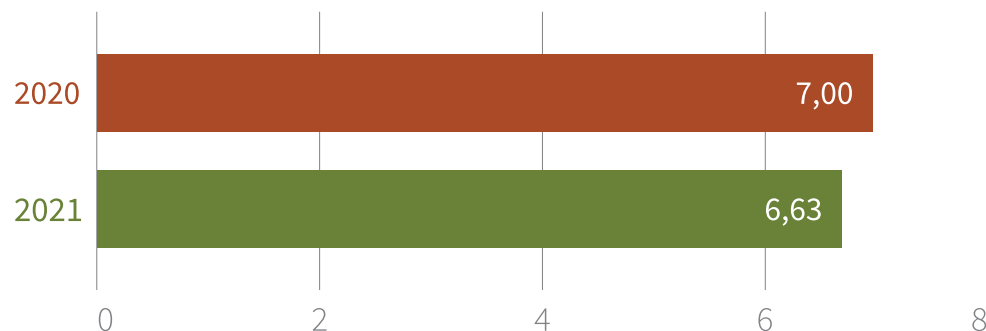
Finalidade: avaliar a representatividade das exportações agropecuárias brasileiras em relação ao comércio agropecuário mundial.

Área Responsável: SCRI - Secretaria de Comércio e Relações Internacionais.

Meta para 2022: 7%

Resultado apurado: O resultado deste indicador não ficará disponível a tempo de constar no Relatório de Gestão. Em 2021, a meta era 7% e o resultado foi 6,63%, sobre o qual será feita a análise.

Participação Comércio Mundial



Análise crítica: As exportações mundiais agropecuárias subiram para US\$ 1,57 trilhão em 2021, o que significou uma elevação de 16,8% na comparação com os US\$ 1,34 trilhão das exportações mundiais agropecuárias de 2020 (estatísticas extraídas do site do TradeMap em 15/08/2021. Fonte: www.trademap.org). Esse forte aumento ocorreu em função, principalmente, da alta dos preços dos alimentos de 2021.

As exportações agropecuárias brasileiras atingiram US\$ 104,04 bilhões, com expansão de 18,9% na comparação com os US\$ 87,51 bilhões exportados em 2020. Dessa forma, com o crescimento das exportações agropecuárias brasileiras acima da expansão do comércio mundial agropecuário, a participação brasileira no comércio mundial agropecuário subiu de 6,51% em 2020 para 6,63% em 2021. Esse market share, todavia, já foi de 7,0% entre 2011 e 2013, valor este que é estabelecido como meta nesse indicador.

Somente para efeito de comparação, dois países que concorrem com o Brasil ficaram com o seguinte desempenho: Estados Unidos: 11,9% de participação em 2021; e China: 5,4% de participação em 2021.

OE04 - Ampliar a Sustentabilidade das Cadeias Produtivas Agropecuárias Brasileiras

Descrição: promover o crescimento da produção de alimentos e de matéria-prima para a geração de bioenergia, alinhada com as demandas da população mundial e comprometida com o uso racional dos recursos naturais e com a inclusão de pequenos e médios produtores.

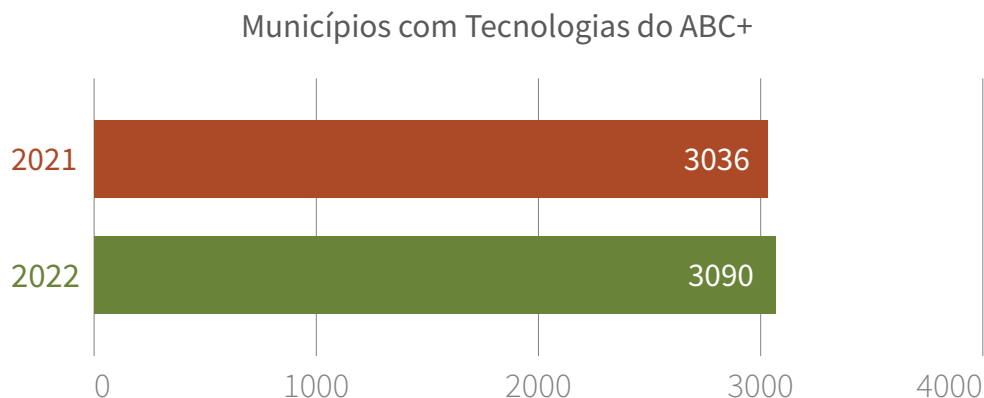
IND04.1 - Número de Municípios com Tecnologias do ABC+ Financiadas (indicador comum ao PPA)

Finalidade: o indicador se baseia na expansão da utilização das tecnologias do ABC+ (plano setorial para adaptação à mudança do clima e baixa emissão de carbono na agropecuária 2020-2030) nos municípios do Brasil. Os dados utilizados têm como fonte a linha de crédito do ABC+, o Programa ABC+.

Área Responsável: SDI - Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação.

Meta para 2022: 3.110 municípios.

Resultado apurado: 3.090 municípios.



Análise crítica: o número total de municípios que aderiram e fazem uso das tecnologias preconizadas no Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária (Plano ABC+), período 2020-2030, está na ordem de 3.090, valor que representa 55,5% do total de municípios brasileiros, aferido até novembro de 2022.

Ao longo da implementação do Plano ABC+ no Brasil, o número de municípios com tecnologias do ABC+ sempre esteve em crescimento. Pode-se observar a variação do número de municípios em relação ao Plano Plurianual - PPA, que para o período 2016-2019 foi de 3,15% e, para o período 2020-2023, observando que os dados foram levantados até novembro de 2022, já está em 1,79%.

Além de o PPA 2020-2023 ainda estar em curso, nesse ínterim alguns fatos prejudicaram sobremaneira a evolução do número de municípios, como a Pandemia da Covid-19 e a crise econômica e financeira que afetaram os preços dos insumos da produção agropecuária, por exemplo.

Pode-se observar tal fato pelo percentual de variação do número de municípios com ABC+ por ano: de 2019 para 2020, houve um crescimento de cerca de 2,5% (3.004 municípios); de 2020 para 2021, de apenas 1,1% (3.006 municípios); e, de 2021 para 2022, de 1,8% (3.090 municípios), mostrando claramente que há um processo de retomada do crescimento de participação dos municípios ao ABC+.



Destaque pode ser dado às regiões brasileiras quanto ao número de municípios que aderiram a tecnologias do ABC+: Centro-Oeste, com 92,5% do total de municípios da região; Sudeste, com 72%; Norte, com 66,5%; Sul, com 62,3%; e Nordeste, com 22,5%, demonstrando a alta adesão dos municípios às tecnologias sustentáveis de produção e conservacionistas dos recursos naturais.

IND04.2 - Índice de Sustentabilidade da Agropecuária - ISA (indicador comum ao PPA)

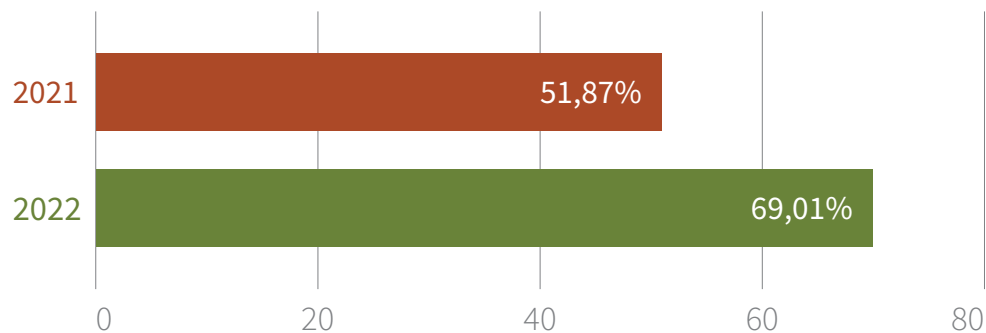
Finalidade: mensurar a sustentabilidade ambiental da produção agropecuária brasileira. O índice está ligado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da ONU.

Área Responsável: SE - Secretaria Executiva.

Meta para 2022: 48%

Resultado apurado: 69,01%

Índice de Sustentabilidade Agropecuária (%)



Análise crítica: o Índice de Sustentabilidade da Agropecuária - ISA atingiu o valor de 69,01% em 2022, suplantando a meta anual prevista de 48%. Todas as dimensões que compõem o Índice obtiveram rendimento acima de suas metas anuais (50%, 25% e 69%), com resultados alcançados de 70,59%, 27,37% e 109,07%, para a DCP, a DAA e a DSM, respectivamente.

A Dimensão de Crescimento da Produtividade - DCP obteve resultado de 70,59%, sendo que os produtos agrícolas que tiveram crescimento de produtividade entre as safras 2020/2021 e 2021/2022 foram amendoim, aveia, canola, centeio, cevada, feijão, mamona, milho sorgo, trigo, triticale e café. Os demais produtos (algodão em caroço, arroz, girassol, soja e cana-de-açúcar) tiveram redução na produtividade no período. A soja obteve a maior queda na produtividade (-14,18%) entre os produtos observados. A principal causa apontada foram os efeitos da seca, que atingiu fortemente os estados do sul do país e o Mato Grosso do Sul.



A Dimensão de Adequação Ambiental - DAA excedeu a meta prevista, obtendo resultado de 27,37%, observando-se a tendência positiva dos últimos dois anos. O resultado alcançado em 2022 demonstra os avanços conseguidos para o aumento da quantidade de cadastros rurais analisados durante o ano. Todavia, ainda há alguns desafios a serem superados, tais como: as particularidades regionais do país; a falta de conhecimento dos proprietários e possuidores acerca da política de regularização ambiental e seus benefícios (que se traduz em resistência do público-alvo); a necessidade de capacitação e apoio aos proprietários e possuidores para os procedimentos de retificação do Cadastro Ambiental Rural - CAR conforme a realidade do imóvel rural; a capacitação continuada dos técnicos dos órgãos estaduais, dentre outras.

A última Dimensão, de Sistemas de Produção e Acesso à Mercados - DSM, que se refere em quase sua totalidade ao Plano Setorial para a Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária - Plano ABC+, obteve o excelente resultado de 109,07% para o ano; puxado, principalmente, pelo componente Integração Lavoura Pecuária Floresta - ILPF, mesmo impactado negativamente pela Pandemia do Covid-19 e pelo aumento de cerca de 27% na taxa de juros mínima, e de 22% na máxima da linha de crédito Programa ABC+. As demais linhas do Programa (Sistema de Plantio Direto - SPD, Florestas Plantadas - FP e Recuperação de Pastagens Degradadas - RPD) mantiveram ritmo crescente de desempenho, contribuindo para o resultado final da DSM do ISA.

Em relação ao número total de municípios que aderiram e fazem uso das tecnologias preconizadas no Plano ABC+ (período 2020-2030), o resultado em 2022 alcançou a ordem de 3.090 municípios (1,77% maior que 2021), mantendo o crescimento anual, apesar dos efeitos da Pandemia, bem como as crises econômica e financeira que afetaram os preços dos insumos da produção agropecuária. Restrições fundiárias, restrições de acesso a crédito, restrições de logística (seja de insumos ou de bens produzidos) em diversas regiões do país e restrições derivadas da seca no Nordeste são ainda alguns dos entraves para obtenção de melhores resultados da Política.

Finalmente, sobre o último componente da DSM, o Número de Produtores Orgânicos Cadastrados no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos - CNPO, o resultado obtido em 2022, de 24.205 produtores, representa um decréscimo de 9,08% comparativamente ao ano de 2021. Os efeitos da Pandemia do Covid-19, aliados aos impactos da crise econômica sobre os empreendimentos agropecuários, notadamente em relação à comercialização de seus produtos, assim como a paridade entre o Real e o Dólar, privilegiando a exportação em detrimento do mercado interno, podem explicar a queda na quantidade de produtores orgânicos da atividade durante o ano de 2022.



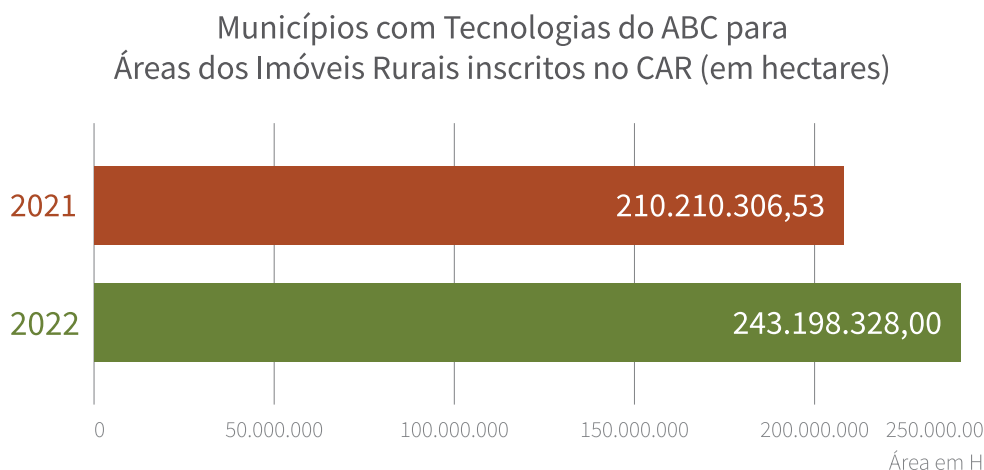
IND04.3 - Área de Imóveis Rurais Inscritos no CAR com Cadastros Analisados no SICAR (indicador comum ao PPA)

Finalidade: mensurar a área de imóveis rurais inscritos no Cadastro Ambiental Rural – CAR com cadastros analisados no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR.

Área Responsável: SFB - Serviço Florestal Brasileiro.

Meta para 2022: 195.223.143,93 hectares.

Resultado apurado: 243.198.328,00 hectares.



Análise crítica: conforme explanado no Relatório de Gestão referente a 2021, este indicador passou por uma revisão em 2021, o que resultou em alteração na fórmula. Dessa forma, não é possível fazer a comparação entre os dados de 31/12/2020 com os dados de 31/12/2021, mas é possível comparar os dados de 31/12/2022 com os de 31/12/2021. Para o período analisado, o resultado do indicador corresponde a 243.198.328 ha na área total de imóveis rurais com análise de regularização ambiental concluída, com tendência positiva do indicador, considerando que o resultado aferido em 2021 ficou em 210.210.306,53 ha. Observa-se, ainda, que o indicador reformulado tem se mostrado adequado para aferir os avanços na análise de cadastros. Apesar de a meta estabelecida ter sido superada,

ainda existem desafios a serem vencidos de forma a otimizar os avanços relacionados a esse indicador, tais como: particularidades regionais do país; falta de conhecimento dos proprietários e possuidores acerca da política de regularização ambiental e seus benefícios (que se traduz em resistência do público-alvo); necessidade de capacitação e apoio aos proprietários e possuidores para os procedimentos de retificação do cadastro conforme a realidade do imóvel rural; capacitação continuada dos técnicos dos órgãos estaduais competentes nas novas ferramentas do Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR; insuficiência de equipe técnica nas Unidades Federativas; equipe reduzida da unidade responsável pela implementação da agenda; fatores externos adversos à governança do SFB, como as competências compartilhadas com Estados e o Distrito Federal, o que reduz a governança do SFB na implantação da política, e a necessidade de ampla articulação e sinergia com diferentes atores.

OE05 - Promover a Regularização e o Ordenamento Fundiário

Descrição: propor e implementar políticas e ações, racionalizando a estrutura e os processos de modo a tornar mais célere e confiável o processo de regularização fundiária.

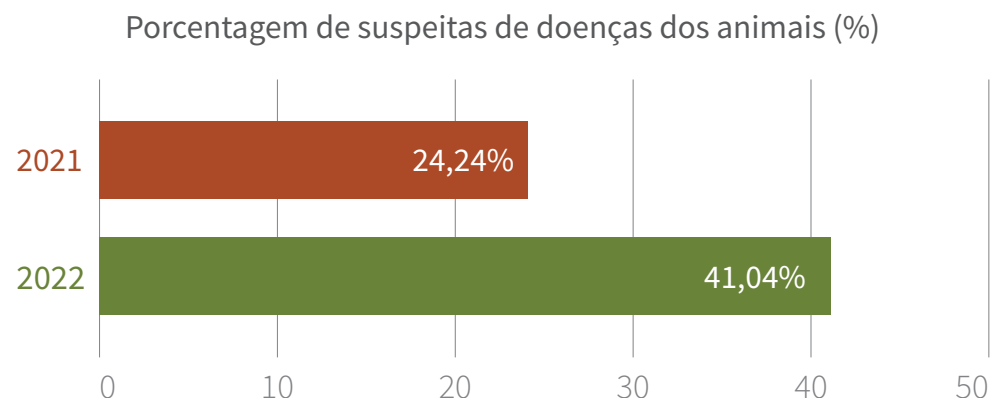
IND05.1 - Índice de Regularização Fundiária (indicador comum ao PPA)

Finalidade: medir o processo de regularização fundiária da malha nacional. O índice está ligado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da ONU.

Área Responsável: Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Meta para 2022: 14,62%.

Resultado apurado: 41,04%.



Análise crítica: no ano de 2022, foram finalizados 172.374 (139.889 provisórios e 32.485 definitivos) processos de regularização fundiária, sendo 149.889 referentes a Projetos de Assentamento e 22.482 em imóveis públicos. Desta forma, a meta acumulada de 14,62% estipulada para o período foi ultrapassada, onde atualmente o indicador está com uma execução de 41,04%. Este grau de execução era esperado para ser atingido apenas em 2026, de acordo com as projeções demonstradas no painel, reforçando a boa performance do indicador em 2022.

Esse resultado foi alcançado por meio de um esforço conjunto entre o Incra/Sede e as Superintendências Regionais - SRs, incluindo estratégia de normatização, orientações, reuniões de trabalho (principalmente remotas), capacitação, apoio operacional, planejamento integrado e constituição de equipes de trabalho. Como restrições, destacam-se as dificuldades inerentes à redução do quadro de servidores do Incra por aposentadorias, tanto no Incra/Sede como nas SRs, situação que vem se agravando consideravelmente nos últimos anos, com perspectiva de piorar em curto prazo. Outra restrição que houve foi relativa ao orçamento, em termos de valores disponibilizados e extemporaneidade na liberação.

OEO6 - Garantir a Sanidade e a Qualidade dos Alimentos e Outros Produtos Agropecuários

Descrição: garantir a segurança dos alimentos e outros produtos agropecuários, aperfeiçoando os mecanismos de prevenção, erradicação e controle de pragas e doenças. Desenvolver e ampliar ações de educação sanitária para produtores e consumidores.



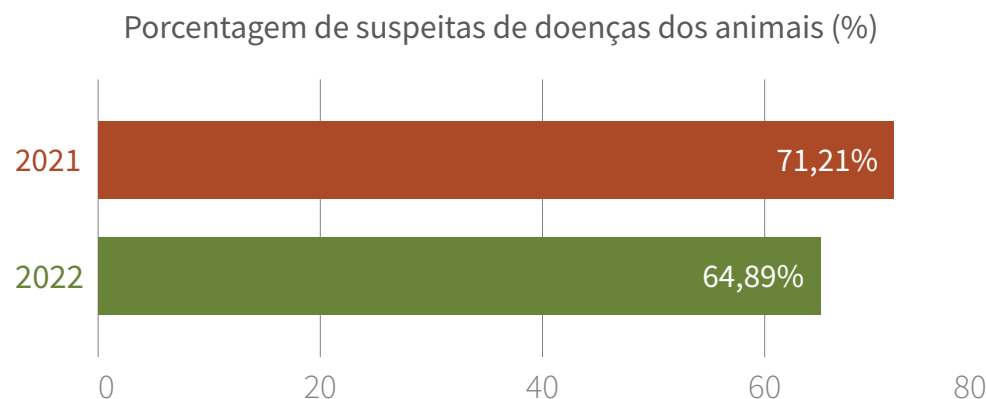
IND06.1 - Porcentagem de Suspeitas de Doenças dos Animais Atendidas pelo Serviço Veterinário Oficial no Prazo Regulamentar

Finalidade: reflete a capacidade técnica e estrutural dos Serviços Veterinários Oficiais para a efetiva prevenção, controle e erradicação das doenças dos animais. Mede o percentual de atendimento das suspeitas das enfermidades no prazo legal (síndromes: vesicular, hemorrágica do suíno, respiratória e nervosa das aves).

Área Responsável: SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária.

Meta para 2022: 87%.

Resultado apurado: 64,89%



Análise crítica: o resultado deste indicador, que inclui atendimentos a notificações de suspeitas das síndromes vesicular, neurológica, hemorrágica dos suínos, respiratória e nervosa das aves, foi de 64,89%, ficando abaixo da meta proposta para 2022, que era de 87%. Este resultado envolveu um total de 5.109 atendimentos a suspeitas de doenças das síndromes realizados pelos Órgãos Estaduais de Sanidade Agropecuária - OESAs, sob coordenação do Departamento de Saúde Animal - DSA, da SDA/MAPA.



Os piores resultados foram para atendimentos realizados para a Síndrome Vesicular, que totalizou 2.356 atendimentos e alcançou um índice de 50,04% atendidos dentro do prazo, apresentando redução em relação aos 69,28% alcançados em 2021 e aos 58,4% obtidos em 2020. O resultado foi muito baixo, refletindo a influência do grande número de ocorrências relacionadas ao 'Senecavirus A' em suínos, que representaram 95,54% do total de atendimentos. Somente no estado do Paraná, foram atendidas 1.710 notificações (72,6% do total nacional de atendimentos), com um índice de somente 38,5% dentro do prazo, o que impactou bastante no índice da síndrome vesicular e no índice geral. A maior parte dos atendimentos da síndrome vesicular foi em suínos. Assim como em 2021, esse grande volume de notificações sobrecarregou a capacidade do serviço veterinário, gerando atrasos nos atendimentos. A melhoria no indicador requer uma atuação mais intensiva do DSA, das Superintendências Federais de Agricultura - SFAs e Órgãos Estaduais de Sanidade Agropecuária - OESAs, principalmente nas Unidades da Federação - UF que concentram os maiores números de atendimentos e índices baixos, mediante ações de revisão do sistema de vigilância, capacitação, auditorias e supervisões.

Nos 52 atendimentos realizados para a Síndrome Hemorrágica dos suínos, 92,31% ocorreram dentro do prazo estabelecido, índice bem melhor que o de 66,95% obtido em 2021 e o de 64,6% alcançado em 2020. A melhoria no indicador é resultado, principalmente, da revisão do plano de vigilância e das definições de caso, com uma melhor caracterização do componente de vigilância passiva associado à definição de caso suspeito da peste suína clássica mais específica, reduzindo o número de atendimentos de 472, em 2021, para 52, em 2022. A nova definição de caso, que deixou de incluir notificações por taxas

de mortalidades por qualquer causa, permitiu que o serviço oficial de saúde animal fizesse os atendimentos dentro do prazo.

Dos 2.039 atendimentos da Síndrome Neurológica, 75,43% foram realizados dentro do prazo estabelecido, bem acima dos 9,47% obtidos em 2021, mas ainda abaixo da meta e dos 84,7% obtidos em 2020.

Para os 662 atendimentos registrados da Síndrome Respiratória e Nervosa das Aves - SRNA, o indicador ficou em 83,1%, melhor que o obtido em 2021, que foi de 80,69%, e também melhor que o de 2020, de 76,4%. A melhoria no indicador também é resultado, principalmente, da revisão nas Fichas Técnicas da influenza aviária e da doença de Newcastle, que alterou e tornou a definição de caso suspeito de SRNA mais específica, reduzindo o número de atendimentos para 662, em 2022. A nova definição de caso, que deixou de incluir notificações por taxas de mortalidades por "mortalidades acumuladas", permitiu que o serviço oficial de saúde animal fizesse os atendimentos dentro do prazo.



O DSA realizou a gestão das ocorrências utilizando o e-Sisbravet, sistema implantado em 2020, que possibilitou o acompanhamento dos atendimentos e o monitoramento dos indicadores. Os principais fatores para o baixo desempenho do indicador em 2022 foram as deficiências de capacidade operacional de boa parte dos OESAs, além da grande quantidade de notificações em função da condição epidemiológica em relação ao Senecavirus A.

Como medidas mitigadoras para melhorar o desempenho no indicador em 2023, propõe-se:

- 1)** aumentar o aporte de recursos aos OESAs para 2023, via convênio, visando apoiar a estruturação e manutenção desses órgãos;
- 2)** o DSA e as SFAs devem aprimorar o acompanhamento dos atendimentos, fortalecendo as capacidades do MAPA e dos OESAs, promovendo reuniões técnicas e treinamentos para as equipes de campo e cobrando maior agilidade nos atendimentos;
- 3)** rever os procedimentos de investigação de síndrome vesicular em suínos, sobretudo quanto ao protocolo de diagnóstico para descartar a doença-alvo em regiões endêmicas de Senecavirus A.

OE07 - Prover Conhecimentos e Tecnologias Inovadoras para o Setor Agropecuário.

Descrição: disponibilizar e disseminar conhecimentos e soluções tecnológicas (práticas, produtos e serviços) e estimular a adoção de novas tecnologias (ex.: sensores, internet das coisas, geolocalização, robótica etc.) para a modernização do setor agropecuário.

IND07.1 - Incremento do Impacto Econômico das Soluções Tecnológicas Agropecuárias Transferidas à Sociedade (indicador comum ao PPA)

Finalidade: prover informações sobre o incremento, em termos reais, do impacto econômico do conjunto de soluções tecnológicas agropecuárias transferidas à sociedade, em relação ao valor referente a 2018 (valor base).

Área Responsável: Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Meta para 2022: 11%.

Resultado apurado: O resultado deste indicador não fica disponível a tempo de constar no Relatório de Gestão. Em 2021, a meta era 7,5% e o resultado foi 24%, sobre o qual será feita a análise.

Análise crítica: Para medir o incremento do impacto econômico das soluções tecnológicas agropecuárias, estipulou-se comparar um período atual com um período inicial, chamado de T0 (ou T zero). T0 é a média dos benefícios econômicos do período 2015 - 2018 (T0 - número médio de tecnologias avaliadas - 128), que correspondeu ao valor corrente de R\$ 57.516.541.338,29. A média do quadriênio posterior, de 2016-2019, foi calculada, porém não está expressa visto que ficou estabelecido que T1 seria o período 2017-2020. O valor estimado do quadriênio 2017-2020 (T1) foi de R\$ 66.361.671.667,55, enquanto que o valor referente ao período 2018-2021, objeto deste relatório, foi estimado em

R\$ 71.253.105.168,11. Portanto, os valores percentuais de aumento em relação a T0 estimados nos dois últimos quadriênios, quais sejam, respectivamente, 15,5% e 24%, superam as metas estabelecidas para T1 e T2, que foram 3,5% e 7,5% (acumulado), respectivamente. O último período foi marcado também pelo aumento da amostra de soluções tecnológicas avaliadas. O aumento de 24% em relação à linha de base pode ser explicado principalmente por três razões: (1) em 2020 a amostra de tecnologias avaliadas foi de 152, enquanto que em 2021 foram realizados 169 estudos de avaliação de impactos, ou seja, aumento no tamanho da amostra de 11%; (2) a alta do dólar também influenciou, na medida em que tecnologias poupadoras de fertilizantes nitrogenados, como a Fixação Biológica de Nitrogênio na soja, continuaram a ser amplamente utilizadas; e (3) destaca-se ainda a avaliação dos impactos econômicos de novas e expressivas soluções tecnológicas, como os Inoculantes Solubilizadores de Fosfato, que somente em 2021 apresentaram um impacto econômico superior a R\$ 1,1 bilhão.

OE08 - Manter, Ampliar e Diversificar Mercados para Cadeias Produtivas Agropecuárias

Descrição: aumentar a quantidade e diversidade de produtos agropecuários ofertados, preservando os clientes atuais e prospectando novos mercados.

IND08.1 - Abertura de Mercados para Produtos Agropecuários Brasileiros

Finalidade: avaliar a capacidade do Brasil em acessar mercados para produtos agropecuários brasileiros.

Área Responsável: SCRI - Secretaria de Comércio e Relações Internacionais.

Meta para 2022: 40

Resultado apurado: 52

Análise crítica: novas possibilidades de acesso a mercados foram conquistadas via o esforço do MAPA nas negociações técnicas, sanitárias e fitossanitárias, aumentando as possibilidades de exportação dos produtos do agro brasileiro. Foram abertos 52 mercados no ano de 2022, significando a possibilidade de acesso a novas categorias de produtos do agro para os diversos países que o Brasil já exporta. Ademais, nem sempre estas aberturas de mercado significam efetivas exportações dos produtos, considerando que há a necessidade de ações complementares para que se concretizem, como a promoção comercial, o desenvolvimento de acordos de facilitação bilateral ou regional entre o Brasil e outros países e, principalmente, a competência do setor produtivo, peça decisória nos destinos e variedades de produtos a serem exportados. Com este resultado satisfatório,

a meta para 2022 foi superada, porém ficando um pouco abaixo do resultado de 2021, o que indica a necessidade de atenção.

OEog - Ampliar e Diversificar a Produção e Agregar Valor aos Produtos Agropecuários

Descrição: ampliar e diversificar o conjunto de produtos agropecuários com atributos e características que resultem em um maior valor agregado, do ponto de vista ambiental, econômico e social.

IND09.1 - Percentual de Crescimento do Número de Unidades de Produção Orgânica Cadastradas

Finalidade: avaliar o impacto das ações de controle e fiscalização da rede de produção orgânica, assim como o impacto das políticas públicas de incentivo à produção orgânica e de base agroecológica, considerando a aplicação das normas para a produção orgânica que promovem a qualidade dos produtos e processos do ponto de vista ambiental, econômico e social.

Área Responsável: SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária.

Meta para 2022: 6,67%.

Resultado apurado: -9,08%.

Análise crítica: o número de unidades de produção orgânica cadastradas no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos - CNPO, apurado em 31 de dezembro de 2022, com valor acumulado de 30.565 unidades, representa um decréscimo de 9,08%, em relação ao ano de 2021, que registrou 33.617 unidades cadastradas.

O fator central para este impacto negativo no indicador foi a saída de 764 unidades estrangeiras do CNPO e de unidades brasileiras também ao longo do ano, possivelmente influenciado pelos desafios econômicos e de comercialização em função da retomada das atividades presenciais pós-pandemia e do cenário de recessão global atual, Também há impacto do valor da moeda interna em relação às moedas estrangeiras, principalmente o dólar, que estimula as relações comerciais para exportação, em detrimento do mercado interno.

Outro aspecto relevante é a ausência do sistema informatizado, que foi finalmente entregue no mês de novembro de 2022, e o esforço da Coordenação de Produção Orgânica e dos Núcleos de Suporte à Produção Orgânica nas Superintendências Federais de Agricultura - SFA em identificar inconsistências no CNPO e promover o recadastramento de produtores das Organizações de Controle Social.

Espera-se que, com a alimentação do sistema recém disponibilizado, serão obtidas informações muito mais consistentes e também será possível o cruzamento de dados, que viabilizarão ações de inteligência no controle da produção orgânica e no fomento da produção orgânica brasileira, promovendo a retomada de crescimento, antes observada em mais de 15% ao ano.

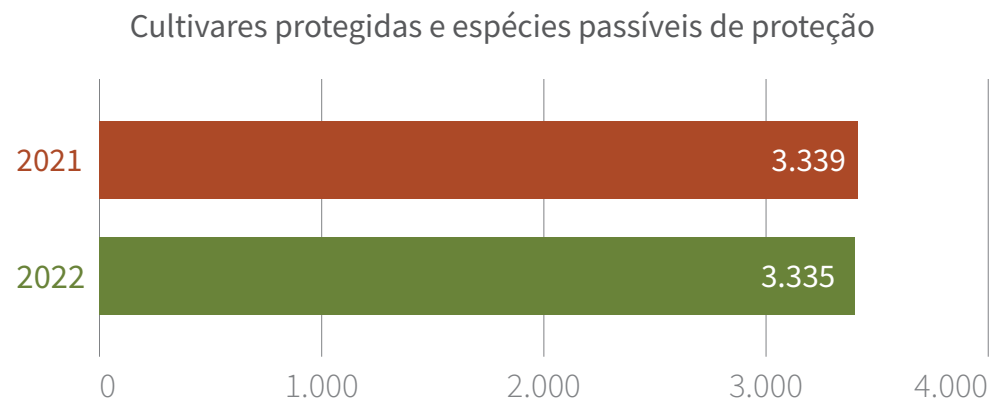
IND09.2. Número de Cultivares Protegidas e Espécies Passíveis de Proteção

Finalidade: o incentivo para geração de novas cultivares passa pela garantia do direito de propriedade intelectual que possibilita o retorno financeiro ao investimento na pesquisa. Quanto maior o número de espécies incluídas no regime de proteção, maiores as opções de investimento por parte das empresas de melhoramento, além de propiciar a atração de investimentos externos. Com relação ao número de cultivares protegidas, quanto maior a quantidade, maior a probabilidade de acesso dos agricultores a variedades de plantas de alto potencial, refletindo no aumento de rentabilidade dos cultivos.

Área Responsável: SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária.

Meta para 2022: 3.233 cultivares.

Resultado apurado: 3.335 cultivares.



Análise crítica: em virtude da redução da equipe e devido à paralisação no funcionamento do Sistema Próton/CultivarWeb portodo o mês de julho/2022, os resultados (3.335), apesar de terem superado a meta estabelecida para o ano (3.233), tanto na variável “número de cultivares protegidas” quanto na variável “número de espécies incluídas no regime de proteção”, mostram que houve uma variação de apenas 3,1% em relação à meta, superando-a em 102 cultivares protegidas e de espécies passíveis de proteção, o menor aumento registrado desde 2020, quando o software Strategic Adviser - SA começou a

ser utilizado pelo Serviço Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC.IND09.3. Índice de Aumento da Produção Regularizada em Águas da União

Finalidade: mensurar o aumento da produção de organismos aquáticos em áreas regularizadas em águas da União.

Área Responsável: SAP - Secretaria de Aquicultura e Pesca.

Meta para 2022: 15%

Resultado apurado: O resultado deste indicador não fica disponível a tempo de constar no Relatório de Gestão. Em 2021, a meta era 5% e o resultado foi 20,18%, sobre o qual será feita a análise.



Análise crítica: Na ocasião da elaboração da meta para mensurar o aumento da produção de organismos aquáticos em áreas regularizadas em águas da União, foi considerado um aumento anual de 5% da produção regularizada e declarada pelo Relatório Anual de Produção - RAP.

Essa meta foi elaborada considerando a perspectiva de crescimento da aquicultura em águas da União ao longo dos anos e tomando como base o crescimento da aquicultura, no geral, que vem crescendo cerca de 5% ao ano. Ocorre que, com a obrigatoriedade de envio do RAP, a grande divulgação da importância do instrumento e a conscientização dos aquicultores, as fiscalizações e vistorias nas áreas aquícolas e o aumento da celebração de contratos, esse número vem crescendo significativamente, aumentando de 5% para 15% em 2020 e para 20% em 2021. A atividade de aquicultura em águas da União vem

se expandindo no País, tendo sido registrado um aumento de 20,18% na produção declarada de organismos aquáticos no ano de 2021, passando de 74.416 toneladas em 2020 para 94.239 toneladas em 2021. Outra coisa que se deve salientar é o aumento de áreas regularizadas nos anos de 2019 e 2020, o que resultou no aumento de produção regularizada em 2021.

OE10 - Ampliar a Renda e o Trabalho no Meio Rural

Descrição: estimular a criação de oportunidades de geração de renda e trabalho, inclusão produtiva e qualidade de vida que tornem o campo atrativo para a permanência e oportunizando a mobilidade social.

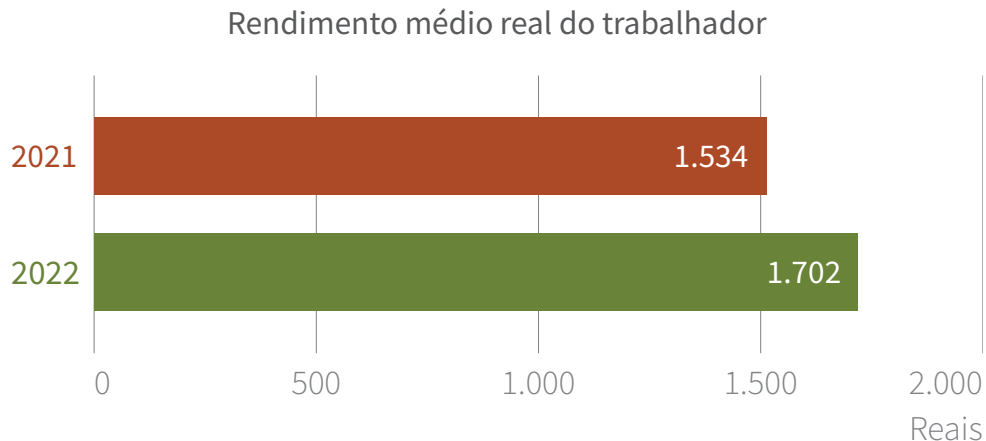
IND10.1 - Rendimento Médio Real do Trabalhador cuja Atividade Principal é a Agropecuária

Finalidade: medir a evolução do rendimento médio real do trabalhador que tem como atividade principal a agricultura, a pecuária, a produção florestal, a pesca e/ou a aquicultura.

Área Responsável: SAF - Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo.

Meta para 2022: R\$ 1.564,81.

Resultado apurado: R\$ 1.702,00.



Análise crítica: os resultados anuais advêm da média dos valores apurados trimestralmente, em cada ano, sendo que o dado de referência para esse indicador é disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Para o ano 2022, até a data da captação dos dados, estão disponibilizados os dados do primeiro, segundo e terceiro trimestres, faltando, portanto, o do quarto trimestre de 2022.

Os valores tiveram variação de forma positiva em relação ao último ano de referência. Fazendo a média dos três primeiros trimestres de 2022, tem-se o valor de R\$ 1.702,00, que representa um crescimento de 11% com relação ao rendimento médio anual apurado em 2021. Este valor é inclusive 7% maior que a meta estabelecida para 2023, R\$ 1.588,75, contudo será possível ter a média final de 2022 com a disponibilização do 4º trimestre pelo banco de tabelas estatísticas do IBGE. Nota-se um crescimento do rendimento médio do trabalhador em relação ao ano 2021. Uma das possíveis razões para o crescimento observado na renda pode ser atribuída ao aumento da disponibilidade de crédito para agricultura familiar, que teve 51% mais recursos no Plano Safra 2022/2023, sendo destinados R\$ 59,23 bilhões para financiamento pelo Pronaf, com juros de 0,5% a 6,0%. Outro fator que pode ter contribuído para o aumento da renda é o aumento do preço dos produtos agrícolas. Considerando os produtos mais financiados pelo Pronaf, vê-se que soja, milho, e leite tiveram aumento de preços da ordem de 20%, 15% e 60% respectivamente, entre os anos de 2021 e 2022.

OE11 - Desenvolver a Inteligência Agropecuária e de Mercado

Descrição: desenvolver um sistema de inteligência estratégica direcionado para a tomada de decisão pelo MAPA, Governo Federal, agentes econômicos e sociedade em geral, permitindo maior compreensão sobre o processo produtivo, o abastecimento, a segurança alimentar e a competitividade do país no mercado internacional.

IND11.1 - Taxa de Implementação do Observatório Agropecuário

Finalidade: medir o nível de evolução do projeto de implementação do Observatório Agropecuário.

Área Responsável: SPA - Secretaria de Política Agrícola.

Observação: conforme informado no Relatório de Gestão referente a 2021, o Projeto Estratégico Corporativo - PEC Implantar Observatório da Agropecuária Brasileira foi concluído no dia 31/03/2021, após atingir o objetivo principal do projeto: integrar, sistematizar e disponibilizar informações da agropecuária brasileira. O sistema continua em evolução, podendo ser acessado por qualquer cidadão por meio do endereço: <http://www.gov.br/agricultura/pt-br/observatorio>.

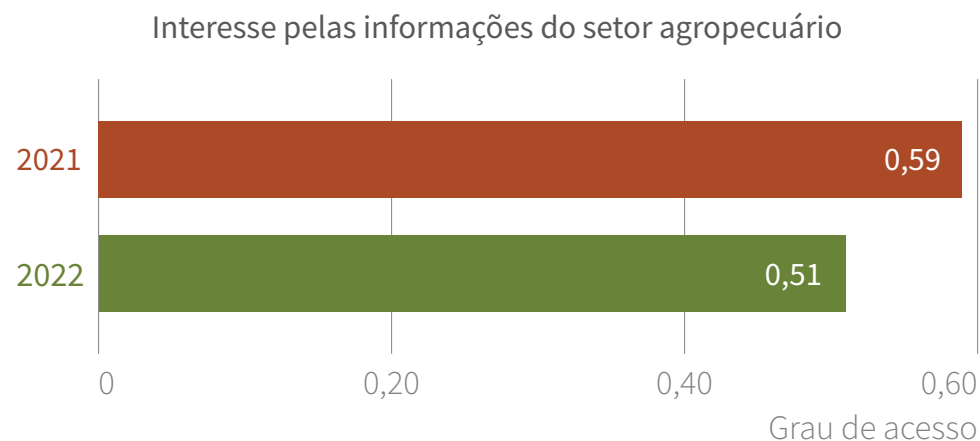
IND11.2 - Índice de Interesse das Informações Agropecuárias

Finalidade: mensurar o grau de interesse pelas informações do setor agropecuário geradas pela Conab, elevando a assertividade na geração de conhecimento e contribuindo na tomada de decisão e na proposição de estudos e análises.

Área Responsável: Conab - Companhia Nacional de Abastecimento.

Meta para 2022: 0,50

Resultado apurado: 0,51



Análise crítica: em 2022, o resultado do indicador correspondeu a 0,51. Ainda que tenha superado a meta estabelecida (0,50), deve-se considerar que devido à sazonalidade da agropecuária é comum que haja mais/menos interesse pelas informações em determinados períodos do ano, como início e término de safras, por exemplo, o que acaba afetando a regularidade na quantidade de acessos ao longo do ano e, conseqüentemente, o resultado do indicador.

Além disso, o período eleitoral impactou sobremaneira o número de acessos aos boletins e demais publicações da Companhia, dado que foi necessária a suspensão de diversas publicações no site da Conab no referido período. Em tempo, sugerem-se ações de marketing e melhorias no site e Portal de Informações que resultem na ampliação do acesso às informações produzidas, além da edição de um novo indicador que meça o grau de interesse nas publicações, do tipo quanto maior, melhor, e não a regularidade no acesso das informações. Considera-se que este novo indicador possa trazer uma informação mais precisa sobre o real interesse das informações geradas pela Conab e sua evolução ao longo dos anos.

OE12 - Promover a Inovação e a Pesquisa Aplicada às Cadeias Produtivas Agropecuárias

Descrição: promover a realização das pesquisas necessárias à efetividade das atividades das cadeias produtivas agropecuárias com a adoção de seus resultados e/ou adaptação de práticas e técnicas inovadoras e sustentáveis.

IND12.1 - Número de Ativos Tecnológicos e Ativos Pré-Tecnológicos Desenvolvidos pela Embrapa no Ano (indicador comum ao PPA)

Finalidade: monitorar a quantidade de ativos tecnológicos e ativos pré-tecnológicos entregues pela programação de projetos de pesquisa da Embrapa anualmente.

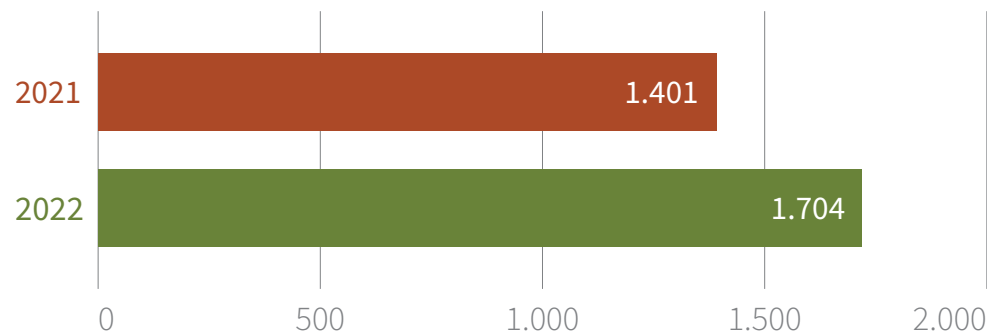
Área Responsável: Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Meta para 2022: 1.500 ativos.

Resultado apurado: 1.704 ativos.



Ativos tecnológicos e ativos pré-tecnológicos



Análise crítica: a programação de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) da Embrapa obteve, em 2022, montante de ativos superior à meta estabelecida, com alcance de 114%. A programação entregou 706 ativos pré-tecnológicos (resultados que servem de base e/ou são “embarcados” em produtos e processos) e 998 ativos tecnológicos (produtos e processos produzidos como consequência final das ações desenvolvidas pelos projetos de PD&I). Esses ativos tecnológicos encontram-se em diversos níveis de TRL, de 1 a 9. A escala TRL (Technology Readiness Levels) permite o acompanhamento de ativos tecnológicos durante os processos de PD&I e indica a fase de desenvolvimento do ativo. Assim, as TRLs indicam o quão pronto se encontra o desenvolvimento de produtos e processos. Esses ativos são gerados a partir da contribuição de mais de uma Unidade da Embrapa e/ou de parceiros externos, prezando por uma lógica de trabalho em rede, podendo se aplicar a uma ou mais regiões do País. Assim, para uma informação regionalizada é considerada a localização da Unidade responsável pela obtenção do resultado. Desse modo, a regionalização do indicador, em termos percentuais dos resultados obtidos, é a seguinte: Centro-Oeste, 34%; Norte, 9%; Nordeste, 20%; Sul, 16% e; Sudeste, 21%. Conforme relatos anteriores, em 2020, houve a prorrogação de 23% do total de projetos executados no ano em função da pandemia de Covid-19. Essa prorrogação gerou a postergação da data de alcance de resultados, de 2020 para 2021 e 2022. É importante observar que projetos de PD&I têm duração média de 4 a 5 anos. Portanto, os resultados entregues pela programação são produtos de projetos iniciados há cerca de 4 a 5 anos. Isso explica o índice de alcance da meta, de 114%. Entretanto, o desafio atual está relacionado ao fato de que restrições orçamentárias, como as experimentadas atualmente, poderão comprometer entregas futuras.

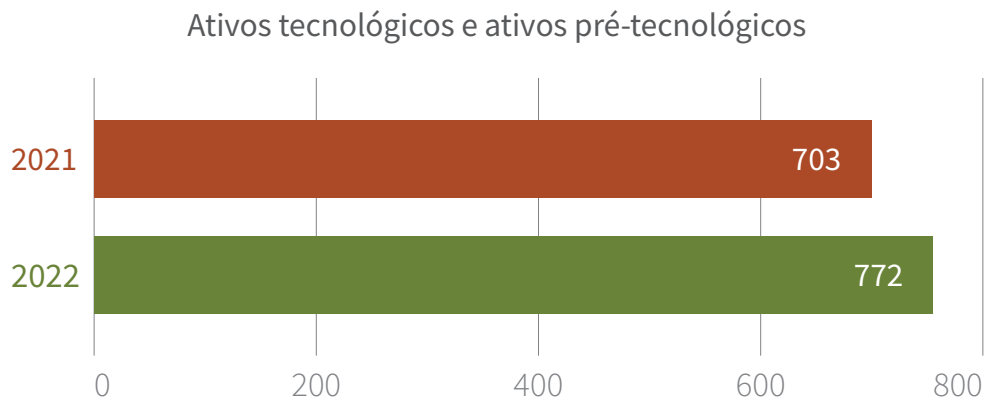
IND12.2 - Número de Ativos Tecnológicos e Pré-Tecnológicos Qualificados pela Embrapa no Ano (indicador comum ao PPA)

Finalidade: monitorar a quantidade de ativos tecnológicos e pré-tecnológicos qualificados pela Embrapa anualmente.

Área Responsável: Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Meta para 2022: 670 ativos.

Resultado apurado: 772 ativos.



Análise crítica: até o dia 14/03/2023, foram qualificados 771 ativos tecnológicos e 01 ativo pré-tecnológico a partir de resultados de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) gerados em 2022 pela Embrapa. O valor apurado corresponde a 115% da meta prevista. A partir da regionalização dos dados, que está relacionada à região geográfica para a qual o ativo é indicado, observa-se que a maior parte dos ativos gerados em 2022 e qualificados são indicados para as regiões Centro-Oeste (68%) e Nordeste (68%), seguidas da região Sudeste (66%), Sul (55%) e Norte (53%). É importante ressaltar que um ativo pode ser indicado simultaneamente para mais de uma região e, portanto, o somatório dos dados regionalizados não equivale ao indicador total.

Sobre as restrições a serem superadas, nos últimos três anos, a Embrapa teve seu referencial monetário subtraído em aproximadamente 58%, com significativa repercussão na aplicação de recursos no custeio de projetos de pesquisa e transferência de tecnologias, impactando a projeção de seus resultados de curto e médio prazos. De um orçamento necessário de R\$ 320 milhões, a empresa operou, até o início do último trimestre do exercício de 2022, com um montante de R\$ 196,3 milhões, com redução ou supressão de atividades e projetos programados e forte impacto nas áreas de manutenção física e transferência de tecnologia. Ao final do mencionado ano houve aporte suplementar

de R\$ 47,6 milhões que não alterou o estado de perda programática na sua atividade finalística, dada a dificuldade de liquidação no ano corrente. Nesse sentido, aponta-se a necessidade de incrementar os recursos de financiamento de pesquisa e manutenção de investimentos para a competitividade da empresa, montantes que alcançaram apenas 6,96% do orçamento global da Embrapa em 2022, apesar de forte ação de economicidade em suas atividades de suporte. Em termos de despesas com investimentos, o percentual destinado não ultrapassou 0,88% da dotação final destinada, tendo a empresa minorado tal situação com a incorporação de Termo de Execução Descentralizada, ao final do ano, de cerca de R\$ 20 milhões advindos do Ministério da Agricultura e Pecuária.

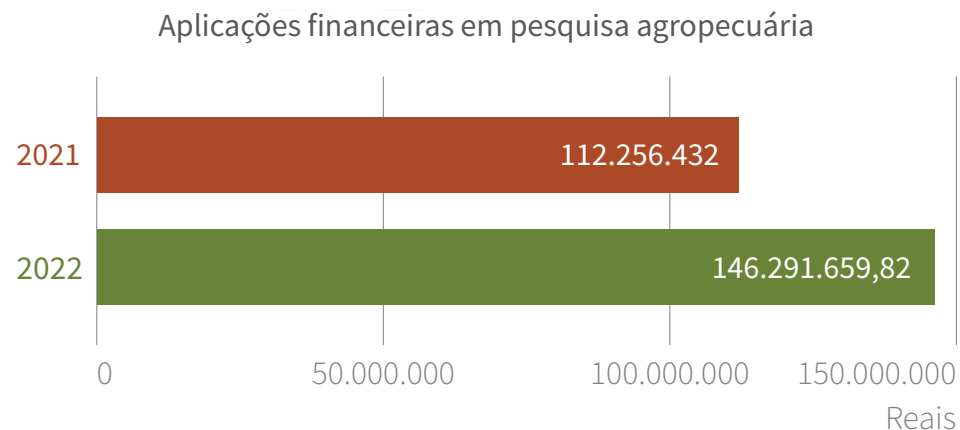
IND 12.3 - Recursos Financeiros Aplicados em Pesquisa Agropecuária

Finalidade: medir o volume de aplicações financeiras dirigidas a estudos, projetos, pesquisas, desenvolvimento e ações de inovação do setor agropecuário.

Área Responsável: SDI - Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação.

Meta para 2022: R\$ 44.000.000,00.

Resultado apurado: R\$ 146.291.659,82.



Análise crítica: em 2022, o resultado relativo ao Indicador 12.3 superou a meta prevista para o período, em função da continuidade do fortalecimento da agenda estratégica de inovação conduzida pelo MAPA e suas entidades vinculadas, bem como em função de articulações com instituições parceiras levando em consideração as suas conexões com as atribuições do Departamento de Apoio à Inovação para Agropecuária - DIAGRO/SDI e seu potencial de entrega de resultados. Dessa forma, buscou-se ampliar a aplicação de recursos para a pesquisa agropecuária voltada a iniciativas de fomento à inovação como a rede de inovação de Bioinsumos, o Programa AgroHub Brasil, Agro 4.0, ecossistemas

regionais de inovação e a realização de estudos e prospecção de novos modelos de negócio promotores da conectividade no campo, entre outras, incluindo ações sob responsabilidade das demais Secretarias do MAPA e suas vinculadas, além da SDI. Nesse sentido, as informações para compor o indicador foram obtidas com os pontos focais do Serviço Florestal Brasileiro - SFB, da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, da Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP, da Secretaria de Política Agrícola - SPA e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, além da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC.

OE13 - Aperfeiçoar e Intensificar as Iniciativas de Assistência Técnica e Extensão Rural e Outros Modelos de Introdução de Tecnologias

Descrição: desenvolver políticas de assistência técnica e extensão rural para aumentar a renda e a qualidade de vida do agricultor familiar, dos pequenos e médios produtores, incluindo: capacitação; acesso a inovações; acesso a crédito e a mercados diferenciados; e estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas.

IND13.1 - Oferta de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER (indicador comum ao PPA)

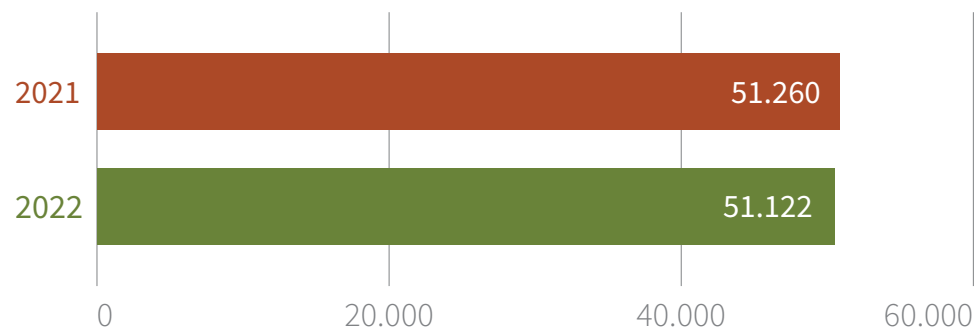
Finalidade: apresentar a oferta de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER aos agricultores familiares, médios produtores, empreendimentos agropecuários, técnicos agrícolas e outros atores envolvidos no processo de ATER.

Área Responsável: SAF - Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo.

Meta para 2022: 36.200 serviços ofertados.

Resultado apurado: 51.122 serviços ofertados.

Oferta de serviços de ATER



Análise crítica: no ano de 2022, atingiram-se 134% da meta proposta devido: (i) ao aumento do número de beneficiários dos programas coordenados por todos os departamentos da SAF; (ii) à introdução de programas de outras Secretarias do MAPA, como a SDA, no Contrato de Gestão MAPA e ANATER; e (iii) ao grande alcance dos cursos de Ensino a Distância na parceria Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR.

Os Programas Integrados entre o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural - DATER/SAF e a ANATER atenderam a 51.122 beneficiários, entre famílias e empreendimentos rurais, com atividade de ATER, enquanto as capacitações aos produtores rurais totalizaram 33.768 atendimentos de ATER na modalidade Ensino a Distância - EaD realizado em parceria celebrada com o SENAR e a ANATER. Os mecanismos de monitoramento e avaliação da gestão da ANATER foram aprimorados em 2021 para atender às boas práticas de gestão empresarial, com a instituição do Comitê de Monitoramento e Avaliação do Contrato de Gestão da ANATER - COATER, estabelecendo procedimentos e normas e fortalecendo ainda mais a governança, a transparência e a confiança nos serviços prestados.

Os Hubs Virtuais têm o papel de atuar como indutores e catalisadores das competências existentes nas diversas organizações e como instrumentos de convergência entre elas, visando organizar as informações e os conhecimentos relevantes para a Agricultura Familiar. Atualmente são 26 Hubs Virtuais em estruturação, sendo 21 de cadeias produtivas e 05 temáticos. Em 2022 foi iniciada a estruturação de 14 Hubs Virtuais: caprinos, ovinos, suínos, aves, tomate, alho, batata-doce, caju, agroindústria, nutrição e biofortificação, bovinocultura leiteira, sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta, capim búfel e palma em parceria com as Unidade de Pesquisa da Embrapa. Paralelamente a isso, para o desenvolvimento dos Hubs, foram contratadas as empresas para desenvolvimento das páginas web e implementação de novas funcionalidades/aplicativos e do projeto com recurso advindo de cooperação entre o MAPA, o Banco Interamericano de Desenvolvimento

- BID e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA. Com vistas a potencializar as ações de ater digital e difundir as informações/conteúdos dos Hubs Virtuais, foi selecionada a empresa de Ater para realizar o estudo piloto de Ater remota, que visa ao escalonamento e à difusão das informações técnicas agropecuárias de cadeias produtivas para 12 mil agricultores beneficiários e potenciais beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF. Em relação ao núcleo de capacitação EaD para agricultura familiar, foi celebrado um Termo de Execução Descentralizada - TED com a Embrapa para a estruturação do plano estratégico de capacitação e desenvolvimento de 7 cursos em formato EaD com temas relevantes para a agricultura familiar. O TED está previsto para a capacitação de 500 técnicos da Ater pública e privada. A partir dos dois editais lançados pelo programa AgroResidência, foram selecionados e contratados 105 projetos de residência profissional agrícola de 56 instituições de ensino públicas federais. O conjunto desses projetos irá beneficiar diretamente cerca de 1.350 residentes, oriundos de cursos de nível médio e superior, até 2023. Até dezembro de 2022, 600 residentes foram beneficiados e 457 Unidades Residentes foram atendidas. Cinco projetos foram concluídos, com 46 residentes beneficiados, e 20 destes saíram empregados, ou seja, uma empregabilidade de 43% dos residentes que finalizaram o programa. Além disso, 98 beneficiados foram empregados antes mesmo de finalizar a residência. As ações do DATER/SAF proporcionarão impacto no aumento de rendimento, na geração de trabalho rural, na qualidade dos produtos e no aumento da produtividade agropecuária, contribuindo para a redução da desigualdade socioeconômica no campo.

OE14 - Assegurar a Inocuidade e Qualidade dos Alimentos e Insumos

Descrição: assegurar a inocuidade e qualidade dos alimentos e insumos, por meio do aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção, erradicação e controle de pragas e doenças e dos instrumentos de fiscalização e auditoria dos processos de produção de produtos agropecuários. Implantação do modelo de autocontrole.

IND14.1 - Percentual de Estabelecimentos Fabricantes de Produtos de Uso Veterinário Fiscalizados (indicador comum ao PPA)

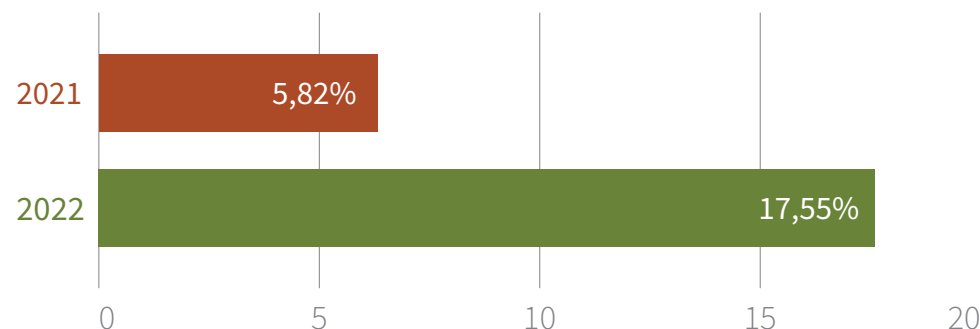
Finalidade: fiscalizar boas práticas de fabricação dos estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário.

Área Responsável: SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária.

Meta para 2022: 41%.

Resultado apurado: 17,55%.

Fabricantes de produtos de uso veterinário fiscalizados (%)



Análise crítica: a meta para 2022 foi estipulada de acordo com a frequência de fiscalização baseada no risco estimado para os estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário, no entanto, apesar de haver um incremento na capacidade operacional dos Serviços de Fiscalização de Insumos e Saúde Animal - SISA/DDA/SFA e um aumento de 200% na execução das fiscalizações em relação ao ano passado, a execução das fiscalizações programadas não conseguiram atingir a meta para 2022.

Tanto as operações de fiscalizações como as atividades de inteligência realizadas pela Divisão de Fiscalização e Coerção ao Trânsito Irregular em conjunto com a Divisão de Fiscalização de Produtos Veterinários em 2022 identificaram estabelecimentos fabricantes de produtos veterinários registrados estavam produzindo em desconformidade à legislação estabelecida pelo MAPA.

Caso estes produtos fossem utilizados, poderiam apresentar resíduos de produtos veterinários acima dos limites máximos estabelecidos em alimentos provenientes de animais tratados com tais produtos, causando possíveis efeitos adversos à saúde humana.

Além do risco à saúde pública, a constatação de resíduos dessas substâncias em produtos de origem animal exportados poderia ocasionar embargos às exportações brasileiras e o consequente fechamento de mercados importadores, gerando assim prejuízos econômicos para o Brasil.

O Ministério continua envidando esforços para aumentar sua capacidade operacional para fiscalização de produtos veterinários, devendo no próximo exercício alcançar números ainda melhores.

IND14.2 - Percentual de Amostras Processadas nos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (indicador comum ao PPA)

Finalidade: monitorar o processamento de amostras recebidas na Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária - LFDA, de forma a acompanhar o atendimento das demandas laboratoriais da Defesa Agropecuária nacional, por meio da análise dos percentuais de amostras processadas, rejeitadas e aguardando análise.

Área Responsável: SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária.

Meta para 2022: 91%.

Resultado apurado: 93,6%.

Análise crítica: o resultado alcançado pela Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária - LFDA no ano de 2022 é considerado bastante satisfatório, visto estar acima da meta estabelecida de 91%. Do total de 171.221 amostras recebidas no ano, 160.261 tiveram seus relatórios de ensaios emitidos até o fechamento do ciclo em 31/12/2022, sendo consideradas processadas. Este número corresponde a 93,60%. Comparado aos resultados de 2021 (95,94%) e 2020 (91,80%), observa-se uma oscilação considerada normal, sendo o resultado da Rede LFDA sempre mantido acima da meta.

No ano de 2022, dentre as amostras não processadas, 4.852 amostras foram rejeitadas por motivos externos ao laboratório, ou seja, problemas na coleta ou no envio da amostra ao laboratório, o que representa 2,83% das amostras. Este percentual está ligeiramente acima do observado em 2021 (2,47%). As amostras envolvidas nos maiores percentuais de rejeição por motivos externos foram relacionadas à área de Medicamentos Veterinários e Defensivos, com 16,36%, o que corresponde a 9 das 55 amostras recebidas em 2022. Na sequência, o cenário é semelhante aos encontrados em anos anteriores, com as amostras relacionadas às áreas técnicas afetas a produtos de origem animal liderando os percentuais deste tipo de rejeição: Identidade e Qualidade de Alimentos - IQA, com 10,00% de amostras rejeitadas por motivos externos ao laboratório (ou 910 amostras); Microbiologia de Alimentos - MIC, com 5,98% (ou 776 amostras); e Resíduos e Contaminantes em Alimentos - RCA, com 4,12% (ou 692 amostras).

Em relação às amostras aguardando análise, ou seja, aquelas que foram recebidas, mas não tiveram relatório de ensaio emitido até o fechamento do ciclo, a Rede LFDA encerrou o ano de 2022 com 3,52% de amostras não finalizadas (equivalente a 6.034 amostras). Este percentual superou o observado no ano de 2021 (1,49%), mas se manteve inferior a 2020, quando a rede LFDA encerrou o período com 5,3% de amostras não finalizadas (ou 9.050 amostras), e 2019 (7,8%, ou 14.218 amostras). Ao encerramento do ano de 2022, a justificativa mais citada nas análises críticas para o número de amostras aguardando

análise foi a quantidade de amostras recebidas de forma concentrada no último trimestre, bem como o envio superior à capacidade operacional.

OE15 - Estimular Ações de Agregação de Valor e Acesso a Mercados

Descrição: promover a valorização de produtos agropecuários nacionais, por meio da agregação de valor advindo de: marcas coletivas, indicação geográfica, produção artesanal, sistemas de certificação, entre outros, fomentando a organização social e o cooperativismo.

IND15.1 - Agentes das Cadeias Produtivas Agropecuárias Beneficiados

Finalidade: medir o esforço do MAPA em prover capacitação para o público-alvo.

Área Responsável: SDI - Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação.

Meta para 2022: 28,93%

Resultado apurado: 18,62%



Análise crítica: após a verificação e a consolidação dos dados pelo Departamento de Desenvolvimento de Cadeias Produtivas - DECAP/SDI, observou-se um resultado superior a 45 mil agentes das cadeias produtivas agropecuárias beneficiados no ano-exercício. Para a capacitação em Produção Integrada, foram oferecidas quatro novas culturas (pimentão, tomate, hortaliças folhosas e maracujá), além das nove culturas já ofertadas anteriormente.

Iniciaram-se também neste exercício as capacitações das primeiras turmas em Boas Práticas Agrícolas e do curso Produção de Alimento para Gestante, este no âmbito do Projeto Agricultura da Vida. No âmbito das capacitações realizadas, em relação ao Programa Mais Leite Saudável - PMLS, cerca de 38 mil produtores foram diretamente beneficiados com ações de capacitação. Com a implantação do sistema informatizado do PMLS, a submissão e a análise dos projetos foram otimizadas e permitiu maior desburocratização, segurança e transparência ao processo.

Ressalta-se que o número potencial de agentes a serem beneficiados foi ampliado para 242 mil no exercício de 2022, o que acabou impactando a performance do indicador.

OE16 - Ampliar o Acesso ao Crédito e Seguro Rural

Descrição: elevar o apoio financeiro aos produtores rurais para implantação, modernização e ampliação da produção agropecuária no estabelecimento rural. Ofertar, ao produtor rural, a proteção da produção contra os riscos advindos de fatores climáticos, a fim de minimizar perdas na produção agrícola.

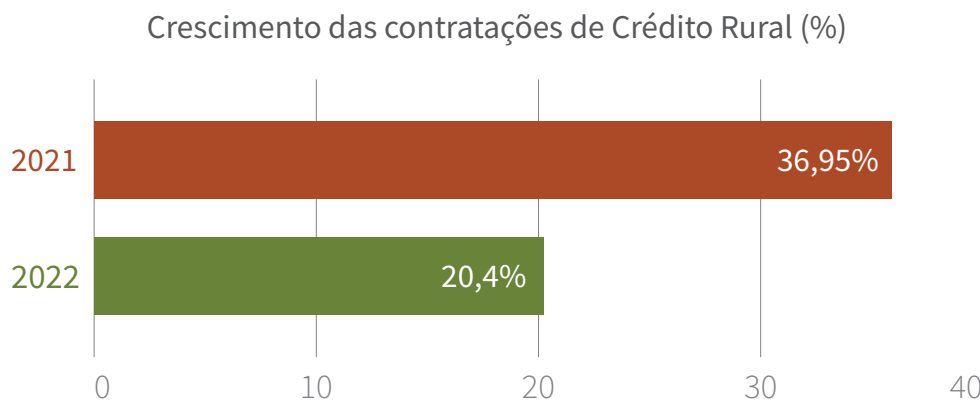
IND16.1 - Taxa de Crescimento das Contratações do Crédito Rural (indicador comum ao PPA)

Finalidade: avaliar o crescimento das contratações de crédito rural.

Área Responsável: SPA - Secretaria de Política Agrícola.

Meta para 2022: 6,2%.

Resultado apurado: 20,4%.



Análise crítica: face a uma previsão de crescimento de 6,2% nas contratações do crédito rural, baseada na média do crescimento dos últimos cinco anos, foi observado um crescimento de 20,4% no valor das contratações do crédito. Tal performance deve-se, principalmente, à grande demanda por tomada de recursos do crédito rural observada ao longo do ano, conjugada com o aumento dos custos de produção.

Mesmo com tal crescimento nas contratações realizadas, observa-se, ainda, considerável demanda por recursos equalizáveis - informada pelos agentes financeiros - que acaba por não ser atendida e gera uma demanda represada crescente a cada safra. Como há limitação nos recursos disponibilizados, para equalização de taxa de juros pelo Tesouro Nacional, tal demanda acaba não sendo atendida e os recursos equalizados esgotam-se cada vez mais cedo, após o início de um novo Ano Safra.

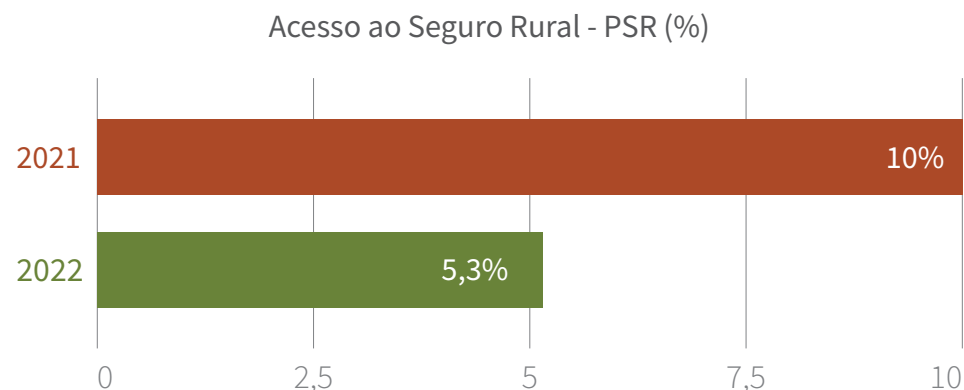
IND16.2 - Percentual de Acesso ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR

Finalidade: indicar o quanto o MAPA estendeu o acesso ao seguro rural subvencionado em termos de número de produtores rurais beneficiados, mensurado de forma indireta por meio do número de apólices de seguro rural subvencionadas e extensão de área segurada no âmbito do PSR, em relação aos números agregados para o Brasil.

Área Responsável: SPA - Secretaria de Política Agrícola.

Meta para 2022: 7,95%.

Resultado apurado: 5,30%.



Análise crítica: a Lei Orçamentária Anual - LOA de 2022 aprovou recursos da ordem de R\$ 990 milhões para o PSR, executados por meio da Ação Orçamentária 099F - Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural. Porém, durante o exercício financeiro, houve restrições e suplementações na dotação orçamentária do Programa, finalizando o ano de 2022 com R\$ 1,109 bilhão disponíveis, utilizados quase em sua totalidade para o pagamento da subvenção ao Prêmio do Seguro Rural. Considerando os valores globais, foram beneficiados aproximadamente 78,6 mil produtores rurais, proporcionando cobertura securitária para 7,3 milhões de hectares e garantindo capitais da ordem de R\$ 43,9 bilhões.

É preciso salientar que se observou um crescimento significativo do valor médio da importância segurada das apólices de seguro rural em 2022, consequência da elevação dos preços dos últimos meses das principais atividades que impactam no dispêndio do Programa, tais como: milho, soja e trigo. Ademais, a alta sinistralidade observada nas últimas safras fez com que as seguradoras ajustassem as taxas de prêmio, o que na prática também contribuiu para aumentar o valor médio das apólices, refletindo no índice apurado de 5,31% no ano passado, bem aquém dos resultados verificados nos dois anos anteriores. Dessa forma, não obstante a disponibilização do montante de R\$ 1,1 bilhão para o PSR, o índice calculado não superou a meta estimada de 7,95% para 2022.

OE17 - Melhorar a Imagem Institucional e da Agropecuária Brasileira

Descrição: ampliar a percepção positiva do MAPA com os agentes e representantes das cadeias produtivas agropecuárias, do governo e da sociedade, com foco na disseminação de informações técnico-institucionais de suas atividades. Fortalecer a inserção das cadeias produtivas agropecuárias no mercado externo, buscando seu reconhecimento no mercado interno.

IND17.1 - Taxa de Notícias Espontâneas Favoráveis Veiculadas na Mídia Sobre o MAPA

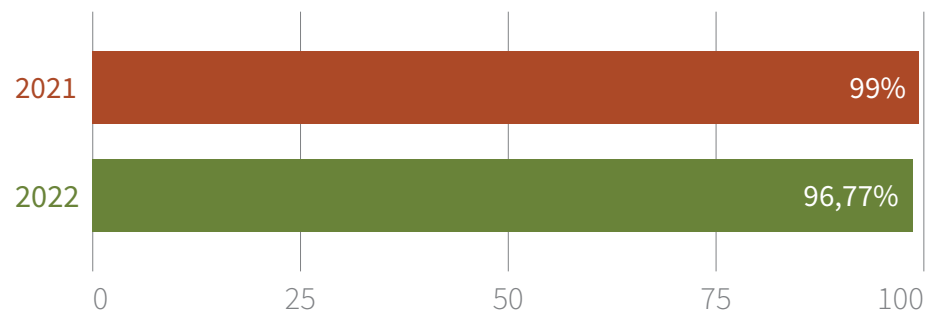
Finalidade: medir a quantidade de notícias espontâneas favoráveis em relação ao total.

Área Responsável: AECS - Assessoria Especial de Comunicação Social.

Meta para 2022: 91%.

Resultado apurado: 96,77%.

Notícias espontâneas favoráveis (%)



Análise crítica: a análise da repercussão do MAPA na mídia demonstra que em 2022 foram publicadas espontaneamente 18.693 notícias, das quais 18.090 foram favoráveis, um percentual de 96,77% que superou positivamente a meta estabelecida para o indicador. A perspectiva para os próximos períodos é manter a atuação que vem se demonstrando bastante eficiente e ainda ampliar a produção de conteúdos audiovisuais que, conforme demonstrado em iniciativas como a série do YouTube “Carrinho de Compras”, as lives no canal oficial do YouTube e os produtos de áudio “MAPACast”, “Momento Agro”, “Boletim Agrometeorológico” e “Papo Técnico”, obtiveram uma boa recepção por parte do público alvo do MAPA.

IND17.2 - Crescimento do Número de Perfis Ativos do MAPA nas Redes Sociais

Finalidade: mensurar o crescimento do interesse pelas páginas das redes sociais do MAPA a partir da quantidade total de seguidores.

Área Responsável: AECS - Assessoria Especial de Comunicação Social.

Meta para 2022: 614.221 seguidores.

Resultado apurado: 687.260 seguidores.

Análise crítica: no primeiro semestre de 2022, as redes sociais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA Brasil) continuaram apresentando um crescimento acima das metas propostas como demonstrado no segundo semestre de 2021.

Figura - Conta oficial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



Ao final do segundo semestre do ano, foi utilizado o mesmo quantitativo apurado no final do primeiro semestre de 2022, 687.260 seguidores, visto que devido à legislação eleitoral as redes sociais do MAPA ficaram fechadas entre os meses de julho e outubro, retornando apenas no início de novembro, e com algumas redes reiniciando sua contagem de seguidores, de forma que o dado atual não refletiria o crescimento orgânico dos perfis. Observa-se, ainda, que ao final do primeiro semestre de 2022 a meta anual já havia sido batida. Adicionalmente, manifesta-se a necessidade de modificar o indicador em questão, visando adequá-lo às novas diretrizes de comunicação a serem implantadas na nova gestão.

OE18 - Aperfeiçoar a Articulação Institucional com Ênfase na Atuação Finalística

Descrição: ampliar a participação em negociações internacionais, para estabelecimento de normas e regras visando manter e conquistar novos mercados para os produtos das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras. Aumentar e aperfeiçoar o relacionamento com as representações das entidades privadas e públicas (federais, estaduais, distritais e municipais), com vistas a influenciar e promover a elaboração e execução de políticas de interesse do setor agropecuário. Subsidiar o Poder Legislativo com informações necessárias para a formulação e a aprovação de projetos de interesse do setor agropecuário nacional.

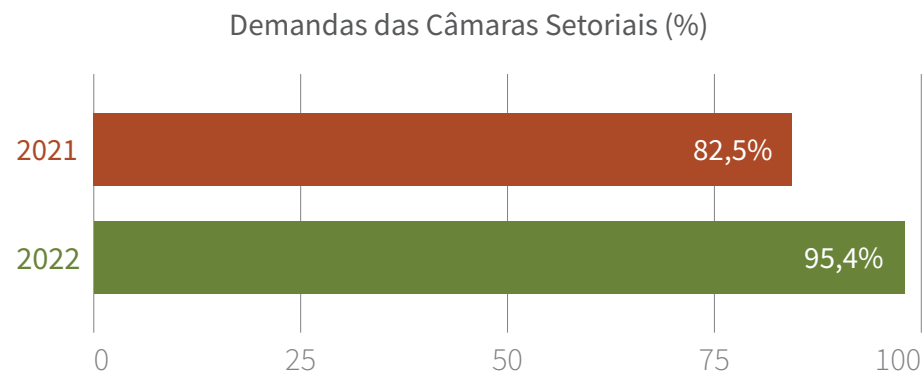
IND18.1 - Taxa de Avaliação de Projetos em Tramitação no Congresso Nacional

Finalidade: avaliar a atuação do MAPA na criação de Notas Técnicas que servem de subsídio para os congressistas defenderem os interesses das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras.

Área Responsável: AERIN - Assessoria Especial de Relações Governamentais e Institucionais.

Meta para 2022: 60%.

Resultado apurado: 95,4%.



Análise Crítica: a meta estipulada para 2022 foi superada, com o resultado final de 95,40%. A Assessoria Parlamentar - ASPAR instituiu melhorias no processo de elaboração de Notas Técnicas para projetos em tramitação relacionados à agricultura. O fluxo de 2021 continuou e o setor foi aprimorado com o objetivo de otimizar o tempo das áreas técnicas na elaboração de notas, pareceres, despachos etc.

O reflexo disso se torna muito claro quando, das 174 proposições identificadas com a nomenclatura “agricultura”, 166 foram encaminhadas para análise técnica das áreas. Ou seja, o filtro diário realizado pela Assessoria, alinhado à análise prévia conjunta com os pontos focais indicados pelos gabinetes das áreas técnicas, determinou de forma muito mais objetiva as proposições pertinentes à pasta e também as prioridades nas políticas que deveriam ser tratadas pelo MAPA. Vale ressaltar que a estatística não demonstra o real desempenho, considerando inclusive a subjetividade de um setor estratégico.

IND18.2 - Taxa de Resposta às Demandas das Câmaras Setoriais e Temáticas

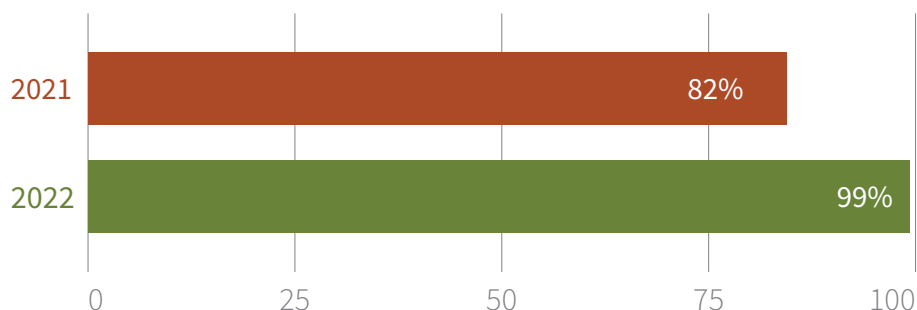
Finalidade: medir a capacidade de atendimento das demandas acordadas nas Câmaras Setoriais e Temáticas.

Área Responsável: SPA - Secretaria de Política Agrícola.

Meta para 2022: 70%.

Resultado apurado: 99%.

Resposta às Demandas das Câmaras Setoriais e Temáticas (%)



Análise crítica: as Câmaras Setoriais e Temáticas são fóruns de interlocução do MAPA com as entidades do setor privado; ou seja, são a porta de entrada do setor privado no Ministério, onde as entidades trazem as suas demandas e contribuem assim para formulação e melhoria na implementação das políticas públicas de cada setor da agropecuária. Atualmente são 31 Câmaras Setoriais, que tratam de cada cadeia produtiva, e seis Câmaras Temáticas, que tratam de temas que são transversais aos diversos setores. As Câmaras reúnem entidades representativas de produtores, empresários, instituições bancárias e outros parceiros no setor, além de representantes de órgãos públicos e de técnicos governamentais. São órgãos consultivos que apoiam o MAPA na formulação de políticas públicas, em busca de maior eficiência no setor agropecuário. Ao longo de 2022, as reuniões ocorreram de forma híbrida (presencial e online) e as demandas seguiram sendo apresentadas.

A meta para o último trimestre de 2022 era responder a 70% das demandas apresentadas. Entretanto, considerando todo o ano de 2022, foram respondidas mais de 90% das demandas apresentadas (que o MAPA analisa e responde ou encaminha para os órgãos competentes), superando consideravelmente a meta proposta.

IND18.3 - Taxa de Participação do MAPA na Elaboração de Regras Internacionais

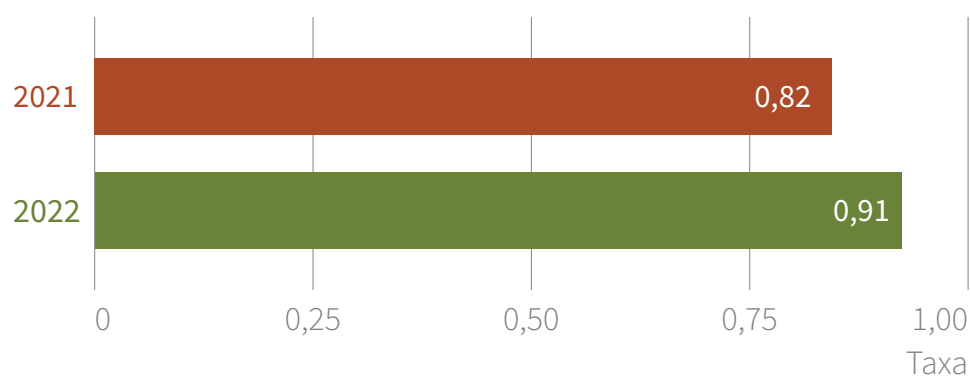
Finalidade: a participação proativa do MAPA em fóruns internacionais (multilaterais, regionais e birregionais) de interesse das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras contribui para a proposição de regras e acordos que levem em conta os interesses nacionais, auxiliando o comércio exterior dos produtos brasileiros.

Área Responsável: SCRI - Secretaria de Comércio e Relações Internacionais.

Meta para 2022: 0,69.

Resultado apurado: 0,91.

Participação do MAPA na elaboração de regras internacionais



Análise crítica: houve um grande esforço de toda a equipe para o máximo possível de atendimento às discussões internacionais para a elaboração de normas ou acordos de interesse nacional. Entre reuniões bilaterais e multilaterais com os demais países para tratar de negociações sanitárias, fitossanitárias (SPS) e também no âmbito técnico (TBT), o corpo de servidores do Departamento de Temas Técnicos, Sanitários e Fitossanitários - DTSF/SCRI participou em 100 oportunidades durante o período mensurado, de um total de 110 apresentadas. Destacam-se nesse rol reuniões bilaterais com a China e o Canadá; reuniões para discussões dos Acordos Mercosul - Canadá, Mercosul - União Européia, Mercosul - Singapura e Mercosul - Coreia do Sul; reuniões dos Subgrupos Técnicos Mercosul SGT-3 e SGT-8; e reuniões de fóruns diversos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO e Convenção da Diversidade Biológica - CDB. Desta forma, com o resultado 0,90, a meta proposta para 2022, de 0,69, foi superada.

OE19 - Aperfeiçoar Atos Normativos e Automatizar e Implantar Processos de Negócio (Transformação Digital)

Descrição: elaborar, revisar, atualizar e simplificar atos normativos, modelar e automatizar processos, com vistas a promover a transformação digital do MAPA, com foco na prestação de serviços mais eficientes, eficazes, econômicos e efetivos, de forma transparente para a sociedade.

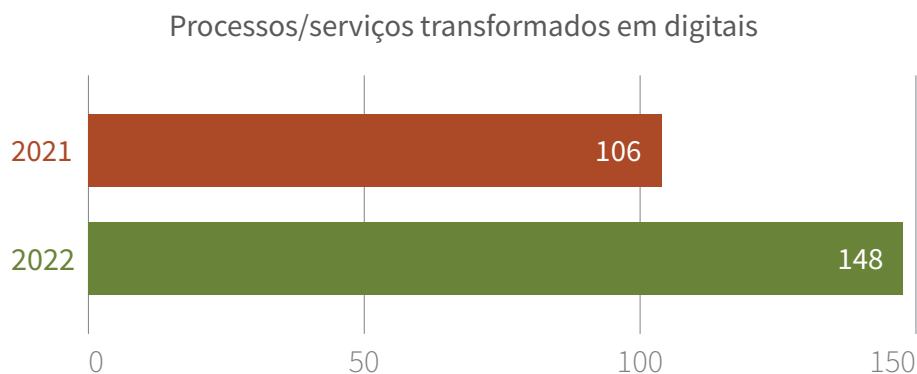
IND19.1 - Número de Processos/Serviços Transformados em Digitais

Finalidade: medir o resultado da Transformação Digital no MAPA com foco na melhoria do acesso de cidadãos e empresas aos serviços oferecidos pelo Ministério.

Área Responsável: SE - Secretaria Executiva.

Meta para 2022: 38 processos/serviços.

Resultado apurado: 148 processos/serviços.



Análise crítica: em 2019, ano em que se iniciou a transformação digital do MAPA, 24 serviços foram transformados em digitais. Em 2020, 51 serviços; e, em 2021, 54 serviços.

Em 2022, foram transformados apenas 16 serviços, visto que durante praticamente todo o ano a empresa de desenvolvimento de software não estava mais atendendo a novas demandas, pelo fato de que o contrato seria encerrado. A nova empresa de desenvolvimento foi contratada em agosto, porém não realizou desenvolvimento relacionado à transformação digital.



Com isso, no total foram transformados em digitais 148 serviços do MAPA, 389,47% a mais do que a meta original, de 38 serviços.

Para continuidade da transformação digital do MAPA é necessário que exista priorização das demandas de transformação junto ao Departamento de Tecnologia da Informação - DTI do Ministério, e o ideal seria que houvesse orçamento destinado especificamente à transformação digital, visto que no momento as execuções dependem do repasse orçamentário por parte das secretarias do MAPA.

IND19.2 - Prazo de Análise para Processos Prioritários de Concessão de Registros, Certificações e Habilitações de Insumos e Produtos Agropecuários (indicador comum ao PPA)

Finalidade: verificar a diminuição do prazo de concessão de registros de estabelecimentos.

Área Responsável: SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária.

Meta para 2022: 78 dias.

Resultado apurado: 58 dias.

Análise crítica: este indicador é composto por dois subindicadores, um correspondente ao registro de estabelecimentos de Vinhos e Bebidas e outro referente ao registro de estabelecimentos de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos. O subindicador "Prazo de análise de registro de estabelecimentos de Vinhos e Bebidas" terminou o ano sem alcançar o resultado esperado, com o prazo extrapolando 7,5% a meta estabelecida. Frente ao cenário de redução do quadro de servidores e o volume de solicitações recebidas, a

equipe demonstrou um alto desempenho proporcionado pelo estabelecimento da Central de Registro de Estabelecimentos. Melhorias no processo foram implementadas, mas a redução do tempo continua dependente de se conseguir um aumento do efetivo de Auditores Fiscais Federais Agropecuários - AFFA para analisar com mais celeridade às solicitações de registro.

Como parte da força de trabalho esteve, durante todo o ano, envolvida com atividades de fiscalização in loco, incrementadas por aquelas prioritárias decorrentes das vistorias remotas ocorridas durante o período de pandemia, restou menor quantitativo de pessoal responsável por atender à demanda gerada pelas novas solicitações de registro. Ademais, é interessante destacar que, além do prazo estar no limite da capacidade operacional dos serviços, o indicador depende da resposta assertiva do usuário em face das exigências apontadas pelo AFFA analista da solicitação. Tal resposta, quando não assertiva, gera a necessidade de novas análises, o que contribui para o aumento do prazo de concessão dos registros. A tendência, caso não haja a realização de concurso público em caráter de urgência, é o aumento do tempo necessário à concessão dos registros, uma vez que a perspectiva é de perda de recursos humanos em razão de iminentes aposentadorias, levando-se em conta a média de idade dos servidores em atividade no MAPA.

Quanto ao subindicador “Prazo de análise de registro de estabelecimentos de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos”, a meta foi superada em 42%, ou seja, o prazo de análise foi reduzido mais do que o esperado, indicando um alto desempenho do processo, que é automatizado. Destaca-se a celeridade no atendimento de casos críticos dada a inclusão de servidores no Programa de Gestão em regime de teletrabalho e a redistribuição de processos de estados com maiores demandas para servidores lotados em estados com menor demanda. Considerando que o Indicador 19.2 é composto por esses dois subindicadores, o valor global atendeu à meta.

OE20 - Aperfeiçoar a Governança Corporativa

Descrição: desenvolver o conjunto de mecanismos de estratégia, liderança e controle que direcione, monitore e avalie, tempestivamente, a gestão do MAPA, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços à sociedade.

IND20.1 - Índice de Governança Pública

Finalidade: mensurar a melhoria da governança institucional considerando os avanços quanto a liderança, capacidade estratégica, gestão de riscos organizacionais e accountability. O índice é equivalente ao calculado pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Área Responsável: SE - Secretaria-Executiva.

Meta para 2022: 0,55.

Resultado apurado: 0,64.



Análise crítica: em 2022 não houve medição do indicador Índice de Governança Pública, uma vez que, por decisão de gestão, optou-se por fazer a medição sempre que o Tribunal de Contas da União o fizer. Desse modo, pode-se admitir o resultado de 2022 como idêntico ao de 2021: 63,8%. Esse resultado coloca o MAPA acima da meta fixada para 2022 (55%) e enquadra o MAPA na faixa “intermediária” de maturidade em governança pública.

De igual forma, podem-se admitir mantidas as causas para esse desempenho mapeadas no ano de 2021: não precedência do planejamento sobre as demais funções administrativas (organização, direção e controle); supervalorização da normatividade; esquema de comando-e-controle defasado para a atualidade; ausência formal de metas derivadas dos objetivos estratégicos para os níveis subalternos, de acordos de níveis de serviço e de avaliação de desempenho de gestores.

Essas causas impactam, num primeiro plano, a capacidade de monitorar resultados organizacionais e o desempenho das funções de gestão, que é incipiente. Num segundo e maior plano, impactam o exercício da missão institucional definida em Lei (neste momento, o art. 19 da Medida Provisória nº 1.154/2023). Contudo, o Ministério não permaneceu inerte aos resultados do Índice de Governança Pública conhecidos em 2021, pois avanços foram feitos em algumas áreas. Houve o estabelecimento do modelo de governança, com a aprovação da Carta de Governança pelo Comitê Interno de Governança, referendada pela então Ministra de Estado (Portaria MAPA nº 416/2022, publicada no Diário Oficial da União 0 DOU de 25/03/2022). Na gestão de riscos, mais processos de trabalho tiveram

seus riscos mapeados, entretanto ainda não se avançou à fase cíclica de comunicação de riscos residuais aos gestores. No monitoramento de resultados organizacionais, houve avanços ao se estabelecer uma agenda de acompanhamento de Projetos Estratégicos Corporativos e de Resultados Prioritários. Por fim, no monitoramento do desempenho das funções de gestão, houve a abertura de projeto - coordenado e patrocinado pela Secretaria-Executiva - que visa dotar a organização de metodologia e matriz de responsabilidades para fazê-lo. Esses avanços devem se consolidar na rotina da organização e refletir com mais evidência na próxima medição do Índice de Governança Pública.

OE21 - Reter e Desenvolver Competências com Foco na Estratégia Corporativa

Descrição: implementar práticas de gestão de pessoas que propiciem o desenvolvimento de competências do quadro funcional, adequadas ao posicionamento estratégico do órgão.

IND21.1 - Índice de Participação do Corpo Funcional em Ações de Desenvolvimento

Finalidade: monitorar o percentual de servidores ativos que participam de ações de desenvolvimento profissional.

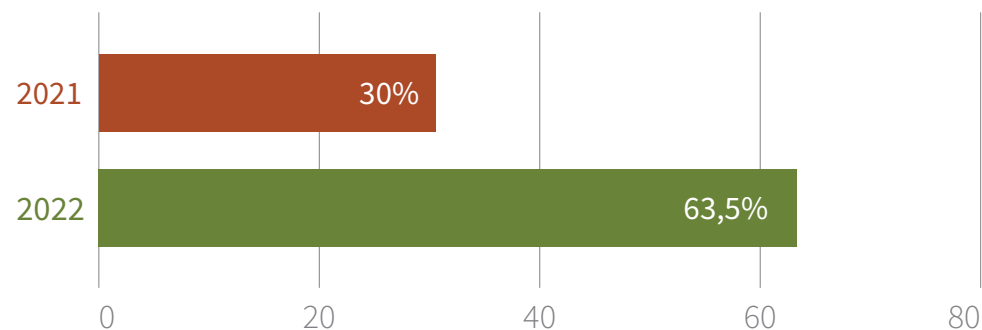


Área Responsável: SE - Secretaria-Executiva.

Meta para 2022: 40%.

Resultado apurado: 63,50%.

Participação do corpo funcional em ações de desenvolvimento (%)



Análise crítica: o resultado de 2022 superou a meta considerando os fatores elencados abaixo:

- oferta de cursos presenciais e semipresenciais, considerando o final das restrições impostas pela pandemia;
- uma vez que nem todos os servidores recebem ou acessam seus e-mails institucionais, o portfólio de cursos ofertados foi encaminhado para ampla divulgação via Sistema Eletrônico de Informações - SEI;
- adaptação e formatação do INFORME Enagro, visando à sua adesão e à melhor compreensão do conteúdo por parte dos servidores;
- assessoria direta às Unidades do MAPA para criação e oferta de cursos na Enagro Virtual;
- modernização do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA a fim de melhorar os serviços prestados; e
- atualização dos cursos ofertados no ambiente virtual da Enagro considerando as avaliações dos alunos e Unidades do MAPA.

Medidas que serão adotadas para melhorar o Indicador:

- realizar plano de comunicação com foco no engajamento dos servidores e gestores para estimular a participação em ações de desenvolvimento;

- b)** modernizar o fluxo de solicitação de capacitação, para diminuir os gargalos tornando o processo mais simples;
- c)** realizar reunião com as Unidades do MAPA para elaborar o calendário de eventos, considerando as necessidades de desenvolvimento prioritárias do Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP 2023; e
- d)** informatizar o processo de trabalho “Solicitar Capacitação”, com vistas a garantir maior gerenciamento das informações e celeridade ao fluxo.

IND21.2 - Nível de Execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas

Finalidade: monitorar a execução das necessidades de desenvolvimento indicadas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP.

Área Responsável: SE - Secretaria-Executiva.

Meta para 2022: 38%.

Resultado apurado: 16,27%.

Análise crítica: o Indicador encontra-se abaixo da meta considerando que:

- a)** as Unidades do MAPA utilizam o PDP para registro de necessidades sem o planejamento adequado das ações, deixando de considerar o orçamento disponível da unidade, a quantidade de servidores que poderão efetivamente se ausentar/afastar para realizarem as ações de capacitação e os atores responsáveis pela execução. Além disso, verifica-se que as Unidades ainda realizam o planejamento de forma equivocada, apesar de a Enagro registrar por meio de manual e reuniões que é responsável pelo planejamento e pela execução de capacitações de cursos transversais, visando suprir as maiores lacunas de desenvolvimento e otimização de orçamento (diagrama de pareto), atuando apenas como apoiadora das Unidades na execução de seus Planos;
- b)** apesar de o Indicador estar abaixo da meta, nota-se que, após a readequação da metodologia de elaboração do PDP, as necessidades cadastradas passaram de 2.626 para 627, demonstrando o avanço da equipe da Enagro em aproximar o Planejamento das Unidades à realidade; e
- c)** é importante elaborar um novo indicador que demonstre NECESSIDADE EXECUTADA x AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS, pois dentro de cada necessidade podem ser realizadas diversas capacitações. De forma a registrar o dado, informa-se que, dentro das 102 necessidades executadas, foram realizadas 532 ações de capacitação. Medidas que serão adotadas para melhorar o indicador:

- a)** sensibilizar o corpo funcional do MAPA na Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas e seu instrumento, o PDP, de modo a compreender a elaboração, execução e avaliação do planejamento das ações de capacitação e o impacto no desenvolvimento individual do servidor;
- b)** atualizar/elaborar novo indicador; e
- c)** analisar a conveniência e oportunidade para proposição de nova metodologia para elaboração do PDP, sem prejuízo às orientações do Órgão Central.

OE22 - Valorizar os Servidores e Melhorar a Cultura e o Clima Organizacional

Descrição: adequar a cultura aos valores institucionais e promover a melhoria do clima organizacional visando à valorização dos servidores.

IND22.1 - Taxa de Intervenções Executadas para o Alinhamento da Cultura Organizacional aos Valores Institucionais

Finalidade: mensurar o percentual das intervenções realizadas, dentre as planejadas, para o alinhamento da cultura organizacional aos valores institucionais.

Área responsável: SE - Secretaria-Executiva.

Meta para 2022: 100%.

Resultado apurado: 100%.

Análise crítica: o desempenho observado foi bastante satisfatório, como se depreende do cronograma de atividades previsto no Projeto Estratégico da Secretaria-Executiva “Alinhar a Cultura Organizacional aos Valores do MAPA - COV”.



Foram realizadas as atividades referentes à execução da ação nº 04 prevista no calendário de entregas inicial do Projeto: 1 - implantação e acompanhamento da mudança da cultura organizacional. Além disso, durante o ano de 2022, foram planejadas e executadas outras ações voltadas à melhoria da cultura organizacional, tais como: 1 - inauguração do Espaço Ceres; 2 - descentralização de recursos para 27 Superintendências e seis Laboratórios para implantação do Espaço Ceres; 3 - inauguração de quatro espaços Ceres em unidades descentralizadas; 4 - execução de dez eventos de Qualidade de Vida e Promoção à Saúde no Trabalho; 5 - execução de dois programas de capacitação de líderes e multiplicadores.

No momento, não existem restrições a serem superadas, as atividades estão ocorrendo com a margem de prazo esperada.

IND22.2 - Taxa de Ações Executadas para Melhoria do Clima Organizacional

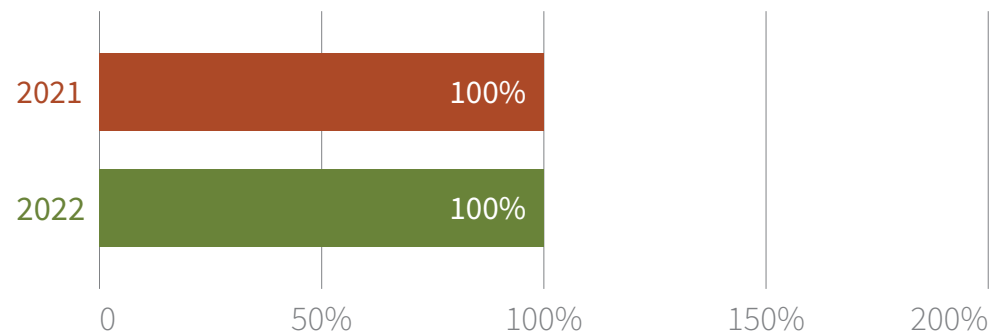
Finalidade: mensurar o percentual das ações realizadas, dentre as planejadas, para a gestão do clima organizacional.

Área Responsável: SE - Secretaria-Executiva.

Meta para 2022: 100%.

Resultado apurado: 100%.

Ações para melhoria do clima organizacional (%)



Análise crítica: o desempenho observado traz como métricas as atividades previstas nas entregas para o ano de 2022, a partir da pesquisa realizada pelo Ministério da Economia. As entregas previstas/executadas foram: 1 - propostas para melhoria do clima organizacional prioritizadas; 2 - propostas elaboradas; e 3 - propostas prioritizadas apresentadas para a alta gestão. O Indicador está coerente quanto à sua proposta de execução.

Após análises da pesquisa e apresentações de resultados, estima-se dar continuidade no ano de 2023 às propostas de ações para melhoria do clima organizacional.

OE23 - Adequar a Capacidade da Tecnologia da Informação aos Novos Desafios da Transformação Digital

Descrição: adequar os recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC às necessidades demandadas pelo MAPA e pelas novas tecnologias de apoio à transformação digital.

IND23.1 - Índice de Capacidade de Entrega de TIC

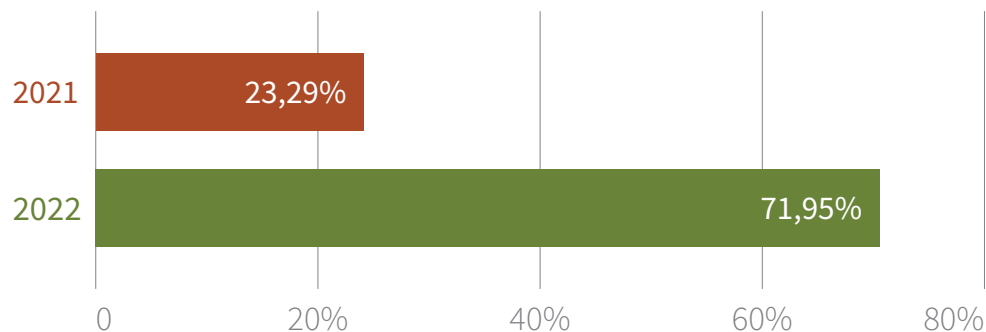
Finalidade: mensurar a capacidade de entrega de Tecnologia da Informação e Comunicações - TIC.

Área Responsável: SE - Secretaria-Executiva.

Meta para 2022: 55%

Resultado apurado: 71,95%

Capacidade de entrega de TIC (%)



Análise crítica: em 2022, houve um nítido alinhamento entre as possibilidades de atendimento do Departamento de Tecnologia da Informação - DTI do MAPA e as expectativas das áreas de negócio, com o cancelamento de apenas dois projetos durante o ano. O índice de entregas previstas para entregas realizadas atingiu o desempenho “mais realista e dentro da capacidade de atendimento do time de TIC” desde o início do indicador, com 71,95%.

Outro fator importante ocorrido a partir do segundo semestre de 2022 foi a implantação do Ecossistema Orientado a Produtos Digitais - ECOPROD, que possibilitou iniciar grande mudança na forma de gerenciamento da Fábrica de Software contratada pelo MAPA, com a implantação de métodos ágeis, com equipes de Scrum Masters - SM, Gerentes de Produtos Digitais - GPDs e Desenvolvedores alocados em projetos específicos, trazendo mais clareza e transparência no trabalho desenvolvido para novos sistemas do MAPA e para a sustentação das aplicações já em produção.

Ao final de 2022, outra mudança ocorrida que trará grande impacto nos primeiros meses de 2023 foi a contratação de uma nova empresa que realiza o serviço de Central de Serviços de TIC, níveis 1, 2 e 3. Com um novo modelo de processos de atendimento e mais facilidades para o atendimento ao público do MAPA, que gira em torno de 300 mil pessoas diretamente e milhões de cidadãos indiretamente, com o impacto das unidades Estaduais, Municipais e correlatas do MAPA e em toda a cadeia produtiva do agronegócio brasileiro.

Não foi possível realizar a contratação de força de trabalho oriunda do Concurso Temporário para 60 servidores especializados em TI devido às restrições orçamentárias. Após o resultado das eleições do ano de 2022, houve mudança estrutural já para os primeiros dias de janeiro de 2023, que apresentou ao DTI um novo status passando a ser uma Subsecretaria de TI, responsável por atender, inicialmente, a três Ministérios recriados,

mas extinguindo sete cargos e funções importantes em sua estrutura organizacional para o melhor desenvolvimento dos trabalhos pelas equipes do DTI.

OE24 - Aperfeiçoar a Qualidade dos Gastos Públicos

Descrição: no cenário de crescente evolução da dívida pública no qual se impõe um maior controle do crescimento real das despesas do Estado, deve-se criar um ambiente propício ao aperfeiçoamento da qualidade do gasto pelas unidades administrativas.

IND24.1 - Coeficiente de Alocação de Recursos em Atividades Administrativas

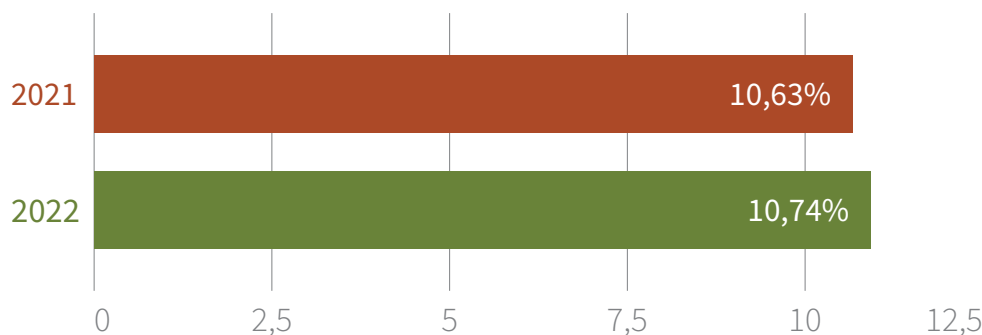
Finalidade: mensurar a aderência ao teto de 20% da execução orçamentária nas ações administrativas (programa de gestão e manutenção da unidade, ou similar) em relação ao total de despesas discricionárias da pasta, deixando os restantes 80% para custeio de atividades finalísticas.

Área Responsável: SE - Secretaria-Executiva.

Meta para 2022: 20%.

Resultado apurado: 10,74%.

Alocação de recursos (%)



Análise crítica: a meta estabelecida para o Indicador foi alcançada e superada no exercício de 2022, posto que o percentual de empenho em ações administrativas ficou em 10,74%, bem abaixo da meta teto de 20% .



Este fato deve-se, notadamente, ao aumento considerável dos recursos orçamentários nas ações finalísticas desempenhadas pelo Ministério, principalmente o fomento ao setor agropecuário.

No entanto, há necessidade de aperfeiçoar o processo de identificação e apropriação dos custos das ações finalísticas que ainda são executadas nas ações administrativas.

IND24.2. Índice de Execução Orçamentária e Financeira

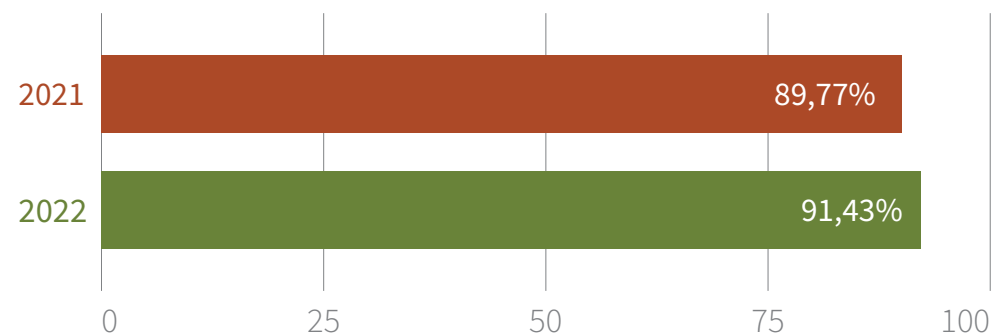
Finalidade: medir a efetividade da execução orçamentária e financeira das despesas discricionárias, exclusive as oriundas de emendas parlamentares, nas fases de empenho, liquidação e pagamento das unidades do MAPA.

Área Responsável: SE - Secretaria-Executiva.

Meta para 2022: 85%.

Resultado apurado: 91,43%.

Execução orçamentária e financeira (%)



Análise crítica: a meta estabelecida para o Indicador foi alcançada, uma vez que a média harmônica das taxas de empenho, liquidação e pagamento atingiu 91,7%, portanto, 6,7% acima da meta estabelecida para o exercício financeiro de 2022.

Este resultado foi possível em função do aproveitamento das disponibilidades orçamentárias, com a execução orçamentária acima de 97%. Para os próximos exercícios, é importante que as suplementações orçamentárias /desbloqueios não aconteçam nos últimos meses do exercício financeiro, pois dificultam que todas as despesas empenhadas passem pela liquidação e pagamento ainda no exercício em referência.

Iniciativas Estratégicas, Responsáveis, Metas e Resultados em 2022

O MAPA trabalha com diferentes tipos de Iniciativas Estratégicas — IEs que apoiam a execução do seu Plano Estratégico 2020-2031. São elas que geram os resultados que contribuem para a consecução dos Objetivos Estratégicos — OEs e, conseqüentemente, impactam as metas estabelecidas nos Indicadores de Desempenho.

Há Iniciativas com maior ou menor grau de agregação de atividades, sendo algumas relacionadas a programas e outras a ações mais específicas. De forma geral, as Iniciativas Estratégicas estão associadas com prioridades do Ministério e de seus dirigentes e representam grandes ações de intervenção que têm por finalidade garantir que o MAPA migre da situação atual para a situação desejada em 2031, explicitada pela Visão de Futuro.

As Iniciativas focadas nas áreas finalísticas do Ministério contribuem predominantemente para a consecução dos Objetivos Estratégicos das duas perspectivas superiores do Mapa Estratégico: (a) Resultados para a Sociedade; e (b) Resultados para o Público Alvo. Por sua

vez, aquelas associadas a temas internos do Ministério tendem a contribuir mais para os Objetivos Estratégicos das duas perspectivas da parte de baixo do Mapa Estratégico: (c) Processos Internos; e (d) Infraestrutura e Aprendizagem.

Vale salientar que, em 2022, foi realizado um acompanhamento trimestral das Iniciativas Estratégicas mais relevantes com a Alta Gestão do MAPA, inclusive em reuniões com a participação do Ministro e dos dirigentes das Unidades Administrativas.

Considerando o grande volume de informação deste Relatório de Gestão, a seguir serão mencionadas as principais Iniciativas Estratégicas que tiveram destaque no exercício de 2022.

01. Atendimento a 15.975 Famílias das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste pelo Programa Produzir Brasil

O Programa Produzir Brasil, por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater, objetiva atender agricultores familiares titulados ou em processo de titulação, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA dos projetos de assentamentos criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra. A iniciativa promove a sustentabilidade econômica e ambiental, bem como a estabilidade social dos beneficiários, visando à inserção em mercados e posterior emancipação.

Unidade Responsável: Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo - SAF.

Meta: 15.975 famílias das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste atendidas pelo Programa Produzir Brasil.

Principais resultados em 2022:

O Programa Produzir Brasil atendeu 12.588 famílias de produtores assentados, em quatro chamadas públicas nas regiões Centro Oeste, Amazônia Legal, SUDENE e MATOPIBA.

No segundo semestre de 2022, a ANATER publicou o Edital de Chamamento Público nas regiões Sul e Sudeste (CP 003/2022) para a contratação de empresas de ATER que beneficiarão 3.500 famílias nessas regiões. Assim, o Programa Produzir Brasil atenderá o total de 20.475 famílias em todo o país até o ano de 2024. Quantidade de famílias em atendimento e a serem atendidas por estado: Acre: 212; Alagoas: 500; Amapá: 150; Amazonas: 329; Bahia: 800; Ceará: 489; Distrito Federal: 374; Espírito Santo: 900; Goiás: 2.530; Maranhão: 1.808; Mato Grosso: 1.543; Mato Grosso do Sul: 2.795; Minas Gerais: 1.411; Pará: 553; Paraíba: 571; Paraná: 700; Pernambuco: 420; Piauí: 800; Rio de Janeiro: 300; Rio Grande do Norte: 563; Rio Grande do Sul: 400; Rondônia: 233; Roraima: 220; Santa Catarina: 400; São Paulo: 400; Sergipe: 506; Tocantins: 566.



A meta de atendimentos até o ano de 2022 foi estipulada em 15.975 famílias assentadas, baseada no número de famílias definido por contrato firmado entre a ANATER e empresas de ATER públicas ou privadas. A meta realizada atingiu 12.588 famílias ao fim do período analisado, representando portanto a execução de 78,8% da meta estipulada.

Entre os obstáculos enfrentados pelas empresas contratadas para atingimento da meta, o primeiro ocorreu durante a restrição de mobilidade na Pandemia de Covid-19 nos anos de 2020 e 2021. O isolamento social imposto prejudicou o início dos cadastramentos das famílias junto ao programa, uma vez que a reunião de mobilização de famílias estava suspensa. O segundo fator mais comum, presente em todas as regiões trabalhadas, foi a dificuldade para o cadastramento de famílias de beneficiários na adesão ao programa.

A estimativa do número de beneficiários por lote de contratação de empresas é baseada no que consta na Relação de Beneficiários - RB emitida pelo INCRA, de cada projeto de assentamento. Entretanto, ao realizarem as visitas nos assentamentos, o número de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA passíveis de aderir ao Programa Produzir Brasil era invariavelmente menor do que o constante na RB. Em algumas situações, o número de famílias beneficiárias residentes no assentamento atingia somente 30% da RB. Outras situações envolvem a não adesão ao programa, seja pelo fato de o lote produtivo estar arrendado para terceiros ou pela falta de interesse na participação.

A discrepância entre o número de famílias na RB e o número de famílias residentes causou enorme atraso no cadastramento das famílias, sendo necessário recomençar todo o procedimento de cadastramento de assentamentos a serem atendidos, entre exclusões e inclusões de novos assentamentos ou de novos beneficiários.

Diante dos baixos percentuais de execução, notadamente entre as empresas públicas de ATER, que alegaram problemas na mobilização de famílias em assentamentos, houve a rescisão do contrato pela ANATER, sendo esse o terceiro fator que afetou o atingimento da meta. Na celebração de seis instrumentos específicos de parceria na região da SUDENE, cinco foram rescindidos, impactando no atendimento a 1.593 famílias.

De todo o exposto, depreende-se que o percentual de atingimento da meta pode ser considerado satisfatório, diante das dificuldades encontradas em campo.

O Programa Produzir Brasil possui previsão de fornecimento de ATER entre 12 a 24 meses tendo início no ano de 2021, que, portanto, com os aditamentos de dilatação de prazo de execução, não foram finalizados, o que não permite profunda avaliação dos impactos gerados no público alvo.

O Programa foi idealizado para concentrar esforços entre o MAPA, por meio da SAF, e o INCRA, com execução pela ANATER. O sucesso do arranjo institucional depende do real esforço direcionado ao atingimento dos objetivos e metas.

02. Atendimento a 11 Cadeias Produtivas por Meio do Ater Digital

O Programa Ater Digital visa fortalecer e ampliar o sistema brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater, por meio da promoção de Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs nas atividades de empresas públicas e privadas, buscando ampliar o acesso dos produtores rurais a serviços mais modernos e eficientes no campo de forma remota.



Unidade Responsável: Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo - SAF.

Metas:

- informação tecnológica sobre as cadeias produtivas organizada;
- plataforma digital central e páginas dos Hubs disponibilizadas;
- monitoramento e avaliação dos projetos realizados;
- empresa para validação da metodologia de Ater Remota contratada; e
- cursos do Plano Estratégico de Capacitação para a Ater estruturados e disponibilizados.

Principais Resultados em 2022:

Os Hubs Virtuais têm o papel de atuar como indutores e catalisadores das competências existentes nas diversas organizações e como instrumentos de convergência entre elas, visando organizar as informações e os conhecimentos relevantes para a Agricultura Familiar.

Atualmente são 26 Hubs Virtuais em estruturação, sendo 21 de cadeias produtivas e cinco temáticos. Em 2022 foi iniciada a estruturação de 14 Hubs Virtuais: caprinos, ovinos, suínos, aves, tomate, alho, batata-doce, caju, agroindústria, nutrição e biofortificação, bovinocultura leiteira, sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta, capim búfel e palma, em parceria com as Unidade de Pesquisa da Embrapa.

03. Programa Residência Profissional Agrícola - AgroResidência

O Programa AgroResidência tem o objetivo de qualificar jovens estudantes e recém-egressos dos cursos de ciências agrárias e afins, de nível médio e superior, por meio de treinamento prático, orientado e supervisionado.

Unidade Responsável: Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo - SAF.

Metas:

- selecionar e contratar projetos de residência profissional agrícola de instituições de ensino, a partir de chamadas públicas;
- proporcionar oportunidades de qualificação e desenvolvimento profissional a jovens estudantes e recém-egressos da área de ciências agrárias e afins;
- favorecer a inserção no mercado de trabalho de jovens profissionais da área de ciências agrárias e afins; e
- promover aproximação da academia com a realidade vivenciada pelos diferentes atores da agropecuária nacional.

Principais Resultados em 2022:

A partir dos dois editais lançados pelo programa AgroResidência, foram selecionados e contratados 105 projetos de residência profissional agrícola de 56 instituições de ensino públicas federais. O conjunto desses projetos irá beneficiar diretamente cerca de 1.350 residentes, oriundos de cursos de nível médio e superior, até 2023.

Até dezembro de 2022, 600 residentes foram beneficiados e 457 Unidades Residentes foram atendidas. Cinco projetos foram concluídos, com 46 residentes beneficiados, e 20 destes saíram empregados, ou seja, uma empregabilidade de 43% dos residentes que finalizaram o programa. Além disso, 98 beneficiados foram empregados antes mesmo de finalizar a residência.

Além de beneficiar diretamente os jovens profissionais, o programa tem contribuído para a aproximação e o fortalecimento da relação da academia com os diferentes atores da agropecuária nacional, gerando ganhos para as instituições de ensino e para as unidades residentes.

04. Recadastramento do Pescador Profissional Artesanal e Industrial no Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP 4.0



O Sistema Informatizado de Registro da Atividade Pesqueira - SisRGP 4.0 é um novo sistema nacional de cadastro de pescadores profissionais. O SisRGP 4.0 é 100% digital, mais rápido e seguro, pois permitirá o cruzamento de dados, propiciando maior segurança nas informações prestadas e auxiliando no combate a eventuais fraudes. Com o SisRGP 4.0, os pescadores poderão realizar o cadastro ou atualizar a situação profissional de forma online, além de regularizar os profissionais que estão exercendo a atividade de pesca por meio de protocolo.

Unidade Responsável: Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP.

Metas:

- publicação de Normativos que regulamentem os procedimentos;
- realização de correções e atualizações no SisRGP 4.0 para adequação da plataforma;
- integração de Bancos de Dados Governamentais: Login Único, Faixa de Renda do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS e Cadastro Base do Cidadão - CBC;
- divulgação do Recadastramento de pescadores profissionais (artesanal e industrial);

- implementação do Sistema para ser utilizado em Projeto Piloto no Estado de Pernambuco; e
- finalização do recadastramento.

Principais Resultados em 2022:

O recadastramento permitirá regularizar as licenças em situação SUSPENSA de pescadores que tenham apresentado recurso administrativo dentro do prazo estabelecido, após a devida análise do recurso pela respectiva Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado de sua residência.

Os pescadores que trabalham somente com o protocolo de requerimento de licença inicial poderão solicitar sua inscrição e licença no novo SisRGP 4.0 e apresentar o protocolo, com os outros documentos obrigatórios, para obter sua licença. Todos os pescadores profissionais no Brasil poderão realizar o cadastramento ou recadastramento pelo Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP 4.0 e de forma GRATUITA.

Em 2022, destacam-se os seguintes avanços nessas duas frentes:

- Recadastramento Nacional: em 1º de outubro, o SisRGP 4.0 foi aberto para pescadores de todo o País. Até o final do exercício, haviam sido inscritos 627.172 pescadores no sistema. Essa etapa tem previsão de término em 30 de setembro de 2023, conforme Portaria SAP/MAPA nº 1.110, de 29 de junho de 2022;
- Cadastramento Nacional de pescadores com protocolo: em 1º de novembro de 2021, o sistema foi aberto para os pescadores com protocolo e que aguardavam pelo novo sistema para regularizar sua situação. Estima-se que haja 300 mil pescadores nessa situação e aptos para cadastramento com protocolo.

05. Modernização do Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras - PREPS

O PREPS tem como objetivos contribuir para as ações de segurança e salvaguarda da vida humana no mar, subsidiar os mestres de pesca orientando-os nas operações realizadas, permitir aos órgãos coordenadores do programa verificar o uso das autorizações de pesca concedidas, dar apoio à fiscalização da atividade pesqueira, minimizando o conflito entre a pesca industrial e artesanal, e permitir uma avaliação da efetividade das medidas de gestão pesqueira.



A modernização do PREPS visa promover a transparência de dados de rastreamento de embarcações por meio de integração de banco de dados e desenvolvimento de plataformas com utilização de inteligência artificial. Assim, os dados de rastreamento de embarcações serão disponibilizados para visualização de governantes e da sociedade civil na plataforma online Global Fishing Watch – GFW.

Unidade Responsável: Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP.

Metas:

- formalização de parceria por meio de Acordo de Cooperação Técnica – ACT com a Global Fishing Watch – GFW;
- publicação de Instrução Normativa de Rastreamento de Embarcações de Pesca por Satélite via plataforma GFW;
- divulgação da atualização do PREPS;
- integração dos bancos de dados governamentais – PREPS e GFW, entre Marinha do Brasil, IBAMA, ICMBio, MAPA/SAP;
- publicação pela SAP/MAPA dos painéis de visualização de dados integrados da pesca;
- capacitação dos gestores públicos da Marinha do Brasil, IBAMA, ICMBio, SAP/MAPA e demais entidades parceiras para utilização da Plataforma GFW; e
- rastreamento de 40% das embarcações de pesca marinha.

Principais Resultados em 2022:

- bancos de dados governamentais: PREPS e GFW, entre Marinha do Brasil, IBAMA, ICMBio, SAP/MAPA integrados. Ação realizada e publicada, a plataforma da Global Fishing Watch passa por constante atualização e segue disponível;
- Painéis da SAP/MAPA de visualização de dados integrados da pesca publicados;
- modernização do PREPS divulgada;
- capacitação dos gestores públicos da Marinha do Brasil, IBAMA, ICMBio, SAP/MAPA e demais entidades parceiras para utilização da Plataforma GFW concluída. Embora concluída, essa capacitação poderá ser ofertada novamente sob demanda;
- 40% da frota marinha rastreada;
- seguem tratativas para atualização da Instrução Normativa Interministerial SEAP/PR/MMA/MD nº 2, de 2006, dada sua complexidade e atuação conjunta entre a SAP/MAPA, Ministério do Meio Ambiente e Marinha do Brasil.

06. Águas da União para Fins de Aquicultura - Águas da União

O projeto busca adequar as Políticas Públicas que viabilizem o desenvolvimento sustentável da aquicultura em Águas da União, gerando emprego e renda.

Unidade Responsável: Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP.

Metas:

- Sistema Nacional das autorizações de uso de espaço físico de Águas da União para fins de Aquicultura - SINAU desenvolvido;
- Instruções Normativas que regulamentam a aquicultura em Águas da União alteradas;
- arrecadação gerada com a aquicultura em Águas da União transferida para a Secretaria de Aquicultura e Pesca - SAP;
- áreas aquícolas entregues;
- Cessões de Uso (Relatório Anual de Produção) acompanhadas;
- vistoria e fiscalização das cessões de uso de Águas da União para fins de aquicultura implantadas;
- áreas não ocupadas canceladas; e
- Monitoramento Ambiental da Aquicultura em Águas da União (Rede de Monitoramento) implantado.

Principais Resultados em 2022:

O projeto atualmente encontra-se na fase de monitoramento das áreas já concedidas por meio dos Relatórios Anuais de Produção - RAPs e disponibilização de novas cessões de uso de águas da União para fins de aquicultura. Dentre as principais entregas do projeto em 2022, pode-se citar o processo de cessão desburocratizado.

07. Abertura e Diversificação de Mercados para Produtos Agrícolas

Com o objetivo de ampliar a participação dos produtos agrícolas brasileiros no mercado externo, esta Iniciativa Estratégica busca fortalecer a imagem da agropecuária nacional e identificar novas oportunidades para exportação. Esse trabalho é realizado por meio de eventos, missões ao exterior, participação em feiras internacionais, apoio na elaboração de materiais de divulgação e comunicação, entre outros.

Unidade Responsável: Secretaria de Comércio e Relações Internacionais - SCRI.

Metas: as metas consistem na realização ou participação em agendas de articulação em três frentes: Diplomacia Ministerial; divulgação dos Produtos do Agronegócio; e fortalecimento da Imagem do Agronegócio.

Principais Resultados em 2022:

- Diplomacia Ministerial: participação em 63 reuniões com Embaixadores, 17 reuniões bilaterais com Ministros estrangeiros, 84 reuniões bilaterais, 48 reuniões multilaterais e 8 missões ao exterior;
- Produtos do Agronegócio divulgados: participação em 17 feiras internacionais;
- Imagem do Agronegócio fortalecida: participação em 21 seminários, 12 missões comerciais e 10 reuniões do Programa de Imagem e Acesso a Mercados do Agronegócio Brasileiro - PAM AGRO.

Como consequência desses esforços, de janeiro a dezembro de 2022, mais 50 mercados foram abertos e passaram a comprar produtos do agro brasileiro.

08. Rede de Adidos Agrícolas Fortalecida e Ampliada

Os adidos desempenham missões permanentes de assessoramento junto às representações diplomáticas brasileiras no exterior. Têm o papel de identificar oportunidades, desafios e possibilidades de comércio, investimentos e cooperação para a manutenção e ampliação do agronegócio brasileiro no mercado externo. Para isso, têm interlocução

com representantes dos setores público e privado, assim como interagem com relevantes formadores de opinião, na sociedade civil, imprensa e academia.



Unidade Responsável: Secretaria de Comércio e Relações Internacionais - SCRI.

Metas: manutenção dos postos de adidos agrícolas atuais, implementação de quatro novos postos e reestruturação da avaliação de desempenho dos adidos agrícolas.

Principais Resultados em 2022:

Como resultados para a manutenção dos postos de adidos agrícolas, novos adidos, designados em novembro de 2021, iniciaram missão em janeiro de 2022, nos postos na Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, México, Tailândia, Vietnã, Japão e África do Sul. Além disso, em 2022 foram designados novos adidos para os postos na Colômbia, Egito, Marrocos e União Europeia, os quais tiveram seus procedimentos de início de missão concluídos e missões iniciadas entre dezembro de 2022 e janeiro de 2023. Foram concluídos, ainda, os procedimentos de início de missão do novo adido agrícola que irá atuar no posto em Luanda, sendo sua missão iniciada em 08/01/2023.

Quanto à reformulação da avaliação de desempenho dos adidos agrícolas, foi publicada nova portaria que estabelece os critérios e os procedimentos para as avaliações, proporcionando melhoria de processos de gestão dos adidos agrícolas, por meio de definições quanto ao plano de trabalho, relatório de atividades e mecanismos de feedback, permitindo aprimoramento no acompanhamento das missões, de modo a contribuir para que os trabalhos desenvolvidos pelos adidos nos postos atinjam resultados cada vez mais exitosos para o MAPA e para o setor.

09. Lei do Autocontrole Publicada

O Programa Autocontrole visa estimular o aperfeiçoamento de sistemas de garantia de qualidade dos produtos agropecuários, aprimorando a relação entre o setor regulado e o agente regulador, promovendo a manutenção da produção agropecuária dentro das regras sanitárias. A partir da obrigatoriedade prevista em lei, será possível a regulamentação entre as diferentes áreas, com as especificidades necessárias para o cumprimento das medidas de autocontrole da produção agropecuária.

Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA.

Metas: Elaborar, discutir e publicar a Lei do Autocontrole, a partir de amplo diálogo com os atores envolvidos e de discussões de alinhamento com a Casa Civil, comissões da Câmara dos Deputados e comissões do Senado Federal.

Foi sancionada a Lei nº 14.515, de 29 de dezembro de 2022, conhecida como a Lei do Autocontrole.



10. Plataforma Digital do Autocontrole Desenvolvida e Implantada nas Áreas Priorizadas

Desenvolvimento e implantação do Sistema Informatizado de Autocontrole, permitindo uma avaliação completa, digital e autônoma nas unidades industriais, por meio do gerenciamento com o uso de plataformas integradas e inteligência artificial. Capacidade dos agentes agropecuários em implantar, executar, monitorar, verificar e corrigir seus procedimentos e processos visando garantir a idoneidade dos serviços, a identidade, a qualidade, a sanidade, a saúde e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários são o alvo deste projeto.

Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA.

Metas:

- mapeamento dos pontos de controle das cadeias;
- desenvolvimento do Ecossistema de Tecnologia da Informação - TI;
- integração das bases de dados do Autocontrole;
- coleta e tratamento de dados do Autocontrole;
- priorização de resultados analisados e fornecidos para as áreas;
- transferência da Plataforma de Autocontrole Digital para o Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO.

Principais Resultados em 2022:

O projeto apresentou avanços ao longo de 2022, com a realização de 36 reuniões no período envolvendo os temas: pontos de controle, absorção de códigos da EloGroup, definições de ambiente e detalhamentos com o SERPRO. Foram realizadas também reuniões para a priorização das melhorias impeditivas na plataforma antes de passar para o ambiente de produção.

A empresa contratada pelo Movimento Brasil Competitivo - MBC, a EloGroup, finalizou o repasse dos códigos e das informações para o SERPRO, conforme solicitado e planejado, tendo o SERPRO disponibilizado a Plataforma de Autocontrole no ambiente de produção no dia 16 de novembro de 2022.

O squad da Startup Autocontrole e a área responsável do Departamento de Gestão Corporativa - DEGES/SDA realizaram a conferência do repasse dos códigos e as priorizações das melhorias no ambiente de homologação e de produção diariamente.

Com o advento da plataforma já em ambiente de produção e o squad orientando e acompanhando a entrada das empresas na adesão ao Autocontrole, as demais atividades previstas poderão ser retomadas, dando continuidade ao projeto, com conclusão definitiva prevista para os primeiros meses de 2023.

11. Programa de Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária - ProDefesa

O objetivo desta iniciativa é contribuir para o aumento da produtividade agropecuária e para o acesso a mercados nacionais e internacionais por meio do fortalecimento dos Serviços de Defesa Agropecuária.

Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA.

Metas:

- 1) Modernização e desburocratização de serviços de defesa agropecuária:
 - a) eficiência dos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária – LFDA melhorada;
 - b) eficiência na prestação de serviços em portos e aeroportos (redução do tempo médio de liberação de carga nos portos para exportação e importação) melhorada;
 - c) eficiência dos serviços da defesa agropecuária, incluindo os serviços de inspeção, registro e automação, melhorada; e
 - d) boas práticas regulatórias (desempenho na elaboração e publicação de atos normativos) implantadas.
- 2) Controle e erradicação de pragas e de doenças:
 - a) Programa Nacional de Controle da Mosca da Carambola: estados livres da ocorrência da mosca da carambola;
 - b) País Livre da Febre Aftosa: estados livres da febre aftosa com e sem vacinação; e
 - c) Estados Livres da Peste Suína Clássica – PSC: estados livres da Peste Suína Clássica.
- 3) Conhecimento e Inovação para a Defesa Agropecuária:
 - a) Estudos Estratégicos para a Defesa Agropecuária Federal;
 - b) Desenvolvimento de Competências em Defesa Agropecuária;
 - c) Sistema de Inteligência Estratégica em Defesa Agropecuária;
 - d) Apoio à Pesquisa de Desenvolvimento – PD em Defesa Agropecuária; e

- e) Proposta de Parque Tecnológico em Defesa Agropecuária.
- 4) Monitoramento e Avaliação:
- a) Instrumentos para o Monitoramento, Avaliação e Elaboração de Lições Aprendidas implantados; e
 - b) Processos de Apoio à Gestão da SDA Automatizados implantados.

Principais Resultados em 2022:

No que se refere à modernização e à desburocratização de serviços de defesa agropecuária, alcançou-se satisfatoriamente a meta de melhoria de eficiência dos Laboratórios Nacionais. Já os serviços em portos e aeroportos encontram-se em redesenho com vistas ao alcance da meta. Atualmente, o tempo médio de prestação fica em torno de 4,3 dias; sendo a meta para 2022 de 4 dias, e de 3 dias ao final do programa. Foi implantado o serviço de inspeção, registro e automação, bem como as chamadas boas práticas regulatórias, aumentando o desempenho na elaboração e publicação de atos normativos na área de defesa agropecuária.

No componente de controle e erradicação de pragas e doenças, foram plenamente alcançadas as metas para 2022 relacionadas aos programas nacionais de controle da Mosca-da-Carambola, de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa e do Controle e Erradicação da Peste Suína Clássica.

Na vertente do conhecimento e inovação para a defesa agropecuária, foram contratadas 10 consultorias de pessoa jurídica, sendo nove ainda em andamento e uma encerrada. Para pessoa física foram 12 contratos, com dois em andamento, sete encerrados e três rescindidos. O ano de 2022 encerrou com um processo seletivo de pessoa física e dois de pessoa jurídica em andamento. Além disso, destaque para a contratação de Sistema de Inteligência Estratégica em Defesa Agropecuária, uma contratação de estudo de suporte ao Programa de Autocontrole e a contratação de 20 bolsistas, de bacharéis a doutores, para dar suporte ao tratamento de dados estratégicos da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA.

Finalmente, no componente do monitoramento e avaliação, o Modelo de Gestão Integrada da Defesa Agropecuária - MGDA foi totalmente implantado, com metodologia de Objectives and Key Results - OKR em uso para monitoramento dos indicadores estratégicos da SDA; Produtos de Origem Animal - POA permanentemente atualizado no Sistema de Gestão Estratégica e de Projetos Strategic Adviser - SA (mais de 10 mil indicadores), com portfólio de 16 projetos estratégicos em execução e seis em planejamento. Houve também a capacitação de mais de 400 servidores em monitoramento e avaliação. Ainda, foi iniciada no segundo semestre a execução de um projeto piloto para criação do modelo de

monitoramento e avaliação do PPA-SUASA, baseando-se na metodologia OKR. O projeto piloto envolve a participação dos seguintes estados: Bahia, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Roraima e São Paulo. Os OKRs já foram construídos e validados.

12. Vigilância e Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais

O Programa tem o intuito de combater o trânsito e o comércio irregular de mercadorias, bens e insumos agropecuários nas áreas de fronteiras internacionais. A extensa movimentação internacional de pessoas e mercadorias constitui o principal risco de introdução e disseminação de pragas, doenças animais e zoonóticas exóticas no País, além de outros riscos associados à ocorrência de fraudes, infrações e ilícitos no comércio e trânsito internacional de produtos agropecuários.



Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA.

Metas:

- a) estruturar sistema integrado de vigilância agropecuária em fronteiras internacionais (portos, aeroportos, fronteiras, remessas postais e expressas);
- b) implantar o Programa de vigilância em Defesa Agropecuária em Fronteiras Internacionais;

c) restabelecer atividades frente a agravos de interesse da Defesa Agropecuária e na integração com outros órgãos de governo, nas instâncias federal, estadual e municipal que atuam nas fronteiras internacionais.

Principais Resultados em 2022:

Foram realizadas 16 operações “Ronda Agro” no âmbito do Programa de Vigilância e Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais - Vigifronteira. Essas operações são realizadas em um esforço articulado entre as estruturas fiscalizatórias do MAPA e das vigilâncias sanitárias animal e vegetal dos estados, bem como com o apoio de órgãos como a Receita Federal, Polícia Federal e polícias estaduais, com vistas ao combate à comercialização clandestina e irregular de produtos agropecuários nas áreas de fronteira, prática que produz reflexos danosos em todo o território nacional.

Nessas operações, foram fiscalizadas 86 propriedades, cerca de 1.000 veículos, 17 embarcações e 52 estabelecimentos comerciais, resultando na apreensão de 60 toneladas de agrotóxicos, 38 toneladas de fertilizantes e mais de 25 toneladas de produtos de origem animal e vegetal, perfazendo um valor apreendido de mais de R\$ 13 milhões. As operações no seu conjunto emitiram 83 autos de infração, com a prisão em flagrante de 11 pessoas e a emissão de mais de R\$ 1 milhão em multas.

13. Programa Nacional de Levantamento e Interpretação de Solos do Brasil - PronaSolos

O Programa PronaSolos tem como objetivo suprir a carência por informações de solos no Brasil, por meio de levantamentos de solos e interpretações de uso em escalas iguais ou mais detalhadas que 1:100.000, visando contribuir para o aumento da competitividade, lucratividade e sustentabilidade da agricultura brasileira.

Unidade Responsável: Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação - SDI.

Metas:

- Plataforma Tecnológica - Versão Final;
- Plataforma PronaSolos implementada;
- Módulo de Controle de Projetos do PronaSolos disponibilizado na Plataforma PronaSolos;
- Dados e informações sobre solos disponibilizados na Plataforma PronaSolos.
- Universidade PronaSolos:

- Oferta de curso realizada pela Universidade PronaSolos.

Principais Resultados em 2022:

Em 2022, foi disponibilizado o segundo módulo da Plataforma Tecnológica do PronaSolos, que permite o uso do ambiente para os levantamentos de solos, monitoramento e gestão para o atendimento aos três níveis de governança. A Versão 03 do aplicativo de campo foi validada. O Portal de Comunicação foi implementado. Com a disponibilização do módulo, o produtor pode fazer consultas de inúmeros temas correlatos a solos, como fertilidade do solo, água disponível do solo, erosão, relevo, recursos hídricos, e localizar facilmente sua propriedade, identificando, por exemplo, os principais tipos de solos. A ferramenta MapaÍndice foi inserida na Plataforma PronaSolos, por meio da qual é possível integrar todas as informações do acervo e estudos de solos do Brasil. Houve a integração das Áreas Prioritárias com o Mapa Índice.

Em relação a Universidade PronaSolos, por meio de Edital nº 09/2022 da CAPES, foi aprovada a proposta para o Curso de Especialização em Geoprocessamento, Levantamento e Interpretação de Solos, a ser ofertado no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB/CAPES. A Coordenação-Geral de Conservação de Solos e Água - CGCSA/DEPROS/SDI articulou parcerias objetivando a obtenção de recursos para a elaboração de material didático e produção técnica de aulas com o Ministério do Desenvolvimento Rural - MDR, que, em conjunto com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, firmou convênio com Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da UFRRJ - FAPUR e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, para a oferta de curso superior de especialização em Geoprocessamento, Levantamento e Interpretação de Solos, na modalidade à distância e com início em janeiro de 2023. Esta iniciativa contou com a participação da Universidade Federal Rural do Amazonas – UFRA, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e da Universidade Federal de Viçosa – UFV, sendo que cada uma dessas universidades ofertará o curso para sua região de atuação com conteúdo adaptado à realidade local/regional.

Em cumprimento ao Decreto nº 10.269/2020, que institui o Comitê Estratégico e o Comitê-Executivo do PronaSolos, em agosto e dezembro de 2022, foram realizadas as Reuniões do Comitê Estratégico do PronaSolos. Na reunião de agosto de 2022, foi apresentado e aprovado o Regimento Interno do Comitê Estratégico, que estabelece os ritos e os processos para seu funcionamento, estando apto a ser encaminhado à análise jurídica para elaboração de Portaria para sua regulamentação. Também foi pauta da reunião de agosto a proposta de inclusão do PronaSolos no Plano Plurianual - PPA do Governo Federal, sendo a proposta aprovada pelo Colegiado.

14. Programa Nacional de Manejo Sustentável do Solo e da Água em Microbacias Hidrográficas - Águas do Agro

O Programa Águas do Agro tem por objetivo promover o desenvolvimento da atividade agropecuária conservacionista e sustentável, tendo a microbacia hidrográfica como unidade referencial de planejamento.

Unidade Responsável: Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação - SDI.

Metas:

- Formação e capacitação de pessoas (técnicos, extensionistas e produtores) em temas de conservação de Solo e Água:
- Módulo de EaD em conservação do Solo e da Água concluído;
- Capacitação de aproximadamente 250 técnicos em tecnologias e princípios da Conservação do Solo e da Água.
- Ações de fomento à conservação do Solo e da Água:
- Unidades de Referência Tecnológica implementadas em três estados brasileiros (GO, MG e BA).

Principais Resultados em 2022:

O Programa foi instituído por meio da Portaria nº 525, publicada em 6 de dezembro de 2022 no Diário Oficial da União - DOU. A formalização do programa foi um avanço importante em 2022.

Com o objetivo de aplicar e validar Metodologia de Diagnóstico Remoto de Microbacia Hidrográfica, foi proposto pela equipe da Coordenação-Geral de Conservação de Solos e Água - CGCSA/DEPROS/SDI um relatório com informações relativas ao processo de seleção e integração de microbacias no âmbito do Programa. A padronização de metodologia de trabalho foi consolidada no documento orientador “Relatório de Caracterização Remota de Microbacia Hidrográfica”.

No que tange à formação e capacitação, cabe destacar que foi estruturado juntamente com a Embrapa Milho e Sorgo, por meio de Termo de Execução Descentralizada - TED, um curso na modalidade de Ensino a Distância - EAD na temática da conservação do solo e da água, para capacitação de 250 pessoas.

Já quanto às ações de fomento à conservação do Solo e da Água, houve alinhamento com quatro estados brasileiros para implantação de Unidades de Referência Temática - URTs

(Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia e Goiás), sendo que o critério para priorização foi o de microbacias que apresentassem criticidade quanto ao solo e/ou à água.

15. Plano Setorial de Baixa Emissão de Carbono para o Enfrentamento da Mudança do Clima - ABC+ 2020-2030

Implantação do ABC+ 2020-2030, com o objetivo de promover a adaptação da agropecuária brasileira às mudanças do clima e a mitigação das emissões de Gases de Efeito Estufa, com aumento da eficiência e resiliência dos sistemas produtivos, por meio da gestão integrada da paisagem.

Unidade Responsável: Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação - SDI.

Metas:

- reestruturação dos Grupos Gestores Estaduais: 15 GGEs em operação;
- consolidação de Planos de Ação Estaduais: 15 PAEs ABC+ publicados;
- Sistema SIGABC - Sistema informatizado de Governança do ABC+ reestruturado (Produto Mínimo Viável - MVP), para alimentação de metas/dados dos Estados;
- documento com as estratégias de adaptação dos sistemas agropecuários às mudanças do clima para 06 cadeias produtivas elaborado e publicado;
- publicação com a compilação do histórico de ações realizadas e resultados obtidos com o Plano ABC 2010-2020;
- implementação/Reativação de Unidades de Referência Tecnológica: 374 URTs do ABC+ nos estados implantadas/reactivadas;
- capacitação de vários atores: 30.467 produtores, técnicos de ATER e estudantes capacitados nas tecnologias SPSABC.



Principais Resultados em 2022:

Em 2022, foram empreendidos esforços de estímulo e apoio aos Grupos Gestores Estaduais - GGEs, para sua estruturação e operacionalização, bem como apoio e orientação para a elaboração das metas estaduais dos Planos de Ação Estaduais - PAEs do ABC+. Foram realizadas 17 oficinas regionais com todos os GGEs, além de várias visitas in loco e diversas reuniões bilaterais para estímulo à elaboração dos PAEs do ABC+. Foram reestruturados 15 Grupos Gestores Estaduais, como meta de 2022, com a publicação de cinco desses grupos, por meio de Portarias e Decretos Estaduais.

No ano de 2022, cerca de 12 Estados concluíram seus Planos de Ação Estaduais - PAEs do ABC+, onde foram pactuados cerca de 47,8% do total da meta nacional, de 72 milhões de hectares com as tecnologias do ABC+. Ressalta-se que a conclusão das metas e de seus respectivos Planos depende da dinâmica de execução de cada Estado. Existe a expectativa de finalizar todos os 27 estados até meados de 2023. A governança e gestão de dados e informações do ABC+ foi aprimorada e efetivada pelo Decreto nº 10.606, de 22 de janeiro de 2021, que estabelece o SINABC - Sistema Integrado de Informação do Plano ABC (composto pelo SIGABC, Plataforma ABC e SICOR), onde serão computados dados de áreas em hectares com as tecnologias ABC, dados de emissão de GEE, bem como os dados de financiamento via crédito do Programa ABC. O protótipo do sistema SIGABC, onde cada estado irá lançar suas metas e ações do Plano, foi concluído e está em processo de internalização na estrutura de Tecnologia da Informação - TI do MAPA, para então ser disponibilizado para inserção dos dados de acompanhamento do ABC+ estadual.

Ocorreram avanços na Agenda de “Adaptação” frente às mudanças climáticas, com a elaboração do documento orientador “Marco Conceitual para Avaliação das Estratégias de Adaptação dos Sistemas Agropecuários às Mudanças do Clima” para seis cadeias produtivas (carne, leite, caprinos e ovinos, café, soja e cana de açúcar).

O livro “Plano ABC - Dez anos de sucesso e uma nova forma sustentável de produção agropecuária”, que traz uma compilação do histórico de ações realizadas e resultados obtidos com o Plano ABC 2010-2020, foi concluído, estando na fase de diagramação para lançamento.

As Unidades de Referência Tecnológicas - URTs com as tecnologias do ABC+ são implementadas em parcerias com os Projetos de Cooperação Internacional, como o Rural Sustentável Cerrado, Caatinga e o Projeto Paisagens Rurais. Dessa forma, a execução dessa meta fica a cargo das instituições executoras de cada projeto, contando com o apoio técnico do MAPA. Devido às questões operacionais, lançamento de editais públicos, revisão de metas, além da Pandemia Covid 19, foram implementadas 240 URTs em 2022. A previsão é que até maio de 2023 sejam implementadas as 134 restantes, totalizando 374 URTs.

As capacitações nas tecnologias do Plano ABC+ atingiram cerca de 23.350 produtores, técnicos de Ater e estudantes em 2022. Elas foram realizadas em parceria com os projetos Internacionais, bem como junto aos parceiros públicos/privados, com a participação da equipe da Coordenação-Geral de Mudanças Climáticas - CGMCAC/DEPROS/SDI. Cursos foram realizados presencialmente, via EAD e pelas mídias sociais. A meta inicial de 30.467 agentes capacitados sofreu uma reprogramação principalmente por parte da revisão de termos dos projetos internacionais, devido principalmente ao impacto da pandemia.

As linhas de crédito do Plano Safra para financiamento do Plano ABC+ foram atualizadas e alinhadas à nova fase 2020-2030, bem como o Manual de Crédito Rural - MCR. Também foram inseridas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF linhas específicas para o financiamento do ABC+ para pequenos produtores.

16. Programa AgroNordeste Implantado - AgroNordeste



O Plano de Ação para o Nordeste - Agronordeste tem o objetivo de apoiar a organização e a diversificação da produção agropecuária do Nordeste do Brasil e norte do Espírito Santo e de Minas Gerais por meio da integração de produtores a cadeias agropecuárias, adoção de tecnologias mais modernas e sustentáveis de produção, assistência técnica e ampliação do acesso a crédito e a canais de comercialização rentáveis, com pertinência econômica, social e ambiental, e com maior eficiência, menores riscos e maior potencial de sucesso e impacto.

Unidade Responsável: Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação - SDI.

Metas:

- documentos relacionados ao acordo com o BID elaborados e entregues;
- até 4.000 produtores atendidos em 16 territórios prioritários, envolvendo a estruturação de cadeias agropecuárias prioritárias;
- diagnóstico de oito assentamentos do INCRA, com 360 unidades produtivas, incluídos nas minutas de propostas de PPBs;
- três temas para termos de referência de estudos estratégicos e projetos P&D ou TT identificados (CECs, documentos técnicos, PDPs, etc);

- famílias de assentados rurais identificadas para regularização fundiária e ambiental;
- ampliação da Área Livre de Pragas - ALP (*Anastrepha grandis*) na Chapada do Apodi (RN e CE);
- fortalecimento da Área de Proteção Fitossanitária do submédio São Francisco (PE e BA);
- 20 mil produtores e microempreendedores em atividades agropecuárias atendidos pelo Sebrae;
- 31 mil produtores agropecuários atendidos pelo Senar;
- cinco cooperativas atendidas pelo programa Brasil + Cooperativo (SAF);
- 2,5 mil produtores, técnicos de ATER e estudantes incluídos em ações de capacitação vinculadas às prioridades e territórios do AgroNordeste;
- adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção - SISBI dos sistemas estaduais de inspeção da Paraíba e de Sergipe;
- fomento e apoio à estruturação de selos distintivos para três produtos regionais (por exemplo: SeloArte, Indicação Geográfica, Marca Coletiva);
- ações estratégicas de comunicação (público interno e externo).

Principais Resultados em 2022:

As entregas não dependentes de recursos financeiros da operação de crédito internacional com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID foram cumpridas. Mais que isso, aquelas não dependentes de recursos orçamentários da União, como, por exemplo, as entregas do Sebrae e do Senar, superaram em quantitativo as metas inicialmente propostas. Já aquelas dependentes de recursos da União precisaram ser ajustadas ao longo da execução do AgroNordeste em função dos seguidos contingenciamentos e do fluxo financeiro intempestivo.

Ao fim de três anos, a execução do AgroNordeste foi muito significativa, mesmo enfrentando severas restrições financeiras e orçamentárias e a pandemia de Covid-19, que afetou muito o trabalho em campo. Dentre as principais entregas de 2022, citam-se:

- a) o AgroNordeste assistiu, acompanhou e assessorou um contingente considerável de produtores e microempreendedores em atividades agropecuárias por meio dos seus Escritórios Locais de Operação - ELOs nos territórios prioritários (4 mil pessoas), assim como por meio do Sebrae (25 mil pessoas) e do Senar (31 mil pessoas), tendo como principais impactos:
 - o Sebrae estimou em 16% o aumento de rentabilidade dos produtores e microempreendedores envolvidos no AgroNordeste;

- a marca AgroNordeste é hoje amplamente reconhecida e tem muita credibilidade junto aos beneficiários finais, instituições e poderes locais e regionais; e
 - todos os parceiros demonstram satisfação e muita tranquilidade para operar com a marca AgroNordeste;
- b)** o INCRA entregou mais de 36 mil Contratos de Concessão de Uso - CCUs à famílias de assentados rurais, superando a meta de 30 mil famílias;
- c)** a Embrapa alcançou a meta de capacitar 2.500 pessoas no âmbito do AgroNordeste, com recursos de Termos de Execução Descentralizada - TEDs do MAPA. Como muitos entre os capacitados são difusores de tecnologia, esta ação tem enorme potencial na direção da modernização sustentável dos sistemas produtivos das cadeias agropecuárias tradicionais;
- d)** Sergipe aderiu ao Sistema Brasileiro de Inspeção - SISBI em março de 2022. A Paraíba já havia aderido em 2021. Assim, não há mais estados na região do AgroNordeste que estejam fora do SISBI, conforme planejado;
- e)** foi concedida uma Indicação Geográfica na área de abrangência do programa: Denominação de Origem para o mel de aroeira do norte de Minas Gerais;
- f)** a gestão da informação no AgroNordeste foi um dos pontos fortes da atividade, conseguindo atrair mídias regionais e nacionais para os resultados e impacto do AgroNordeste. O trabalho da comunicação, utilizado como instrumento de gestão da informação e conhecimento tanto para o público interno (AgroNordeste), quanto para a sociedade em geral, culminou com a elaboração da Revista AgroNordeste;
- g)** o AgroNordeste está implantado e consolidado em todos os onze estados da sua área de abrangência, com o Comitê Central de Coordenação e os Comitês Estaduais de Coordenação operando regularmente e cumprindo a sua função de indicar cenários, obstáculos, oportunidades e prioridades de execução e proporcionar fóruns de discussão e articulação para ação integrada e sinérgica das instituições pertinentes;
- h)** iniciaram-se as ações do AgroNordeste Digital (voltado ao tema da conectividade e da integração digital) e do AgroNordeste Mais Valor (projetos vitrines tendo agroindústrias como integradoras da produção).

17. Promover a Transformação de 82 Serviços Não Digitais ou Parcialmente Digitais em Digitais

O Plano de Transformação Digital busca ampliar a oferta e simplificar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos sob responsabilidade do MAPA. Para isso, incentiva, monitora e acompanha a transformação de serviços analógicos/presenciais em serviços digitais, o que contribui para aperfeiçoar a experiência de acesso aos serviços públicos pela sociedade. Além disso, atualiza o Portal de Serviços do Governo Federal, que é o aglutinador das demandas por serviços públicos do Poder Executivo Federal.

Unidade Responsável: Secretaria-Executiva - SE.

Meta: transformar 82 serviços não digitais ou parcialmente digitais em digitais.

Principais Resultados em 2022:

Houve importantes resultados no projeto de transformação digital em 2022, sendo 10 serviços no primeiro semestre:

- a)** Solicitar abertura de mercado para importação de produtos de origem animal pelo Brasil;
- b)** Obter autorização prévia para importação de fertilizantes inoculantes e corretivos;
- c)** Registrar agrotóxicos classificados como produtos biológicos, microbiológicos, Bioquímicos e Semioquímicos para usos na Agricultura;
- d)** Registrar agrotóxico para uso na agricultura orgânica;
- e)** Registrar agrotóxico para exportação;
- f)** Registrar agrotóxico;
- g)** Obter Certificado de Registro Especial Temporário de agrotóxicos;
- h)** Credenciar entidades para realização de testes de agrotóxicos;
- i)** Solicitar análise e identificação de pragas do cacaueteiro; e
- j)** Realizar inscrição para obter o Selo Mais Integridade.

No segundo semestre, apesar da adaptação da nova Fábrica de Software contratada pelo Departamento de Tecnologia da Informação - DTI do MAPA, houve a transformação do seguinte serviço:

- k)** Habilitar-se para comércio exterior de produtos de origem animal.

18. Realizar a Integração e a Centralização das Bases de Dados Estratégicas do MAPA

O projeto visa à criação de um repositório único para centralizar as bases de dados estratégicas do MAPA, incluindo suas Entidades Vinculadas, de forma estruturada, contendo o inventário, dicionário dos dados e a automação de eventuais transformações necessárias sobre os dados originais.

Unidade Responsável: Secretaria-Executiva - SE.

Metas:

- conclusão da Prova de Conceito - PoC com o Serpro/AWS;
- contratação de serviços de nuvem;
- definição e carga das fases estratégicas de cada Secretaria do MAPA, assim como das Entidades Vinculadas;
- limpeza, transformação e análise descritiva dos dados;
- definição e priorização das necessidades estratégicas de análise de dados;
- entrega de painéis, conforme a hierarquização, para consulta e monitoramento pela Alta Administração.

Principais Resultados em 2022:

A integração e a centralização das bases de dados estratégicas do Ministério têm produzido benefícios tecnológicos significativos em relação à gestão dos dados, uma vez que vêm buscando dissolver problemas, como: dispersão de dados e existência de sistemas diversos sem integração plena; ausência de relacionamento entre dados que garanta a integridade e elimine as duplicidades; e dificuldade na produção de informações gerenciais para a tomada de decisão. Esta ação tem proporcionado melhorias dos padrões necessários para o armazenamento de dados, trazendo alta performance e disponibilidade das informações produzidas pelas áreas finalísticas do MAPA, refletindo, direta ou indiretamente, na capacidade de garantia da qualidade dos dados armazenados; facilidade de compreensão e melhor uso dos dados e maximização da capacidade de disponibilização e intercâmbio dos dados.

Destacam-se as entregas relacionadas a: limpeza, transformação e análise descritiva de dados, com a criação do ambiente de exploração de dados; as tratativas de internalização das bases de dados do Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF e do Sistema Nacional de

Cadastro Rural - SNCR junto ao INCRA; a Instalação de plataforma de orquestração e automação das etapas de processamento de dados; e a revisão das diretrizes de dados.

19. Capacitação da Regularização Fundiária - CRF

Foi publicada em 03/12/2020 a Portaria Conjunta nº 01 SEAF/Incrá, instituindo o Programa Titula Brasil, com o objetivo de aumentar a capacidade operacional dos procedimentos de titulação e regularização fundiária das áreas rurais sob domínio da União ou do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra. O Programa é executado diretamente pelo Núcleo Municipal de Regularização Fundiária - NMRF para aqueles municípios que voluntariamente venham a aderir ao Titula Brasil, disponibilizando os recursos humanos necessários para a operacionalização dos Núcleos Municipais de Regularização Fundiária - NMRFs. Esta Iniciativa Estratégica tem como objetivo formatar e implementar o modelo de capacitação dos agentes para fazer frente ao desafio de operacionalizar as atividades de Regularização Fundiária no âmbito dos NMRFs.



Unidade Responsável: Secretaria Especial de Assuntos Fundiários - SEAF.

Metas: viabilizar a capacitação dos agentes que atuarão nos Núcleos Municipais no âmbito do Titula Brasil. O Programa previa, em uma primeira etapa, a formatação dos cursos de capacitação e, numa segunda fase, a implementação, que consiste em ministrar os cursos atendendo a toda demanda advinda dos NMRFs.

Principais Resultados em 2022:

Após a conclusão da formatação da capacitação dos agentes, ainda em 2021, verificou-se naquele ano o início dos cursos, com a conclusão de 13 turmas de capacitação voltados

para Terras Públicas e 13 turmas de capacitação voltados para Assentamentos, bem como oito turmas de Operacionalização na área de Terras Públicas/Assentamentos. No ano de 2022 foram concluídas mais 24 turmas de Conceitos Básicos para Terras Públicas/Assentamentos e 24 turmas de Operacionalização para Terras Públicas/Assentamentos perfazendo, nos dois anos, 37 turmas em cada modalidade, concluindo assim o total de turmas previstas no biênio 2021/2022 para capacitação dos NMRFs.

20. Promoção do Seguro Rural

O clima é o principal fator de risco para a produção rural. Ao contratar uma apólice de seguro rural, o produtor pode minimizar suas perdas ao recuperar o capital investido na sua lavoura. Este projeto objetiva ampliar o seguro rural para estimular o aumento da área cultivada e o uso de tecnologia e beneficiar o produtor rural. O seguro também atua como garantia adicional para acesso ao crédito, contribui para obter taxas de juros mais baixas para pulverizar o risco das carteiras das seguradoras, reduz o valor dos prêmios praticados pelo mercado. Além disso, minimiza a pressão por crédito subvencionado e por socorro financeiro governamental.

Unidade Responsável: Secretaria de Política Agrícola - SPA.

Metas:

- guia de seguros rurais elaborado;
- seguro rural disseminado;
- reuniões com seguradoras realizadas;
- manual de normas Prêmio do Seguro Rural - PSR publicado;
- plano de comunicação elaborado;
- monitor de produtos do seguro rural entregue;
- ações de mitigação de risco moral realizadas;
- aplicativo do seguro rural lançado;
- digitalização dos laudos concluído pelas seguradoras;
- cruzamento socioambiental e monitoramento de áreas de seguro agrícola no Brasil realizados;
- pesquisa de satisfação realizada.

Principais Resultados em 2022:

- no âmbito do PSR, foram gastos R\$ 1,1 bilhão em 2022, o que proporcionou a contratação de 125.100 apólices subvencionadas, beneficiando 78.574 produtores, cobrindo uma área de 7,3 milhões de hectares e garantindo uma importância segurada de R\$ 43,9 bilhões;
- Monitor do Seguro Rural divulgado: foram realizadas “lives” em parceria com a Escola Nacional de Gestão Agropecuária - Enagro de eventos sobre a avaliação de risco e precificação do prêmio, que totalizaram 3.700 participantes em suas 20 edições;
- Manual de Normas do PSR publicado: projeto em fase final (documento em processo de revisão final para possibilitar a publicação);
- Monitoramento e Cruzamento Socioambiental pronto para funcionamento: versões foram testadas e vêm sendo constantemente aprimoradas para funcionar de forma totalmente automática;
- Guia de Seguros Rurais 2022 atualizado e divulgado.

21. Análise Dinamizada do CAR Implantada em 12 Unidades da Federação

A Análise Dinamizada do Cadastro Ambiental Rural - CAR é uma ferramenta desenvolvida pelo Serviço Florestal Brasileiro - SFB em conjunto com os Estados e em parceria com a Universidade Federal de Lavras - UFLA, que permitirá a análise dos dados declarados no CAR de forma automatizada, por meio de mapeamentos georreferenciados, garantindo agilidade e precisão ao processamento.

Figura - Programa Cadastro Ambiental Rural



Essa análise faz cruzamentos automatizados que verificam as informações geográficas declaradas pelo proprietário rural e apontam a situação de regularidade ambiental dos

imóveis em relação às áreas de preservação permanente - APP, de reserva legal - RL e de uso restrito - AUR e, quando for o caso, da localização de excedentes de vegetação nativa.

Unidade Responsável: Serviço Florestal Brasileiro - SFB.

Metas:

- capacitação de 16 entes federados para uso da solução da Análise Dinamizada do CAR;
- solução tecnológica da Análise Dinamizada do CAR entregue a 12 entes federados que usam o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural - SICAR federal; e
- produção das bases temáticas em apoio a 16 entes federados que usam o SICAR federal.

Principais Resultados em 2022:

A partir do lançamento da Análise Dinamizada, em 2021, via SICAR federal, foram iniciadas as capacitações, as entregas da solução tecnológica e a produção das bases temáticas, necessárias à utilização da ferramenta pelas Unidades da Federação - UFs.

Este processo continuou em 2022, ano em que foram alcançados os seguintes resultados:

- capacitação de cinco UFs para o uso da solução de Análise Dinamizada, quais sejam, AL, MG, MA, PI e PB. Considerando os resultados obtidos até dezembro de 2021, a capacitação alcançou um total de 20 entes federados;
- entrega da Análise Dinamizada a cinco UFs, quais sejam, AL, MG, MA, PI e PB. Considerando os resultados obtidos até dezembro de 2021, a Análise Dinamizada foi entregue a um total de 13 entes federados; e
- produção de bases temáticas em apoio a 11 UFs, quais sejam, AL, BA, GO, MA, MG, MT, MS, PB, PI, SP, TO. Considerando os resultados obtidos até dezembro de 2021, foram produzidas bases temáticas para um total de 20 UFs.

Diante disso, as UFs poderão ganhar escala na análise dos Cadastros Ambientais Rurais, com economia de recursos, e proporcionar aos proprietários e possuidores de imóveis rurais inscritos no CAR o acesso aos Programas de Regularização Ambiental - PRA e aos demais benefícios previstos no Código Florestal.

22. Aumento de 300% na Área de Florestas Públicas Federal sob Regime de Concessão Florestal

A Lei de Gestão de Florestas Públicas permite ao Poder Público conceder a pessoas jurídicas, por meio de concorrência pública, permissão para realizar o manejo florestal sustentável para produção madeireira e não madeireira, bem como oferecer serviços, tais como turismo. As concessões florestais, como instrumento de política pública, propiciam

aos governos federal, estaduais e municipais fazer uma boa gestão de suas florestas públicas e, desta forma, promover o seu desenvolvimento sustentável em detrimento a práticas predatórias e ilegais, tais como grilagem de terras, garimpo e desmatamento. As atividades econômicas decorrentes das concessões florestais geram benefícios sociais e econômicos, tais como a geração de empregos formais e formalização da economia local, ao mesmo tempo que mantém a biodiversidade e os serviços ambientais oferecidos pelas florestas conservadas.

Unidade Responsável: Serviço Florestal Brasileiro - SFB.

Metas:

- publicação do Plano Anual de Outorga Florestal - PAOF 2023;
- lançamentos de concorrências para concessão de florestas nacionais;
- assinatura de contratos de concessão florestal.

Principais Resultados em 2022:

Dentre os resultados alcançados em 2022, destacam-se a publicação do PAOF 2023 e o lançamento das concorrências públicas para a concessão da Floresta Nacional de Humaitá, no estado do Amazonas, e da Floresta Nacional de Amaná, no estado do Pará.



A elaboração dos Planos Anuais de Outorga Florestal - PAOFs e sua implementação por meio da licitação de Editais de Concessão Florestal são atividades inerentes à competência

institucional do Serviço Florestal Brasileiro - SFB, o que garante a continuidade da estruturação e lançamento dos editais previstos nesta Iniciativa Estratégica.

Quatro editais de concessão florestal foram elaborados, submetidos a amplo processo de consulta pública e encerram o ano de 2022 sob análise da Consultoria Jurídica do MAPA e do Tribunal de Contas da União - TCU. Tais editais são referentes às seguintes florestas públicas federais: Florestas Nacionais da Região Sul (Floresta Nacional de Chapecó e de Três Barras, em Santa Catarina, e Floresta Nacional de Irati, no Paraná); e no estado do Amazonas: Floresta Nacional de Pau Rosa, Floresta Nacional do Jatuarana e Gleba Castanho. As análises pelo TCU e pela Consultoria Jurídica são a última etapa prévia ao lançamento destes editais, e, portanto, tem-se a expectativa destes lançamentos até meados de 2023.

Destaca-se ainda conclusão das audiências públicas e do processo de consulta pública da proposta de editais de concessão da Florestal Nacional de Balata - Tufari (estado do Amazonas).

23. Modelos de Cenários de Curto e Médio Prazos para o Agro Criados e Implantados

As previsões de safra, de preços, de custos, de produção e de exportações, no curto, médio e longo prazo, são fundamentais para o governo federal, na formulação de políticas públicas; para o setor privado, na elaboração de suas estratégias de atuação no mercado; e para a sociedade. A associação de métodos objetivos e subjetivos de estimativa de safra torna as previsões da Conab mais seguras e com informação de maior qualidade. Por outro lado, a elaboração de projeções de safra, produção, exportações e de preços, bem como a elaboração de modelos de cenários de curto e médio prazo, fornecem ao governo e sociedade uma visão de médio/longo prazo que é essencial para o planejamento do governo e da sociedade civil de políticas públicas, planos de investimento, estratégias de comercialização e tomada de decisão em geral. Sobre os resultados, a projeção é que a publicação dos modelos para a sociedade será, além das formas usuais, por meio da “Agenda do Produtor”, que é um aplicativo que dá acesso direto às informações oficiais do governo federal. O aplicativo terá por objetivo divulgar as principais estatísticas agropecuárias, análises de mercados, acessos a mercados e localização de armazéns, auxiliar no cálculo do custo de produção e de rentabilidade da lavoura, fornecer informações sobre preços de insumos, oferecer subsídios para a decisão de quando e qual produto plantar, entre outras relevantes informações agropecuárias.

Metas:

- sistema de geração de informações melhorado;

- novas aplicações de análises de dados desenvolvidas;
- análise econômica do agronegócio (modelos dinâmicos de equilíbrio geral) realizada;
- projeto apresentado junto à Secretaria de Política Agrícola - SPA/MAPA;
- oportunidades para custeio do projeto mapeadas;
- projeto e alternativas para custeio apresentados ao corpo diretivo da Conab.

Principais Resultados em 2022:

- foram finalizadas as projeções de preço, exportação e produção para as principais culturas: algodão, soja, milho, arroz, feijão, trigo, leite, carnes (bovina, suína e frango);
- Crop Tour do milho segunda safra foi realizado nas principais regiões produtoras (este é o levantamento objetivo da produtividade a partir da coleta de informações das variáveis: número de plantas por hectare, número de espigas por planta e número de grãos por espiga. Estas compõem o cálculo da produtividade, que colaboraram com as estimativas subjetivas da segunda safra de milho);
- o georreferenciamento de áreas cultivadas de soja na região do “Matopiba” foi concluído (“Matopiba” é uma região formada pelo estado do Tocantins e partes dos estados do Maranhão, Piauí e Bahia);
- a implementação da versão beta da solução tecnológica de apoio ao produtor rural foi finalizada (“Agenda do Produtor”);
- na elaboração da metodologia para estimativa objetiva da safra de soja, está sendo considerada a localização das áreas produtivas, por meio de mapeamentos de cultivos de primeira safra de alta resolução, as regiões agroclimáticas, estudo estatístico para definição de locais onde ocorrerão as coletas das variáveis para o cálculo da estimativa da produtividade, além das análises dos índices de vegetação. A metodologia para coleta de amostras, para estimativa objetiva de produtividade da soja, foi definida. A nota técnica relativa à metodologia de estimativa objetiva de produtividade da soja no Rio Grande do Sul foi elaborada e finalizada.

24. Estudos-Base para Avaliações de Programas Sociais Publicados

A avaliação de políticas públicas é uma prática que agrega transparência à Administração Pública, tornando mais eficiente o gasto do governo. Considerando a existência de restrição orçamentária, é necessário avaliar-se onde e como aplicar os recursos públicos escassos, analisando os benefícios das políticas públicas. Preferencialmente, a avaliação

deve ser conduzida por outros órgãos independentes, não diretamente responsáveis pela execução da política pública. Não obstante, a realização de estudos-base para avaliações elaborados pela entidade responsável pela execução permite o estabelecimento do panorama geral acerca de determinada política pública, a partir do qual se definirá o que se pretende avaliar.

Metas:

- revisão teórica e preparação para avaliação da Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade - PGPM-Bio concluídas;
- estudo sobre a Avaliação Executiva do Programa de Vendas em Balcão - ProVB publicado.

Principais Resultados em 2022:

Em consonância com as metas previstas para 2022, a revisão teórica e a preparação para avaliação do PGPM-Bio foram concluídas e o estudo da Avaliação Executiva do ProVB foi finalizado e encaminhado à área gestora do programa.

25. Entrega de 300 mil Documentos Titulatórios

Dar celeridade e qualidade ao processo de concessão de documentos de titularidade de terras rurais, com vistas a promover a regularização e o ordenamento fundiário e ampliar o trabalho e a renda no meio rural, o acesso ao crédito e à assistência técnica aos beneficiários e sua inserção às cadeias produtivas.

Unidade Responsável: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.

Metas: o programa tem como meta a concessão de 300 mil documentos tituladores, sendo 130 mil títulos no exercício de 2021 e 170 mil no exercício de 2022.

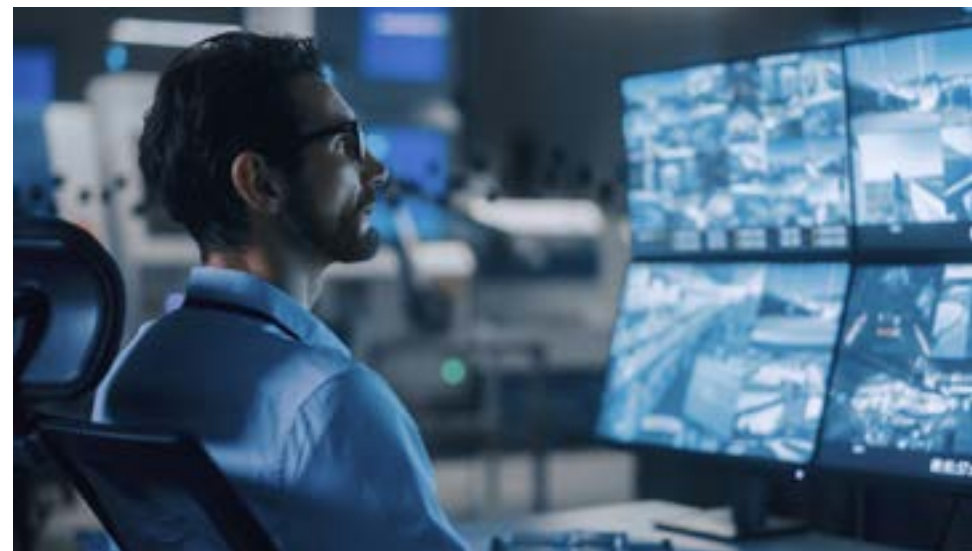
Principais Resultados em 2022:

Após a superação da meta prevista para 2021, o Incra seguiu de forma intensa na atividade de emissão de documentos titulatórios em 2022, tendo emitido até 31/12 cerca de 172,3 mil títulos, ou 101,4% da meta.

No geral, entre os anos de 2021 e 2022, foram emitidos mais de 311 mil títulos entre contratos de concessão de uso, títulos de domínio e concessão de direitos reais de uso, certidões de reconhecimento de ocupações e títulos de domínio, ou seja, a execução desta iniciativa estratégica ficou em 103,92% da meta total estipulada, superando as expectativas do período.

26. Cadastro Unificado de Gestão Fundiária

O Cadastro Unificado de Gestão Fundiária visa solucionar um grave e histórico problema das políticas fundiárias, que é a inconsistência de padrões e informações acerca da realidade da política fundiária, seja no âmbito federal ou na relação destes dados com os de outras esferas subnacionais, cartoriais etc.



O Projeto busca uniformizar termos e conceitos relacionados à gestão fundiária, subsidiar a interoperabilidade e integração entre os cadastros dos diversos sistemas de gestão fundiária, qualificar as informações sobre a malha fundiária nacional e sobre o público-alvo beneficiário da política fundiária e simplificar o processo titulador, com as devidas garantias de segurança jurídica.

Unidade Responsável: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.

Metas: instituir um Cadastro Fundiário Rural integrado, contemplando informações de base fundiária, ambiental, de infraestrutura, social, dentre outras, proporcionando com informações fidedignas maior eficiência, celeridade e segurança jurídica ao processo de regularização fundiária rural nacional.

Principais Resultados em 2022:

- O projeto não foi concluído em 2022 como inicialmente previsto, apesar de ter apresentado avanços e entregas intermediárias ao longo do ano. Dentre os resultados importantes verificados, podem ser destacados:

- a entrega dos Mínimos Produtos Viáveis - MVP-2 e MVP-3, chegando à automatização completa da emissão de títulos, conforme previsto anteriormente;
- homologação do MVP-1.

O projeto demandará continuidade de execução e de recursos orçamentários em 2023, para fazer frente aos serviços pactuados com o Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro, e se constitui em importante ferramenta na busca de uma maior eficiência, celeridade e segurança jurídica nas atividades de regularização fundiária rural no território nacional.

27. Cultivar de Soja BRS 7781

A cultivar de soja BRS 7781 possui alto potencial produtivo (supera em média 17% as concorrentes) e é uma variedade precoce para as regiões de indicação, o que possibilita o plantio de culturas em segunda safra nas regiões de maior oferta de chuvas. Permite a sua utilização em sistemas produtivos em que culturas tais como milho, sorgo, algodão, gergelim, pulses ou trigo são plantadas depois da colheita da soja no mesmo ano agrícola, aumentando a sustentabilidade do sistema produtivo agrícola. Esta cultivar possui bons níveis de resistência a diversas doenças e resistência moderada ao nematóide das galhas (*M. javanica*). Esta resistência moderada ao nematóide permite a utilização em sucessão de culturas em regiões cujos solos apresentam histórico de problemas com essa praga. Por ser convencional, possui vantagem de receber prêmios no preço de comercialização dos grãos nos mercados de soja não transgênica.

Unidade Responsável: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa.

Metas:

- variedade BRS 7781 registrada;
- proteção intelectual da variedade BRS 7781 realizada;
- produção de sementes básicas e comercialização à indústria de produção de sementes certificadas realizada;
- extensão do registro junto ao RNC/MAPA para MG (REC 304) e MT (REC 401) finalizada.

Principais Resultados em 2022:

A cultivar de soja BRS 7781 foi registrada conforme planejado. Os campos de produção de sementes foram plantados, colhidos e comercializados em 2022. Os campos de produção para a extensão de cultivo foram plantados ainda em 2022.



28. Cultivar de Batata BRS F50

Esta iniciativa teve objetivos sociais, ambientais e econômicos. Os sociais são: atendimento da demanda crescente por cultivares de batata com adaptação a sistemas de produção orgânica e em transição agroecológica; maior oferta de batata orgânica, com melhor aparência e versatilidade culinária; produção com menor dependência de pesticidas e fertilizantes; aumento da soberania do País em genética de batata e diminuição da dependência de cultivares estrangeiras; e fortalecimento do setor de produção de batata-semente no País pelo uso de genética nacional. Os benefícios ambientais são: potencial para redução de resíduos químicos no ambiente; redução de risco de contaminação por pesticidas; e redução de risco de introdução de pragas quarentenárias no País, em função da diminuição de importação de sementes. Os benefícios econômicos são: potencial de redução de custos de produção por menor uso de insumos (pesticidas e fertilizantes); redução da dependência de importação de sementes; potencial de incremento da área de produção orgânica de batata-semente e de batata consumo; e maior valor agregado à produção.

Unidade Responsável: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa.

Metas:

- cultivar lançada em evento com o setor produtivo;
- cultivar ofertada em edital.

Principais Resultados em 2022:

A cultivar de Batata BRS F50 foi registrada no Registro Nacional de Cultivares - RNC sob o nº 41695 em 30/04/2020; está protegida no Serviço Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC sob o certificado nº 20200221; e foi apresentada ao setor produtivo em evento de transferência de tecnologia, no Estado do Paraná, no dia 30/11/2022. Foi ofertada em edital público, conforme a legislação, para a seleção de produtores de sementes e tubérculos, sendo licenciados dois produtores de semente: Estefano Dranka, Campo Largo/PR e Sérgio Soczek Araucária/PR.

29. Projeto Transforma Embrapa

Os objetivos do Projeto Transforma Embrapa são diminuir a dependência de recursos oriundos do Tesouro Nacional, ter processos corporativos ágeis e aperfeiçoar as entregas, potencializando a agregação de valor ao negócio. O Projeto tem, entre outros, os seguintes direcionadores estratégicos: fortalecimento da aderência do processo de inovação às demandas do mercado; fortalecimento da estratégia de inovação de soluções para agro; e melhoria da eficiência operacional com padronização e modelo mental ágil, eliminando sobreamentos.

Unidade Responsável: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa.

Metas:

- projeto elaborado;
- plano de ação dos processos priorizados executado;
- adequação dos instrumentos normativos;
- ajustes nos sistemas informatizados.

Principais Resultados em 2022:

O projeto de nova estrutura organizacional foi elaborado, com proposta final apresentada à então Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em março de 2022. Em 1º de agosto de 2022, a Sede da Embrapa passou a atuar com a nova estrutura. Os sistemas foram adequados à nova estrutura organizacional.

30. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para a Sustentabilidade da Agricultura Brasileira - Inova Embrapa

O Projeto Inova Embrapa tem como objetivo fortalecer a interação com o setor produtivo e o desempenho do processo de pesquisa, desenvolvimento e inovação da Embrapa.

Unidade Responsável: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa.

Metas:

- no mínimo 100 ativos de inovação qualificados disponíveis para transferência de tecnologia, por ano;
- no mínimo 300 parcerias estabelecidas com o setor produtivo, até 2023.

Principais Resultados em 2022:

Em 2022 a Embrapa qualificou e disponibilizou para transferência de tecnologia 295 Ativos de Inovação. Dentre os quais, citam-se softwares que oferecem soluções digitais para diversas cadeias produtivas e fortalecem a agricultura digital, cultivares de soja, algodão, batata-doce, arroz, mandioca, forrageiras dentre outras. A Empresa qualificou, ainda, diversos ativos com potencial de contribuição positiva para o setor produtivo, tais como práticas agropecuárias, metodologias técnico-científicas, máquinas/implementos/equipamentos, ativos cartográficos, sistemas agropecuários, inoculantes, testes de sexagem para piscicultura, alimentos e bebidas, além de processos e outros produtos. Quanto às parcerias com o setor produtivo, ao final de 2022, encontravam-se em execução 287 projetos tipo III (novo formato de projetos em parceria com organizações externas) com 326 instituições parceiras de diversos portes. Só nesse ano entraram em execução 51 projetos dessa nova categoria (com organizações de médio e grande porte; micro e pequeno porte; inovação social).

Demais Resultados das Principais Áreas de Atuação do MAPA em 2022

Além dos produtos das Iniciativas Estratégicas elencadas no item anterior, a seguir será realizada uma apresentação resumida dos principais resultados das áreas de atuação do MAPA em 2022.



Aquicultura e Pesca

Registro e Monitoramento

Dentre as principais entregas realizadas pelo Departamento de Registro, Monitoramento e Fomento da Secretaria de Pesca e Aquicultura inclui-se a reestruturação do SISRGP 4.0, início do processo de desenvolvimento de novo Sistema de Registro de Embarcações Pesqueiras e do Sistema de Mapa de Bordo Digital, objetivando o fortalecimento das ferramentas de Registro e Monitoramento para a gestão pesqueira.

Além dessas, outras entregas de destaque foram os procedimentos relacionados ao cadastro e recadastro de pescador artesanal, que compreendem a implementação do teleatendimento ao pescador profissional e a execução de força tarefa para análise de requerimentos de registro inicial de pescador. A força tarefa foi promovida visando dar maior celeridade às análises. Esta contou com a participação de 110 servidores da Sede da SAP/MAPA com direcionamento para as análises de registro inicial de 65.163 requerimentos.

Pesca Artesanal e Industrial

Destaca-se a implementação da Rede Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros (Rede Pesca Brasil), por meio do Decreto nº 10.736, de 29 de junho de 2021, que retoma o formato de discussão participativa na gestão pesqueira do país, uma vez que, de caráter consultivo e de assessoramento, é composta por representantes de órgãos e entidades da administração pública (federal, estadual, distrital e municipal) e da sociedade envolvidos com a atividade pesqueira.

No âmbito da Rede Pesca Brasil realizou-se as primeiras reuniões de 6 (seis) Comitês Permanentes de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros (CPGs): CPG Norte, CPG Lagosta, CPG Centro-Sul, CPG Ornamentais, CPG Atuns e Afins, CPG Demersais N/NE, ocorridas no segundo semestre de 2022. Ocorreu a revisão da matriz de modalidades de pesca e o regramento geral para as embarcações nacionais que resultou na publicação da Portaria SAP/MAPA nº 1.448, de 30 de dezembro de 2022. Foram trabalhados os ordenamentos da tainha (safra de 2022), das pescarias de arrasto de praia no litoral de Santa Catarina e de cerco flutuante nos estados do RJ, SP e SC, do Complexo Lagunar Sul de Santa Catarina e para a Lagoa de Araruama/RJ. Acompanhou-se e fiscalizou a execução do Projeto Subsídios para o manejo sustentável da pesca artesanal de camarões nas reentrâncias maranhenses – costa amazônica brasileira (TED nº 3/2021) e do Projeto “Sustainable Management of Bycatch in Lan America and Caribbean Trawl Fisheries” (TED Nº 0091072/2018). Ocorreu o encerramento da chamada MCTI/MPA/CNPq nº 22/2015 com apresentação dos resultados finais dos projetos selecionados (PROTUNA - Projeto de Apoio Técnico Científico ao Desenvolvimento da Pesca de Atuns e Afins no Brasil; SHRIMP_NEN - Rede cooperativa multidisciplinar para subsidiar o manejo da pesca dos estoques de camarões da região Norte e Nordeste do Brasil com foco ecossistêmico; REPENSAPESCA - Avaliação Ecossistêmica dos Recursos Pesqueiros Demersais e Pelágicos das Costas Norte e Nordeste; Subsídios Científicos para o Manejo Espacial e com Enfoque Ecossistêmico da Pesca Demersal nas regiões Sul e Sudeste do Brasil; e Análises Estratégicas para o Manejo Pesqueiro com Base Ecossistêmica no Grande Ecossistema Marinho do Sul do Brasil).

Iniciou-se as tratativas para celebração de TED com CECLIMAR sobre o estudo e monitoramento da atividade pesqueira no estuário da bacia do rio Tramandaí, em especial o defeso do camarão. Iniciou-se a revisão da INI MPA/MMA nº 12, de 22 de agosto de 2022, visando a criação de grupos regionalizados para discussão das medidas de ordenamento das pescarias de emalhe nas regiões Sudeste e Sul. Publicou-se a SDC nº 141/2022 que trata da consultoria para elaborar um plano de pesca sustentável para o ordenamento e gestão da pesca da piracatinga, no âmbito do projeto de cooperação técnica - PCT/BRA/

IICA/16/001. Deu-se continuidade aos trabalhos do GT MAPA Piracatinga que trata do acompanhamento de ações e medidas para retomar e desenvolver a atividade pesqueira de forma sustentável, avançando assim na discussão da moratória da piracatinga.

Outra entrega relevante é a publicação da Portaria SAP/MAPA nº 616, de 8 de março de 2022, que atualizou as regras para o exercício da pesca amadora ou esportiva em todo o território nacional, garantindo a segurança jurídica da atividade, a sustentabilidade dos recursos pesqueiros e o desenvolvimento do turismo associado a pesca.

A SAP em parceria com a SDA trabalha o plano de ação do pescador MAPA para reabertura do mercado da União Europeia. Após avaliação da autoridade sanitária da União Europeia (DG-SANTÉ), a SAP iniciou a atualização de procedimentos que diz respeito à Portaria SAP/MAPA nº 408, de 8 de outubro de 2021, com a finalidade de atender as recomendações inferidas pela DG-SANTÉ.

Foram iniciadas as discussões a respeito do Plano de Ação Nacional de Certificação Higiênico-sanitária das embarcações de pesca e a proposição de um Grupo de trabalho com a finalidade de levantar subsídios e construir ações para o escalonamento da frota. Essas ações contribuem para o ordenamento da atividade pesqueira no Brasil, a segurança alimentar, a geração de emprego e renda, o fomento à indústria do pescado, ao turismo e, até mesmo, o aumento de divisas para o país na medida em que se consegue produzir legalmente e de forma sustentável.



Aquicultura

Entregas de 2022 de águas da União - Assinatura e publicação de 229 contratos de cessão de uso de águas da União para fins de aquicultura, com potencial de produção de 118.783 toneladas ao ano e capacidade para gerar 1.969 empregos diretos e 7.87.6 empregos indiretos.

As principais entregas do DPOA 2022, na Coordenação geral de Cadeia Produtivas Aquícolas foram: Lançamento do Edital do Agrosidência exclusivo para a Aquicultura no valor de R\$ 1.000.000,00 que contemplou 6 propostas de instituições ensino superior, beneficiando 40 alunos ou profissionais recém formados com bolsas de residência em empresas aquícolas. Outra entrega relevante foi a realização do Workshop de Forma Jovem que ocorreu em novembro de 2022 em Florianópolis- SC de forma híbrida dando continuidade ao projeto Boas Práticas na Produção de Forma Jovens para a aquicultura, que subsidiará a construção do ato normativo (que será colocado em consulta pública eventualmente). Contou com a participação dos principais players das diferentes áreas de produção (carcinicultura, piscicultura de nativos, tilapicultura e malacocultura), os quais apresentaram seus fluxos de produção e técnicas de biossegurança e controles internos nos seus empreendimentos.

Mais duas entregas ocorreram em 2022: Documento da Caracterização da cadeia produtiva de peixes ornamentais da zona da mata mineira que demonstra a importância dessa atividade nessa região como uma forma de geração de renda e emprego principalmente para agricultores familiares. E por fim o lançamento do Plano Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura 2022 - 2032, como uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento da Aquicultura Nacional que foi construído de forma participativa com todo o setor envolvendo todos os elos da cadeia produtiva da Aquicultura. Constituído em 7 eixos estratégicos e 12 programas.

Política Agrícola

À Secretaria de Política Agrícola - SPA compete formular e revisar as diretrizes de ação governamental para a política agrícola e para a segurança alimentar; além de tratar de assuntos referentes ao seguro e ao crédito rural, à agroenergia, à comercialização e ao abastecimento agropecuário; desenvolvimento de estudos, diagnósticos e avaliações sobre os efeitos da política econômica quanto ao sistema produtivo agropecuário; crédito rural; seguro rural; zoneamento agrícola; e armazenamento, entre outras atribuições.

Estima-se que 47% do valor contratado na Safra 2021/22, nas finalidades custeio e investimento, direcionou-se a práticas mais sustentáveis, totalizando um montante de

R\$ 118,66 bilhões, o que significa que a emissão de títulos verdes do agronegócio é um mercado bastante promissor.

Outros destaques são a maior inserção dos segmentos de pesca e de aquicultura no crédito e o aprimoramento da formulação da política de crédito rural, resultando na redução do ônus do Tesouro com a equalização de juros.

As finanças privadas apresentaram múltiplos avanços na gestão 2019-2022, especialmente por meio da promoção de rodadas de discussão com os setores privado e público, que em muito contribuíram para o aperfeiçoamento normativo dos instrumentos privados de financiamento e impulsionaram a captação de recursos para as cadeias produtivas do agronegócio. Os excelentes resultados alcançados estão compilados na tabela abaixo.

Tabela - Evolução do estoque/patrimônio dos instrumentos privados de financiamento do agronegócio.

Instrumentos	Data inicial	Valor inicial (R\$ Bilhões)	Data final	Valor final (R\$ Bilhões)	Variação
CPR	20/08/2023	17,00	out. /22	326,10	1100%
LCA	13/01/2023	69,70	out. /22	96,80	368%
CRA	19/01/2023	36,00	out. /22	27,60	169%
CDCA	19/01/2023	6,70	out. /22	7,00	311%
Fiagro	19/01/2023		out. /22		

Em relação à gestão de riscos, em 2022, mais de 30 estudos foram atualizados durante o projeto estratégico de Modernização do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (MZARC), além de culturas e sistemas de cultivos inéditos contemplados pelo Zarc, como o trigo para cultivos com duplo propósito (forragem + grão), arroz irrigado para regiões tropicais, sorgo com destinação para forragem e o grão de bico. Foi implementada a nova plataforma do Painel de Indicação de Risco com melhor acessibilidade aos dados e informações sobre os novos padrões de estudos de Zarc.

No que tange a comercialização e o abastecimento, o Governo Federal, por meio das operações de apoio à comercialização, assegurou no ano de 2022 a subvenção econômica para garantir os preços mínimos aos produtores de borracha, cacau, laranja e sisal nos Estados da BA, ES, PA, RO e RS, com um montante orçamentário de R\$ 37 milhões disponibilizado para a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Já o setor cafeeiro, por meio do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), recebeu R\$ 6 bilhões em linhas de crédito para financiamento do custeio, comercialização, aquisição de café, capital de giro para indústrias e cooperativas do setor, e para recuperação de cafezais atingidos por intempéries climáticas. Os recursos foram repassados por meio de 35

agentes financeiros credenciados pelo MAPA, atendendo a mais de 20 mil beneficiários entre produtores, cooperativas, indústrias e exportadores da cadeia de café."



Ainda, no período de 2019 a 2022, o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) cresceu 29,2%, equivalente a um crescimento anual de 9%. Na média do período, as lavouras foram responsáveis por 67%, e a pecuária, 33%, desempenho que elevou a formação do VBP de R\$ 921 bilhões para R\$ 1.190 bilhões. Cabe destacar que os ganhos de produtividade se intensificarão ao longo dos próximos 10 anos, em função da adoção de tecnologias que integram e sistematizam os dados e informações da agropecuária brasileira, como, por exemplo, o Observatório da Agropecuária Brasileira e seus 16 painéis temáticos; e de políticas públicas que incentivaram a inovação no campo ao longo do período, como o Sistema Nacional de Gestão de Informações e Inteligência Agropecuária (SINAGRO).

Sistema Florestal Brasileiro

Concessão Florestal

Durante o ano de 2022, o SFB deu andamento à gestão de 21 contratos de concessão florestal que totalizam 1,28 milhão de hectares, localizados em 06 Florestas Nacionais nos Estados de Rondônia e Pará, que produziram 363,07 mil m³ de madeira em tora. Foram lançadas 2 (duas), licitações na modalidade concorrência por técnica e preço para concessão das Florestas Nacionais (Flonas) de Amana, situada no Estado do Pará, e de Humaitá, no Estado do Amazonas."

Cadastro Ambiental Rural - CAR e Regularização Ambiental

Realização de inscrição no CAR de 16.388 famílias (contemplando 25.288 pessoas) de territórios de Povos e Comunidades Tradicionais, localizados nos Estados da BA, do GO, do MA, de MG e do PI;

Apoio às unidades da federação na implementação do CAR, por meio da disponibilização da plataforma do Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR para uso e gestão local, além de capacitações, encontros temáticos, reuniões técnicas, compartilhamento de informações, e elaboração de diagnósticos de situação da implantação da política local, para nortear a forma de apoio necessário a cada Estado;

Realização de Campanha de Comunicação para sensibilização e mobilização dos proprietários/possuidores sobre as etapas do processo de regularização ambiental, mediante produção de peças para mídias sociais, materiais impressos, podcasts, spots para rádio, e vídeo-aulas informativas;

Realização de mapeamentos temáticos de 3.72 milhões de km² (cerca de 58% do total da área cadastrada no SICAR até 05/01/2023), abrangendo 13 Unidades da Federação, como subsídio à implementação da etapa de análise do CAR; e

Instituição, elaboração e aprovação do Plano Nacional de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais (RegularizAgro) 2022-2027, nos termos do Decreto nº 11.015, de 29 de março de 2022."



Gestão de Informações Florestais

a) Coleta de Dados de Campo: Em 2022, iniciou-se a coleta de dados no estado do Amapá e iniciou-se a contratação de empresas para levantamento de dados em seis lotes de unidades amostrais do IFN-BR no Bioma Caatinga, nos estados da Bahia e Piauí. Foi licitado e contratado mais um lote para continuidade da coleta de dados na Amazônia em 2022 e houve o encerramento do Projeto de apoio às coletas de dados na região do Cerrado (Projeto FIP-IFN-BR Cerrado), com recursos do FIP/CIF administrados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Foi finalizada com sucesso a coleta referente ao contrato firmado no final de 2020, correspondente a 212 unidades amostrais do IFN-BR em um lote no bioma Amazônia, na região sudeste do Estado do Amazonas, o AM-08. Em referência ao contrato firmado no final de 2021 para realização do IFN-BR em lote na Amazônia, também na região sudeste do Estado do Amazonas, o AM-04, com 60 unidades amostrais na Floresta Nacional de Urupadí, devido às dificuldades apresentadas pela empresa contratada para conseguir executar a coleta, o SFB optou pela rescisão contratual, tendo sido levantadas apenas 16 unidades amostrais. Ainda, foi firmado contrato para a coleta de dados de campo em 192 unidades amostrais localizadas no estado do Amapá, que teve suas primeiras incursões a campo no final de 2022.

b) O Sistema Nacional de Informações Florestais (SNIF) visa coletar, produzir, organizar, armazenar, processar, analisar e disseminar dados, informações e conhecimentos sobre as florestas e o setor florestal, de modo a subsidiar projetos e políticas que conciliem o

uso, a conservação e a recuperação das florestas do Brasil. Vem sendo implementado como um sistema de identificação, registro e análise de informações distribuídas em quatro eixos temáticos principais (Florestas e Recursos Florestais, Política e Gestão Florestal, Produção, Economia e Mercado Florestal e Ensino e Pesquisa Florestal). Todo esse conhecimento é disponibilizado à sociedade por meio de um portal web em constante crescimento e atualização, com a contribuição de diversas entidades produtoras de informações, além de ser subsídio para a elaboração de relatórios nacionais e internacionais sobre as florestas. Em 2022, o Boletim SNIF, que apresenta uma compilação de dados e informações analisados e atualizados anualmente, abordou os temas (i) Concessões florestais: um panorama das FLONAS concedidas ao longo dos anos; (ii) Fatos sobre empregos no setor florestal e (iii) Relações entre iniciativas do SFB e o alcance das metas ODS.

Fomento Florestal

Gestão da Plataforma Saberes da Floresta, um portal de aprendizagem virtual do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) de acesso gratuito e aberto a todos os cidadãos, ofertou em 2022, onze cursos:

- 1)** Introdução à recomposição da vegetação com ênfase nas florestas tropicais;
- 2)** Manejo de Impacto Reduzido com ênfase nas etapas;
- 3)** Manejo Florestal Comunitário e Familiar;
- 4)** Introdução ao Manejo Florestal;
- 5)** Introdução às cooperativas e associações;
- 6)** Gestão de empreendimentos comunitários;
- 7)** Introdução às concessões florestais;
- 8)** Manejo do Açaí;
- 9)** Manejo da Castanha;
- 10)** Óleos e resinas florestais e
- 11)** Sociobiodiversidade e Saúde.

Os 10 primeiros cursos foram desenvolvidos no âmbito do Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia (Projeto KfW Gestão Florestal), e o curso Sociobiodiversidade e Saúde foi desenvolvido em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz e a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Desde o início de funcionamento da Plataforma, em 2018, até dezembro

de 2022, foram mais de 82 mil alunos inscritos nos cursos ofertados. Em 2022, foram 13.981 inscritos nos seis ciclos de cursos disponibilizados na Plataforma, com 3.484 alunos aprovados.

No Curso de Sociobiodiversidade e Saúde, a primeira turma contou com 681 participantes e encerrou em 28/02/23. Realização do VII Prêmio Serviço Florestal Brasileiro em Estudos de Economia e Mercado Florestal. O prêmio visa reconhecer trabalhos de estudantes e profissionais no campo de estudos florestais e receber contribuições e propostas da sociedade aplicáveis às políticas voltadas ao setor florestal. A VII Edição do Prêmio foi realizada em parceria firmada com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI). A premiação dos ganhadores das categorias Profissionais e Graduandos foi realizada em 13 de dezembro de 2022, em Brasília.

Agricultura Familiar e Cooperativismo

A agricultura familiar é a principal responsável pela produção dos alimentos que são disponibilizados para o consumo da população brasileira. É constituída de pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. A gestão da propriedade é compartilhada pela família, e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. Além disso, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, normalmente seu local de trabalho e moradia. A diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor, que muitas vezes alia a produção para abastecimento do mercado nacional com a produção para consumo próprio da família. Em 2022, a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo - SAF dispôs de R\$ R\$70,1 milhões de orçamento próprio, tendo aplicado R\$70,07 milhões (99,90% de execução orçamentária). Desse valor, R\$ 17,02 milhões foram aplicados em serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER por meio de repasses à Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Anater. Abaixo, destacam-se as principais ações implementadas em 2022 com foco no fortalecimento da Agricultura Familiar. Terra Brasil



O Terra Brasil - Programa Nacional de Crédito Fundiário - tem como objetivo principal contribuir para a redução da pobreza rural, mediante o acesso à terra, gerando oportunidade, autonomia e fortalecimento da agricultura familiar, alicerçado na melhoria da qualidade de vida, geração de renda, segurança alimentar e sucessão no campo para os agricultores e agricultoras familiares. Busca também contribuir para a redução das desigualdades sociais, de gênero, geração, raça e etnia, promovendo a inclusão social no meio rural. Em 2022 foram realizadas 1.159 contratações, o que representa uma estimativa de recursos financeiros oriundos do Fundo de Terras e Reforma Agrária em torno de R\$ 145 milhões somente para novos contratos.

O Programa Bioeconomia Brasil - Sociobiodiversidade tem o objetivo de promover a estruturação de sistemas produtivos baseados no uso sustentável dos recursos da sociobiodiversidade e do extrativismo, bem como a produção e utilização de energia a partir de fontes renováveis. Em 2022, foi lançado o Programa Sociobio na Amazônia com a finalidade de apoiar projetos que contribuam para a estruturação e o fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade e do extrativismo sustentável. Foram contemplados 02 (dois) projetos das Secretarias Estaduais do Maranhão e do Pará com o intuito de apoiar as cadeias produtivas do açaí e do cacau nativo, respectivamente; totalizando o aporte de recursos de R\$ 1 milhão, prevendo beneficiar diretamente cerca de 600 agricultores familiares.



Foi firmada parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT com o objetivo de estruturar cadeias produtivas de Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares, visando a transferência de conhecimentos, tecnologias, processos, produtos e serviços do cultivo de espécies como alternativas de geração de renda para mulheres, visando beneficiar diretamente 120 agricultoras familiares, extrativistas, povos e comunidades tradicionais e suas cooperativas ou suas associações.

No que se refere ao tema Sistemas Agrícolas Tradicionais, duas importantes portarias interministeriais foram publicadas com o intuito de institucionalizar a governança do Programa Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM) no Brasil. A Portaria Interministerial MAPA/MTUR nº 6, institui o Secretariado Nacional e os procedimentos para a submissão de propostas brasileiras ao programa internacional SIPAM da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO (<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-mapa/mtur-n-6-de-26-de-outubro-de-2022-440217833>). Já a Portaria Interministerial MAPA/MTUR nº 7, estabelece procedimentos para a avaliação técnica das propostas brasileiras ao programa SIPAM da FAO (<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-mapa/mtur-n-7-de-26-de-outubro-de-2022-440228840>). Ainda neste tema, foi firmada parceria com a Embrapa Cenargen, no valor de R\$ 400 mil, com o objetivo de implementação de ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação voltadas ao fortalecimento de Sistemas Agrícolas

Tradicional (SATS) brasileiros, e da promoção do Programa SIPAM/FAO, prevendo atender 500 representantes de agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais.

O crédito do Pronaf ABC + Bioeconomia é destinada ao financiamento de custeio e investimento em Sistemas de Exploração Extrativistas, de produtos da sociobiodiversidade, incluindo plantas medicinais, aromáticas e condimentares, produtos artesanais e turismo rural, e sistemas de geração de energia a partir de fontes renováveis (solar, eólica, biodigestão, hidráulica) e de sustentabilidade ambiental. Entre o período de janeiro de 2022 e novembro de 2022, houve 2.615 acessos ao Pronaf ABC + Bioeconomia, totalizando R\$ 173 milhões. Projeto Dom Helder Câmara

O “Projeto de Articulação e Diálogo sobre Políticas para Reduzir a Pobreza e Desigualdade no Nordeste Semiárido” - Projeto Dom Hélder Câmara - PDHC II tem como principal objetivo de contribuir para a redução da pobreza rural e das desigualdades no Semiárido brasileiro, por meio da melhoria na articulação de políticas de desenvolvimento rural sustentável com abordagem territorial, do acesso da população rural a essas políticas e do desenho das políticas públicas por meio da replicação de inovações. O PDHC atua em todos os estados da região Nordeste, além de Minas Gerais e Espírito Santo, de forma descentralizada com parcerias com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER, Embrapas do Semiárido, Codevasf, Finep, UnB, IF-Sertão e Instituto Nacional do Semiárido – INSA.

Em recente estudo de avaliação de impacto, os principais resultados apontam que o público beneficiado com a ATER teve um aumento de renda 16% superior do que o grupo controle. Para os que foram contemplados também com o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (Fomento), do Ministério da Cidadania, o aumento foi ainda maior, 30%.

Já no que tange a produção agrícola, as ações do PDHC proporcionaram um aumento do rebanho das famílias beneficiadas em comparação às famílias não beneficiadas. O número de animais aumentou, em média, 19% a mais para as famílias beneficiadas pela ATER, e superou em 42% para as famílias beneficiadas pela ATER e Fomento.

Outro resultado de destaque do PDHC, consiste na redução do número de famílias beneficiárias do Projeto em situação de extrema pobreza. Na linha de base, 36% das famílias estavam nesta situação e, na avaliação de impacto, a proporção foi de 5%, ou seja, em 4 anos houve uma redução de 87% do índice de extrema pobreza entre o público beneficiado pelo PDHC.

Importante mencionar, ainda, o relevante impacto das estratégias de focalização do Projeto na emancipação feminina no campo. As mulheres rurais foram grandes protagonistas no PDHC e deixam marcas de caríssimas e inspiradoras lições para futuras parcerias e novos

projetos, para que sigamos promovendo o crescimento e a produtividade das mulheres rurais e da agricultura familiar como um todo, grande motor econômico do Brasil.

Selo Biocombustível Social - SBS



O Selo Biocombustível Social é um instrumento institucional inovador que inclui os agricultores familiares na cadeia do biodiesel, promovendo a inclusão social e geração de emprego e renda, por meio do fornecimento de matéria-prima para a produção do biodiesel. No ano de 2022, 50 Unidades Produtoras de Biodiesel (UPB) usufruíram dos benefícios do SBS e 171 agentes intermediários estão habilitados como fornecedores de matéria-prima. O boletim técnico, concluído neste mesmo ano, mas referente à safra 2020/2021, apresenta que o valor comercializado com os agricultores familiares, no âmbito do PNPB, aumentou em 48,5%, quando comparado com o ano anterior; superando R\$ 8 bilhões de reais e envolvendo mais de 70 mil famílias, as quais forneceram 9 tipos diferentes de matérias-primas, somando 3,4 milhões de toneladas. O Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF é o instrumento para identificar e qualificar o público beneficiário da Política Nacional da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006), bem como a Unidade Familiar de Produção Agrária - UFPA, os Empreendimentos Familiares Rurais e as formas associativas da agricultura familiar (cooperativas agropecuárias e associações rurais). O sistema consultará os CPFs a serem registrados na base de dados em um Serviço de Consultas On-line, da base de dados da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), bem como ao Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) no momento do cadastro. Entre os principais resultados em 2022 temos: a capacitação de mais de 15 mil

cadastradores para emissão do Registro de Inscrição no CAF (RICAF); autorização e credenciamento de mais de 120 prefeituras para compor a Rede CAF; realização de 21 eventos, virtuais e presenciais, para divulgação da nova forma de cadastro; Registro de mais de 90 CAF dentre Empreendimentos Familiares Rurais e as formas associativas da agricultura familiar; e Registro de mais de 22 mil UFPAs, o que equivale a quase 50 mil pessoas que possuem o novo cadastro.

Convênios

Os recursos oriundos dos 274 convênios e instrumentos congêneres, no montante de R\$ 131 milhões contribuíram com a gestão estratégica 2022 do MAPA, no Programa Agropecuária Sustentável, disposto no Plano Plurianual 2020-2023. Os instrumentos, com objetivos de interesse comum, reflexo de mútua colaboração, promoveram mudanças por intermédio da integração produtiva na agricultura familiar, estruturando propriedades rurais, bem como na infraestrutura através de centros de comercialização, serviços, recuperação de estradas, transporte e escoamento da produção, contribuindo para uma produção agropecuária continuamente mais eficiente e sustentável.

Vale destacar, o Programa Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos, que apoiou e fomentou ações voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar nas cadeias de produção de produtos da bioeconomia, do agroextrativismo e da sociobiodiversidade, por meio da execução de projetos que contribuíram, por exemplo, para o aperfeiçoamento dos sistemas de gestão, dos processos de manejo, produção, beneficiamento, processamento, armazenagem, distribuição e comercialização dos produtos da sociobiodiversidade e do extrativismo sustentável, oferecendo apoio ao enfrentamento dos diferentes desafios que se apresentam nessas cadeias, contribuindo para a inclusão econômica sustentável de milhares de famílias que vivem dos produtos da sociobiodiversidade. Dentre as cadeias produtivas apoiadas por meio desses convênios, pode-se citar ações juntos às cadeias do baru, da macaúba, da mangaba, do açaí, da castanha-do-brasil, do guaraná, do pirarucu de manejo, de diferentes óleos vegetais, de frutos do cerrado, entre outros.

Acesso a Mercados

O Programa Alimenta Brasil - PAB e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE estão no rol de políticas públicas apoiadas pelo MAPA e que visam promover e garantir o acesso à alimentação adequada e a segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares e suas formas de organização. Dentro do PAB, na modalidade de Compra Institucional, foram lançadas chamadas públicas no valor de R\$ 250 milhões, que podem se traduzir em oportunidades de negócios para Agricultores Familiares e suas organizações associativas. O Selo Nacional da Agricultura Familiar - SENAF foi criado para identificar e promover os produtos da agricultura familiar e é obtido por meio da plataforma web disponível ao agricultor familiar - Vitrine da Agricultura Familiar, que apresenta o catálogo com todos aqueles produtos identificados com o SENAF e suas principais informações. A plataforma tem o propósito de ampliar a visibilidade dos produtos de organizações econômicas identificados com o Senaf. O Selo pode ser emitido em sete modalidades: SENAF da Agricultura Familiar; SENAF Mulher; SENAF Juventude; SENAF Quilombola; SENAF Indígena; SENAF Sociobiodiversidade; SENAF Empresas. No ano de 2022, foram 2.522 produtos cadastrados para o SENAF. Atualmente a Vitrine da Agricultura Familiar tem 11.203 produtos cadastrados e aptos para utilização do SENAF nos rótulos.

Cooperativismo

Para o setor do cooperativismo, a SAF/MAPA atuou nos seguintes temas: Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, projeto em desenvolvimento em parceria com a Anater, voltado para a qualificação comercial e a geração de negócios para cooperativas e associações, bem como a capacitação técnica e o apoio na formulação de demandas das entidades executoras responsáveis por compras institucionais (PNAE e PAB), gestores públicos e equipes de alimentação. Com a atuação em 11 unidades da federação, o projeto assiste 202 empreendimentos coletivos (cooperativas e associações); Programa Semeando Futuros, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP, com o objetivo de promover a visibilidade do trabalho da mulher nas cooperativas da agricultura familiar, gerar igualdade de oportunidades no processo de acesso da mulher aos espaços de decisão por meio de qualificação e educação com foco em gestão cooperativa; Intercooperação, projeto executado em parceria com a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, cujo objetivo é apoiar a intercooperação; Formação Técnica, projeto em parceria com a Universidade Federal de Viçosa - UFV, com o objetivo de fortalecer o sistema cooperativista e o associativismo rural da agricultura familiar por meio da realização de cursos de capacitação e treinamentos com lideranças.

Com abrangência nacional, o projeto realizou 1.847 capacitações, sendo que 1.370 foram desenvolvidas no formato EaD. Apoio ao cooperativismo e o associativismo rurais brasileiros através da oferta de assistência especializada, da promoção da intercooperação, da formação técnica e da qualificação de processos de gestão, produção e comercialização nos mercados institucionais e privados, por meio da implementação de projetos de educação, formação e capacitação em cooperativismo e associativismo rural, além de possibilitar a qualificação da gestão e a organização da produção, o programa tem o objetivo de promover a internacionalização dos produtos, a formação de redes produtivas e a realização de intercâmbios de conhecimento e de experiências entre cooperativas e associações, considerando as realidades regionais, bem como ampliar o acesso, por cooperativas e associações, aos diversos mercados, privado e de compras governamentais.

O Programa Ater Mais Gestão, de assistência técnica especializada, beneficia 1.164 empreendimentos (associações e cooperativas), em todo o território nacional, com vistas a qualificar suas práticas gerenciais e ampliar acesso aos mercados públicos e privados. É desenvolvido por 782 agentes de ATER que passaram por capacitações em metodologias participativas e políticas públicas para a agricultura familiar. O Projeto Cooperativismo SAF/UFV é direcionado à oferta de cursos de capacitação e treinamento para cooperativas, associações e agricultores familiares, com foco em cooperativismo e gestão de empreendimentos coletivos. Desde a sua implementação, em dezembro de 2019, o Projeto Cooperativismo SAF/UFV já capacitou mais de 2700 pessoas, 200 cooperativas e 226 associações em todos os estados brasileiros. Em 2022, foi lançada uma Chamada Pública de ATER para acesso aos mercados institucionais - Brasil Mais Cooperativo- para seleção de entidades executoras de ATER visando a qualificação comercial e geração de negócios para empreendimentos da agricultura familiar, capacitação técnica e apoio na formulação de demandas das entidades executoras responsáveis por compras institucionais (PNAE e PAB), gestores públicos e equipes de alimentação, com previsão de atendimento para 102 empreendimentos, no valor de R\$ 3 milhões.

Observatório Mulheres Rurais do Brasil

Por meio de uma parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e a ONU Mulheres, foi disponibilizada uma ferramenta importante para a organização de dados e informações conjunturais, bem como para a fundamentação de estudos prospectivos que apoiam a tomada de decisão e construção de ações estratégicas, visando fundamentar propostas de aprimoramento, formulação e implementação de políticas públicas e outros programas de desenvolvimento para o fortalecimento da presença das mulheres no agro brasileiro.

Fortalecimento das organizações sociais das quais a mulher rural participa principalmente vinculadas à sua autonomia econômica, a fim de gerar visibilidade e resultados a seu trabalho.



Garantia Safra

Garantia-Safra (GS) é uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que tem como objetivo garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de Municípios sistematicamente sujeitos a perda de safra por razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico. Em 2022, foi realizado o pagamento da safra 2020/2021, onde 1.182 municípios dos estados do Nordeste e Norte de Minas Gerais aderiram, totalizando a participação de 708.863 agricultores familiares. Desses, aproximadamente 96% dos agricultores tiveram o benefício autorizado, o que totalizou um montante de mais de R\$ 577 milhões.

Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo

A inovação, tendo como princípio sua capacidade de transformar conhecimentos e ativos em riqueza, valor capturado e percebido, é a alavanca para os novos paradigmas do agronegócio brasileiro. O MAPA, por intermédio da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo - SDI, é responsável por formular políticas

públicas para a inovação e o desenvolvimento rural e promover a sua integração com outras políticas públicas.

27ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP27)

A inovação, tendo como princípio sua capacidade de transformar conhecimentos e ativos em riqueza, valor capturado e percebido, é a alavanca para os novos paradigmas do agronegócio brasileiro. O MAPA, por intermédio da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo - SDI, é responsável por formular políticas públicas para a inovação e o desenvolvimento rural e promover a sua integração com outras políticas públicas.

A COP 27 foi centrada nos temas de justiça climática e adaptação. Os principais desafios debatidos têm relação direta com o setor agropecuária brasileiro, e a missão técnica liderada pela Secretaria de Inovação contribuiu tanto na temática de Mitigação, demonstrando como o Brasil pode colaborar efetivamente com o objetivo mundial de limitar o aquecimento global a 1,5°C, como no tema fundamental da Adaptação às mudanças do clima, de importância central no contexto da segurança alimentar mundial. O MAPA e a Embrapa participaram ativamente nos trabalhos desenvolvidos tanto nos pavilhões nacionais, quanto de organismos internacionais. Múltiplas foram as oportunidades para a divulgação de ações e soluções fomentadas no setor agropecuário brasileiro para o enfrentamento dos desafios globais relacionados à segurança energética, alimentar e climática.

A missão foi fundamental para demonstrar os avanços nacionais de assistência técnica, capacitação e crédito rural, levando em conta a intensificação do uso de tecnologias sustentáveis e boas práticas de manejo da água e do solo que não apenas contribuem para os objetivos de conservação, adaptação e mitigação, mas também melhoram a renda dos produtores rurais. Os modelos de produção conservacionistas, principalmente o Plano ABC+, tiveram seu avanço reconhecido por promoverem o desenvolvimento da bioeconomia e intensificação produtiva sustentável.

A presença técnica do setor na COP 27 foi fundamental nas discussões de iniciativas internacionais como o Forest, Agriculture and Commodity Trade Dialogue (FACT); o Food and Agriculture for Sustainable Transformation (FAST); o Koronivia Joint Work Agriculture (KJWA); o Comprehensive Africa Climate Change Initiative (CACCI); e o Action for Water Adaptation and Resilience (AWARe), por exemplo.

Selo Arte

Em 2022 o número de selos concedidos chegou a 450 (ante os 150 obtidos em 2021). Também foi publicado o Decreto nº 11.099/2022, regulamentando os selos “ARTE” e “Queijo Artesanal”.



Programa BPA Brasil

Foi publicada a Portaria 448/2022, que regulamenta a 337/2021 de reconhecimento de programas voltados à adoção das Boas Práticas Agrícolas. A implementação levou ao reconhecimento dos programas "Currículo de Sustentabilidade do Cacau"; "Certifica Minas Café"; "Currículo de Sustentabilidade do Café" e o programa "Soja Legal".

Revisão Normativa para Equideocultura

Foi preparado o código nacional de corridas, após ampla discussão com o setor, pronto para publicação com otimização da presença do Estado. Também foi preparada minuta de antídopagem, uma demanda dos jóqueis.



Programa Agrohub Digital

Desenvolvido pela equipe de inovação do MAPA, integra todos os ecossistemas de inovação do agro no Brasil e consolida as inúmeras ações de promoção de inovação para o agro. O Programa compreendeu a criação do portal Agro Hub Brasil, conforme link: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inovacao/agrohub-brasil>, o que é marco para orientação estratégica e avanço de pautas importantes para produtores de todos os portes se inserirem no universo da inovação agrodigital. O Programa AgroHub Brasil permitiu o lançamento de mais de 10 chamadas de startups do agro e sua integração com potenciais investidores do grupo MAPA Conecta, promovendo oportunidades de negócios e consolidando vitrines para o agro inovador nacional em diversas regiões brasileiras e também em outros países. O mesmo programa permitiu o estabelecimento de 17 parcerias com ecossistemas e redes regionais de inovação de norte a sul no Brasil, democratizando o conhecimento sobre o tema e fortalecendo as vocações agroinovadoras em cada região, parcerias que se somam com quase 20 ações de descentralização de recursos para universidades e centros de pesquisa na seara de inovação agropecuária do Departamento.

Por meio do Programa também foi possível promover um alinhamento sem precedentes junto à posição do agro no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), o que culminou na orientação de chamadas para foodtech, proteínas alternativas, agricultura de base biológica, bem como para novos ambientes e ecossistemas de inovação que somam mais de 20 milhões de reais.

Projeto Agronordeste Digital

Essa iniciativa voltou-se para o desenvolvimento de atividades de apoio à inovação e à difusão tecnológica, por meio de diagnósticos territoriais, mobilização de atores estratégicos e fomento à estruturação de ecossistemas regionais de inovação no Nordeste, com importantes avanços em políticas públicas também para a conectividade rural. Nessa esteira, a atual gestão desenvolveu a maior chamada de startups do agro para o nordeste, que certamente configurará importante semente para a transformação tecnológica de toda a região.

Inovação Agrodigital

Na temática de inovação agrodigital, a área conduziu excelente parceria com a ABDI que injetou quase 6 milhões de reais em projetos estratégicos rigorosamente selecionados de agro 4.0. Além disso, toda a expertise do time técnico possibilitou o amadurecimento dos fóruns públicos e privados, culminando na criação de uma estrutura de amplo diálogo permanente, a Câmara Temática de Inovação AgroDigital, um dos maiores legados da atual gestão.

Plano Nacional de Proteínas Alternativas

Foram elaboradas diretrizes estratégicas disruptivas na forma de um Plano Nacional de Proteínas Alternativas, construído em uma grande parceria público-privada e que pode significar oportunidades de agregação de valor para várias cadeias produtivas, especialmente a de grãos.

Expansão da Cacaucultura Nacional

Apoio, por meio de parcerias técnicas, à expansão da cacaucultura nos diversos estados produtores e novos entrantes como os estados de Roraima, Amapá, São Paulo, Ceará, Sergipe, Minas Gerais, Tocantins e para biomas não tradicionais, como o cerrado e a caatinga. Expansão de área plantada em SAF com distribuição de sementes híbridas de cacau, com efetiva contribuição para a recuperação de passivos ambientais. Estabelecimento de metas de ampliação de produção e produtividade e melhoria da qualidade do cacau para o fortalecimento da cadeia produtiva do cacau.



Núcleo de Inovação Tecnológica da CEPLAC

Formalização plena da CEPLAC na condição de Instituto de Ciência e Tecnologia ICT com a criação do Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT da CEPLAC, a publicação da Política de Inovação da CEPLAC/SDI e do Regimento Interno do NIT, para a gestão de inovação, transferência tecnológica e propriedade intelectual, de forma a promover a geração de tecnologias, produtos, processos e serviços em benefício da cacauicultura brasileira.

Pesquisa de Melhoramento Genético/Controle de Pragas da Cadeia do Cacau

Acordos de Cooperação com instituições de ciência e tecnologia do Peru, Equador e Costa Rica para envio e teste de campo de clones selecionados como potencialmente resistentes à Monilíase, com vistas à seleção de variedades resistentes à essa doença para mitigar prejuízos com sua entrada no Brasil, bem como aumentar a produção e produtividade da cultura no território brasileiro.

Bioinsumo TRICOVAB

Publicação do Edital de Oferta Tecnológica para produção e comercialização do bioinsumo Tricovab, com exclusividade, facilitando o seu uso pelo produtor. Registro da marca Tricovab (2022), primeiro bioinsumo formulado a partir do fungo *Trichoderma stromaticum* isolado, testado com sucesso para o controle vassoura-de-bruxa do cacaueteiro com extensão de uso para a agricultura orgânica. Iniciamos o desenvolvimento de novos bioinsumos por meio de projeto contratado com apoio do MDR - Ministério de Desenvolvimento Regional.

Programa de Repactuação dos Programas de Reparação dos Danos aos Atingidos pelo Rompimento da Barragem do Fundão (em Mariana/MG), ao Longo da Calha do Rio Doce (entre Mariana/MG e Linhares/ES)

No âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos celebrados entre órgãos e entidades da União, dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e as empresas Samarco Mineração S.A., Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda, foi criado o Comitê Interfederativo. Por meio do TTAC, foi constituída a Fundação Renova que é uma organização não governamental privada e sem fins lucrativos. Esta iniciou suas operações em 2 de agosto do mesmo ano. Ela deveria reparar os danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em novembro de 2015 nas instalações da mineradora Samarco localizadas em Bento Rodrigues, distrito de Mariana, na região do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais.

Em 2022 a SDI propôs o programa “Desenvolvimento Agropecuário Sustentável na Bacia Hidrográfica do Rio Doce”, orçado em R\$300 milhões. Seu objetivo é fomentar o desenvolvimento agropecuário sustentável na bacia hidrográfica do rio Doce, contribuindo para a retomada do crescimento econômico, alinhado com os ODSs da Agenda 2030, e para o fortalecimento das cadeias produtivas agropecuárias com melhoria da qualidade de vida da população da região, em especial daquelas áreas afetadas pelo rompimento da barragem do Fundão, em Mariana - MG. Pretendem-se executar ações enquadradas nos seguintes eixos de atuação:

- 1) Regularização fundiária e ambiental;
- 2) Estruturação Produtiva;
- 3) Agregação de valor e acesso a mercado;
- 4) Ciência, Tecnologia e Inovação.

Sistema de Suporte à Decisão na Agropecuária (SISDAGRO)

É o principal produto do INMET para o agronegócio do Brasil. Porém, o sistema encontrava-se com linguagem de programação ultrapassada, dificultando a manutenção e implementação de novas facilidades. Assim, através de um Acordo de Cooperação Técnica com o Banco do Brasil, em 2022 o SISDAGRO foi remodelado, com objetivo de apresentar uma nova linguagem de programação e interface mais moderna, deixando o sistema mais rápido e com mais facilidade para os usuários.



Projeto de Porte Médio CIC PLATA (PPM-PLATA)

Em 2022, por solicitação do Ministério do Desenvolvimento Regional, o Inmet passou a integrar o grupo de partes interessadas no desenvolvimento do Projeto de Porte Médio da Bacia do Prata (PPM-Plata), pelo qual possui como objetivo o desenvolvimento sustentável da Bacia do Prata e é composto pela Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Brasil. O PPM-Plata conta com o apoio financeiro do Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF) e a agência executora é o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), com participação da Organização dos Estados Americanos (OEA). Seu orçamento é de

US\$ 1.995.000 com contrapartida de US\$ 540 mil da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica (SNSH).

Prognóstico Climático da Safra 2022-2023 pelo Inmet

A partir da necessidade de informações climáticas detalhadas para a safra 2022- 2023, foi lançado em agosto de 2022 o Prognóstico Climático para safra 2022-2023 (<https://portal.inmet.gov.br/noticias/previs%C3%A3o-clim%C3%A1tica-para-a-safra-2022-2023>).

Defesa Agropecuária

A Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA é responsável pela regulamentação, implementação e execução de diversos sistemas de controle que têm por objetivo gerar garantias de que a segurança sanitária e fitossanitária é adequada, conforme os riscos identificados tanto para os consumidores quanto para os setores produtivos. O impacto dessas ações se reflete na saúde do consumidor brasileiro, na viabilidade da produção agropecuária e nas garantias para cumprimento dos requisitos de mercados importadores.

No período, a SDA avançou na digitalização de seus serviços, contando com 112 serviços na Plataforma Gov.BR, na implantação de ferramentas gerenciais, na adesão de entes da Federação ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) e na revisão de seus atos regulatórios. O país avançou no reconhecimento de áreas livres de Febre Aftosa sem vacinação, na intensificação de medidas de vigilância internacional para prevenção à entrada da Peste Suína Africana no País, no contingenciamento da disseminação da Monilíase do Cacaueiro e da Mosca da Carambola no território brasileiro, na implantação de um programa de monitoramento de Pragas Ausentes, dentre outras ações.

Febre Aftosa

A Febre Aftosa é uma doença de etiologia viral que reduz a produção do gado bovino e impede o acesso ao mercado externo. O Brasil é reconhecido como livre de aftosa com vacinação desde 2018. Um amplo programa de vigilância e certificação está permitindo o reconhecimento do país como livre de febre aftosa sem vacinação, o que reduz custo de produção, aumenta remuneração do produtor e abre mercados externos. Cerca de 68% do rebanho bovino brasileiro já é produzido sem vacinação.

Peste Suína Clássica (PSC)

Doença endêmica em suínos nas regiões do Norte e Nordeste brasileiro que impede comercialização. O plano integrado de vigilância de doenças dos suínos contribuiu para a vigilância da PSC, além da peste suína africana e síndrome reprodutiva e respiratória de suínos nos estados pertencentes à zona livre de peste suína clássica. Está em andamento um projeto piloto de vacinação contra a PSC em Alagoas, envolvendo 245 mil suínos em 12.700 propriedades rurais. Estudos soropidemiológicos da PSC em estabelecimentos de criação de suínos no Amazonas, Pará e Roraima permitiram excluir a necessidade de vacinação massiva contra a doença na região.

Peste Suína Africana (PSA)

A Peste Suína Africana é uma doença viral que não oferece risco à saúde humana, mas pode dizimar criações de suíno, pois é altamente infecciosa. Não há tratamento ou vacina disponíveis para prevenção, controle e erradicação da doença e, por isso, a Organização Mundial de Saúde Animal - OIE determina o sacrifício de animais contaminados, o que acarreta prejuízos para o país. No Brasil, a PSA foi erradicada em 1984 e o país foi declarado área livre da doença. No entanto, a doença está se disseminando na Europa e já foi detectada na República Dominicana.

Influenza Aviária (IA) e Doença de Newcastle (DNC)

A IA é causada pelo vírus da Influenza A, único vírus de influenza que afeta as aves domésticas e silvestres e, ocasionalmente, mamíferos como ratos, gatos, cães, cavalos, suínos e o homem. A DNC é uma doença aguda com sinais respiratórios (tosse, espirro), frequentemente seguidos por manifestações nervosas e por diarreia e edema da cabeça. As doenças são alvo constante de monitoramento para prevenção de sua ocorrência. Há planos de contingência estabelecidos, com constantes exercícios simulados de emergências.

Produtos Veterinários - Fiscalização das Boas Práticas de Fabricação dos Estabelecimentos Fabricantes

Houve operações de fiscalização por meio de trabalho em conjunto com o Ministério da Justiça, Programa VIGIFRONTIERA, e a Divisão de Fiscalização e Coerção ao Trânsito Irregular. O impacto alcançado foi a retirada de circulação de produtos irregulares e falsificados os quais não possuem nenhuma garantia de eficácia e segurança e colocam em risco a saúde dos animais e dos homens e o meio ambiente. Também houve execução

de ações conjuntas para coibir a produção, importação e o comércio irregulares e incrementar as boas práticas sobre insumos e produtos de uso veterinário, recolhimento. Foi publicado um painel BI com as listagens de todos os produtos de uso veterinários registrados, possibilitando melhorar a gestão de dados da cadeia de controlados e otimizar os procedimentos de fiscalização, além de ser uma ferramenta que contribuirá para coibir a venda desses produtos para estabelecimentos não registrados, reduzindo sua comercialização irregular e diminuindo o desvio de uso por humanos desses produtos.

Material de Multiplicação, Registro Genealógico e Bem-estar Animal

Foram realizadas 1.822 fiscalizações com base no risco. Os módulos de registro de estabelecimentos (sêmen, embriões, aves de reprodução e sericícola) e de inscrição de reprodutores no SIPEAGRO registraram 15.373 inscrições de reprodutores doadores de sêmen; 2.039 análises de estabelecimentos produtores e comercializadores de material de multiplicação animal; 13.391 análises de cadastro de reprodutores e de avaliações zootécnicas.



Houve validação de Auditoria do Serviço de Registro Genealógico nas modalidades remota e híbrida. Foram registrados no MAPA Espécies e Raças de Associações para execução do Serviço de Registro Genealógico e algumas entidades para execução de provas zootécnicas. Foi iniciado o programa de fiscalização dos Contract Research Organization (Centros de Pesquisas Clínicas), visando garantir tanto o uso racional e o

bem-estar dos animais utilizados, como a confiabilidade e adequação dos resultados obtidos nos estudos e que amparam os processos de registro de produtos veterinários.

Monilíase do Cacaueiro

A doença foi detectada pela primeira vez no Brasil em 2021, em cacauzeiros e cupuaçuzeiros em um pomar urbano na cidade de Cruzeiro do Sul - AC. Foram realizadas ações de contingenciamento para bloqueio da disseminação da Monilíase no território brasileiro.

Mosca-da-Carambola

É uma praga de ocorrência restrita à parte da fronteira norte do país, cuja ocorrência em áreas de produção de frutas pode impedir o acesso ao mercado externo. Houve a manutenção do status de 24 unidades da federação como livres da mosca-da-carambola e a continuidade de esforços internacionais e nacionais para seu controle e erradicação, particularmente na área de fronteira. Plano Nacional de Pragas Ausentes. Foi estruturado o Programa Nacional de Prevenção às Pragas Quarentenárias Ausentes - PNPV - PQA, em trabalho conjunto do MAPA com a Embrapa. Foram elencadas 20 pragas quarentenárias de interesse prioritário para o país. São ações de vigilância permanente que visam a detecção o mais rápido possível de novas introduções de pragas antes que tenham a chance de causar danos.

Produtos de Origem Animal - POA - Produtos para Alimentação Humana



Foram implantadas auditorias internacionais remotas nas unidades descentralizadas de inspeção de produtos de origem animal permitindo aumentar a abrangência dos locais auditados e de um maior número de participantes das equipes envolvidas. Este protocolo pioneiro permitiu a manutenção do fluxo de produtos de origem animal com os países com os quais o Brasil possui acordos sanitários. Foram mais de 100 auditorias internacionais remotas em estabelecimentos brasileiros produtores de carnes de aves, bovinos, suínos e de pescado. Foram habilitados 66 estabelecimentos nacionais para exportarem seus produtos para países como Chile, China e México, além de outros estabelecimentos que puderam manter suas habilitações conquistadas anteriormente. Produtos para Alimentação Animal Foram simplificados os procedimentos de registro de estabelecimentos, implementada a fiscalização com base em risco.

Produtos de Origem Vegetal - POV

Houve a digitalização de 100% dos seus serviços ofertados à sociedade. No programa de combate a fraudes houve melhorias de métodos laboratoriais para detecção de fraudes em Água de Coco e Vinagre de Fruta (Maçã). Atualmente Azeite de Oliva, Vinhos

e derivados da Uva e do Vinho, Vinagre de Frutas, Água de Coco, Sucos, Polpas, Néctares e Refrescos de Laranja, Limão, Maçã, Pêssego, Morango e Maracujá formam o rol de produtos com metodologias validadas para a detecção de fraudes. Foram instituídos quatro Programas Nacionais para a melhoria da qualidade da oferta de produtos aos consumidores: PNQualipov: qualidade de produtos; PNCRC/Vegetal: detecção de resíduos e contaminantes; PN Fraude: combate à fraude; PN Monitor.

Insumos Agrícolas

Foram realizadas na área de sementes e mudas mais de 3.000 ações de fiscalizações englobando estabelecimentos, usuários, produtos (com coleta de amostras, representando 81.631 toneladas de sementes), campos de produção de sementes; viveiros de produção de mudas e plantas fornecedoras de material de propagação; organismos geneticamente modificados (OGM), sendo fiscalizações em atividades de pesquisa com OGM e fiscalizações da produção (monitoramento de eventos não autorizados, coexistência, outros). Foram emitidos mais de 230 Autos de Infração. Foram registrados cerca de 2.000 estabelecimentos produtores ou importadores de fertilizantes e 70.000 produtos. Ações de Força-Tarefa alocaram pessoal nas regiões de maior demanda ou pontos críticos de fiscalização.

Agrotóxicos

Avançou-se no desenvolvimento do Sistema de Informação de Agrotóxicos (SIA) - projeto interinstitucional, com previsão de entrada em produção em 2023. Foi implementado o Programa Nacional de Habilitação de Aplicadores de Agrotóxicos e Afins - programa de registro e de capacitação de 2 milhões de agricultores até 2026. As ações de fiscalização coibiram a venda de agrotóxicos irregulares, sem registro e permissão do MAPA, e contrabandeados, resultando em 209 toneladas de agrotóxicos apreendidos, além de outras medidas adotadas. Foi priorizado o registro de agrotóxicos e afins por motivos fitossanitários que objetivem o controle de pragas importantes para a agricultura. Quanto a produtos de controle biológico, baixo impacto à saúde e ao meio ambiente, foram disponibilizados 315 novos produtos registrados, sendo 149 destinados à agricultura orgânica, representando um acréscimo de 73% relativo ao quadriênio anterior.

Centro Nacional de Cães de Detecção - CNCDA

Equipes K9, compreendidas pelos cães e seus condutores, são ferramentas para aperfeiçoamento da fiscalização na Defesa Agropecuária. Devido à enorme capacidade dos animais em identificar as menores frações dos odores para que foram treinados, a

fiscalização para encontrar sementes, mudas, carnes, pescados, dentre outros produtos, em bagagens ou correspondências se torna muito mais ágil e precisa.



Rede Laboratorial

Os Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA) são os laboratórios oficiais do MAPA e atuam como autoridade nos diversos assuntos laboratoriais pertinentes à defesa agropecuária federal, fornecendo dados técnicos e laudos. Os LFDA contam com o apoio de uma rede de laboratórios credenciados que complementam sua atuação. A rede detém o primeiro e único laboratório do Brasil reconhecido na análise sensorial do azeite de oliva, certificado pelo Comitê Oleícola Internacional (COI).



Vigilância Agropecuária Internacional

O Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional, Vigiagro, é a Unidade Organizacional do MAPA que tem como objetivo prevenir a introdução, a disseminação e o estabelecimento de pragas e doenças que possam comprometer a agricultura brasileira e que produtos de origem animal ou vegetal e insumos que entram no país atendam aos padrões nacionais de identidade e qualidade. Ainda, atua para garantir que produtos de interesse agropecuário destinados à exportação atendam às exigências sanitárias, zoossanitárias, fitossanitárias estabelecidas pelos países importadores através de acordos internacionais. Foram realizadas melhorias nos processos da vigilância agropecuária internacional para que os despachos das cargas tenham maior celeridade. Foram desenvolvidas e implementadas ferramentas de análise de dados (Painel de dados - Business intelligence) para acompanhamento de resultados em tempo real de execução das atividades. A criação de centrais de análise documental remota de processos de importação de bebidas, fertilizantes e de produtos de origem animal em 2021 possibilitou que, em 2022, houvesse a redução de 30 dias para 24 horas o tempo de entrega de análise documental. Foram adotados procedimentos de gerenciamento de risco para importação de bebidas e produtos destinados à alimentação animal, incluindo planos de contingência para evitar a retenção de cargas nos portos, aeroportos e pontos de fronteira. A inspeção remota de cargas, por meio de equipamento de videoconferência (captura de imagens em tempo real em armazém, terminal ou recinto habilitado) evitou o deslocamento do servidor, agilizando o processo.

Produção Orgânica e Agroecológica

O Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos registrou um decréscimo de 10% em relação a 2021 com o impacto da pandemia de Covid-19, terminando o ano com cerca de 2500 produtores registrados. O Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica - SigOrgWeb - foi disponibilizado em 2022 para recadastramento de toda a rede de produção orgânica.

Certificação

Trata-se de um conjunto de normas e regras sociais, ambientais e de gestão que devem ser implementadas e mantidas por propriedades rurais que desejam obter os benefícios da certificação da sua propriedade para o consumo interno dos alimentos e sua exportação. Foram implantadas 46 Centrais de certificação de produtos de origem animal. Foi implantado o Certificado Sanitário Internacional Vegetal (CSIV), o passaporte vegetal na exportação adotado para a China (farelo de soja e polpa cítrica) Mercosul, Venezuela e países africanos (margarina), Bolívia (arroz), Índia (pimenta do reino), Marrocos (milho pipoca e pimenta do reino), Europa (amendoim e pimenta-do-reino). Instituiu-se também o Certificado fitossanitário com assinatura eletrônica e QR Code: auditores fiscais federais agropecuários cadastrados previamente e com token – dispositivo de segurança – válido, estão aptos a emitir o certificado para as exportações de produtos vegetais. O Certificado Veterinário Internacional de forma eletrônica - CVI online - permitiu maior agilidade para as viagens internacionais dos animais de estimação para Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, Colômbia, Estados Unidos, Japão, México, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

Revisão dos Atos Normativos

O ano de 2022 foi marcado por uma extensa revisão dos atos normativos da SDA, revogando 138 atos defasados que foram substituídos por novos para adequação aos anseios do setor.

Acompanhamento das Recomendações dos Órgãos de Controle

A SDA está submetida às ações de controle interno provenientes das avaliações efetuadas pela Controladoria Geral da União (CGU) e às ações de controle externo provenientes das avaliações efetuadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A ação da equipe reduziu o passivo de resoluções das CGU de 63 em 2019 para 27 em 2022.

Gestão da Força de Trabalho

Foi dado início à capacitação das equipes da SDA para realização do dimensionamento da sua força de trabalho em cumprimento à orientação da CGU. Nos anos de 2021 e 2022 foi conduzido um trabalho de mapeamento de competências para orientar o desenvolvimento da força de trabalho da SDA, com as seguintes etapas já concluídas: mapeamento das competências existentes; mapeamento das competências necessárias; identificação das lacunas de competências; relações entre as competências, as áreas funcionais e os processos críticos da Secretaria de Defesa Agropecuária.

Ações de Inovação

Foram trabalhados os conceitos e objetivos dos processos estruturantes da SDA. Na cadeia de valor, foram identificados 62 macroprocessos e 377 processos, divididos em 58 unidades organizacionais. Os processos identificados foram enquadrados segundo os seus objetivos: Planejamento e Gestão; Finalístico; Administração, Finanças, Suporte e Recursos.

Digitalização de Processos

Foram 60 processos manualizados refletindo um avanço no programa de Governo Digital, com disponibilização dos serviços no portal GOV.BR.

Corregedoria

A Corregedoria do MAPA foi instituída pelo Decreto nº 8.492, de 13 de julho de 2015 e, após diversas reestruturações, passou a ser regida pelo Decreto 11.231, de 10 de outubro de 2022, que entrou em vigor no dia 27 de outubro de 2022. A estrutura, centrada na horizontalização da gestão, objetivou a entrega dos resultados, no menor tempo possível, através da divisão temática das atividades. Também buscou reforçar as áreas de gestão administrativa, supervisão correcional, capacitação, prevenção de irregularidades, pareceres correcionais, dados e planejamento, aperfeiçoando o controle especializado da atividade disciplinar. A atuação da Corregedoria preza pela segurança jurídica dos processos e pela celeridade, com o objetivo mais amplo de proporcionar confiabilidade à instituição, segurança para os servidores e maior credibilidade ao Agronegócio brasileiro. Em 2022, pode-se dizer que foi consolidado o uso dos NPDs - Núcleos Permanentes Disciplinares - como ferramenta de eficiência e economia na condução dos processos disciplinares. Os NPDs foram instituídos no MAPA em 2019, removendo servidores para atuarem diretamente na

Corregedoria, dispensando dezenas de servidores que precisavam conduzir processos disciplinares concomitantemente à seus trabalhos nas mais diversas áreas do MAPA.

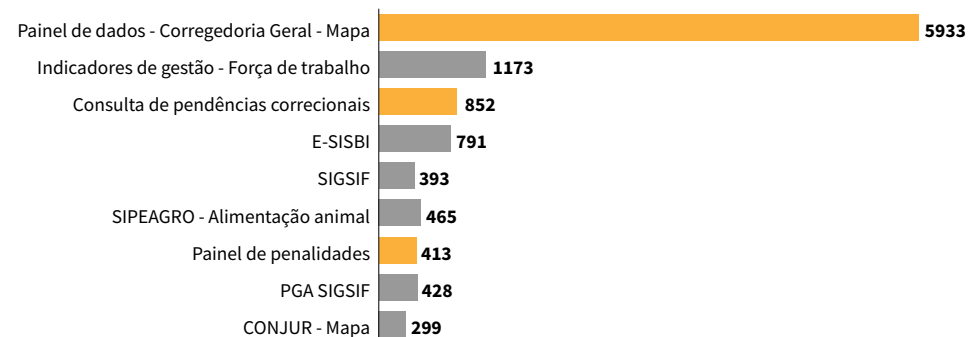
Inovações

- Implementação dos Pareceres Formais a cada fase do processo punitivo - Mesmo levando em consideração que no processo administrativo vigora o princípio do formalismo moderado, faz-se necessária a observância pela comissão processante de um “esqueleto” formal, de forma a afastar qualquer tipo de nulidade. Esta iniciativa acarretou ganho de eficiência e segurança jurídica para o curso do processo punitivo, gerando economia aos cofres públicos a partir da elaboração de 918 pareceres formais a cada fase processual em 2022.
- Desenvolvimento e utilização de ferramentas tecnológicas - Contamos com aplicação totalmente desenvolvida e mantida pela Corregedoria, sem custo extra, baseado no AppSheet, para apoio na gestão processual.

Além disso, é feito uso extensivo do Qlik Sense, para apoio no acompanhamento e gerenciamento das atividades. Hoje, a Corregedoria é a maior usuária da plataforma no MAPA.

Foi desenvolvido o Painel de Consulta Correcionais (com controle de acesso), que foi disponibilizado com o objetivo de facilitar e agilizar a rotina de unidades que eventualmente necessitem consultar eventuais impedimentos de servidores ou candidatos a funções públicas. O Painel de Consultas é o terceiro mais acessado em toda a plataforma Qlik (com mais de 800 acessos) e conta com mais de 750 certidões emitidas desde seu lançamento.

Gráfico - Quantidade de acessos ao Qlik Sense nos últimos 6 meses



Avanços e Resultados

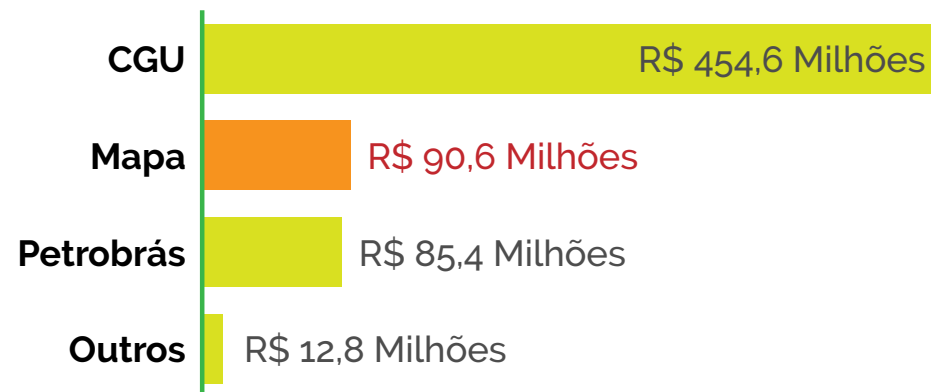
Com a implementação de inovações, a Corregedoria do MAPA alcançou resultados expressivos em 2022:

Figura - Resultados da Corregedoria do MAPA

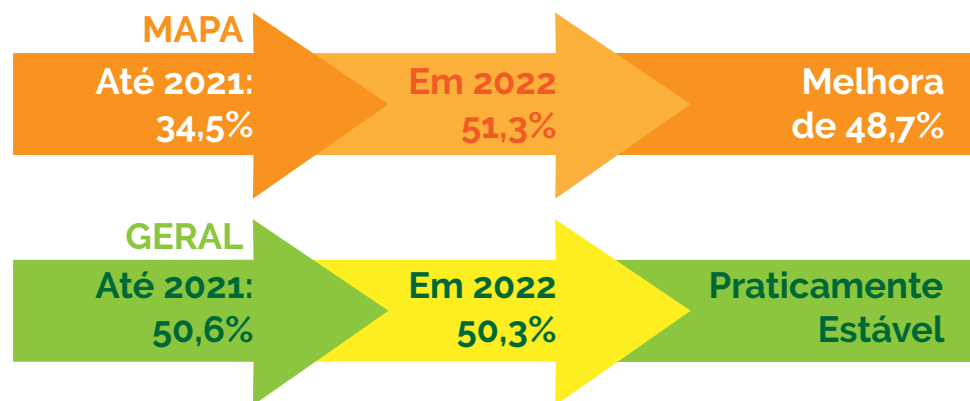


Conforme dados do Painel Correição em Dados (<https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/corregedorias>), que consolida informações dos processos correccionais do Poder Executivo Federal, temos que: a. Quanto ao total de processos de responsabilização de agentes privados, a Corregedoria do MAPA possui, no momento, quase 20% dos processos em andamento no sistema correccional do Poder Executivo Federal; b. Já com relação a aplicação de multa, do valor divulgado na página, 14,32% foram aplicadas no MAPA, o que faz do órgão, no ano de 2022, o segundo órgão com mais aplicação de sanção. c. No acumulado de punições expulsivas até o ano de 2021, a Corregedoria do MAPA representava 1,2% das penalidades.

Figura - Multas aplicadas em 2022 (Lei nº 12.846/13)



Processos com ao menos uma apenação (Assertividade dos processos)



Em 2022, a representatividade do MAPA subiu para 12%. Isso demonstra o tamanho da Corregedoria do MAPA e o quanto tem avançado nos últimos anos, sendo mesmo referência para os demais órgãos da esplanada. Restam diversos desafios a serem superados, como, por exemplo, os 1.468 (um mil quatrocentos e sessenta e oito) processos no passivo, mas seguimos firmes no alinhamento e cumprimento do Plano Estratégico do MAPA, com atuação inovadora e ágil, para promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias, em benefício da sociedade brasileira.

Assessoria Especial de Controle Interno - AECI

Cumprindo o previsto no art. 8º do Decreto nº 11.332, de 01 de janeiro de 2023, no que se refere às competências da Assessoria Especial de Controle Interno do MAPA, mais especificamente quanto ao apoio técnico aos gestores do MAPA na implementação das recomendações do Órgão de Controle Interno do Poder Executivo Federal, as ações em 2022 se efetivaram por meio do Serviço de Controle Interno - SECINT/AECI, que atuou na melhoria dos controles internos da gestão, tratando especificamente da conclusão de 161 (cento e sessenta e uma) demandas da Secretaria Federal de Controle Interno no Sistema e-Aud/CGU. Esse resultado pôde ser alcançado a partir dos esforços conjuntos que se traduziram em 80 (oitenta) reuniões técnicas realizadas com diversas unidades do Órgão Central, em Brasília-DF, e nos Estados, envolvendo órgãos de controle e, por vezes, demais ministérios. Apesar da forte redução de pendências de atendimento a recomendações no Sistema e-Aud, resta atualmente ainda cerca de 151 pendências sob a responsabilidade de Unidades do MAPA. Ainda no âmbito das competências da AECI, sob a ótica de atuação de melhorias de controle interno, há que se destacar a total implementação do sistema e-TCE/TCU em processos de Tomada de Contas Especiais (TCE) sob responsabilidade de instauração das Unidades Gestoras do MAPA, com vistas à identificação dos responsáveis e obtenção do respectivo ressarcimento, tendo sido encaminhadas 89 (oitenta e nove) processos de TCE ao Tribunal de Contas da União, para julgamento, com o devido pronunciamento do Ministro de Estado, com indicativo de recuperação de ressarcimento da ordem de R\$ 223.401.591,80 (duzentos e vinte e três milhões, quatrocentos e um mil, quinhentos e noventa e um reais e oitenta centavos).

Sob outra perspectiva, cumprindo ainda as competências estabelecidas pelos incisos VIII e IX do art. 8º do Decreto nº 11.332, de 01 de janeiro de 2023, também há que destacar as atividades desenvolvidas pelo Serviço de Controle Externo - SECEXT/AECI, especialmente no que se refere à atividade de apoio no acompanhamento de diligências/demandas do Órgão de Controle Externo, diariamente, no sistema CONECTA TCU, dirigidas às Autoridades Superiores da Pasta, ou seja, ao Gabinete do Ministro e à Secretaria Executiva, e que resultou no tratamento de 235 (duzentas e trinta e cinco) demandas do Tribunal de Contas da União (TCU), no ano de 2022.

Nas interações com o TCU, foram registradas participação em 55 reuniões técnicas com a Egrégia Corte de Contas para acompanhamento das demandas de interesse do MAPA.

Entre os temas mais relevantes tratados em 2022, importante destacar as auditorias que foram iniciadas, entre as quais:

- 1)** Auditoria para avaliar as ações adotadas no âmbito do governo federal para conclusão de obras paralisadas e identificar critérios para orientar a análise de viabilidade da retomada desses empreendimentos, ou outra destinação para àqueles que não serão retomados (TC 009.197/2022-2);
- 2)** Auditoria que teve como objetivo avaliar o grau de maturidade dos processos de simplificação/consolidação normativa e a implementação de Análise de Impacto Regulatório (AIR), à luz dos Decretos 10.139/2019 e 10.411/2020 (TC 010.912/2022-3); e
- 3)** Auditoria que buscou avaliar a estratégia e o planejamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em relação às transferências voluntárias (TC 010.052/2022-4).

Finalmente, importante consignar o Acórdão nº 486/2022/TCU/Plenário (TC 018.690/2021-1), que apresentou ao MAPA, na qualidade de Órgão Supervisor à época, um extenso Levantamento de Auditoria realizado para avaliar a gestão e identificar riscos em áreas prioritárias para fomentar a atuação do controle externo no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Não aplicável no caso de auditorias independentes e no caso de controle público federal se encontram devidamente destacadas nas ações apoiadas da AECI, em cumprimento ao previsto no Decreto nº 11.332, de 2023, no que se refere aos Órgãos de Controle Interno e Externo.

5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

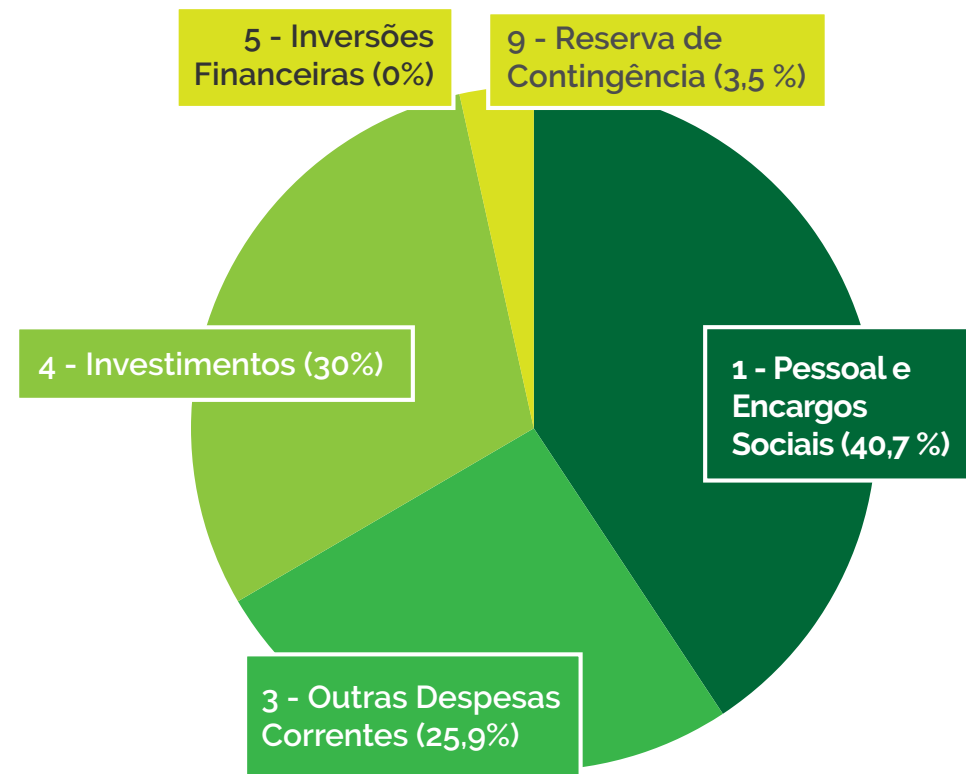
Gestão Orçamentária e Financeira

A dotação orçamentária da administração direta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) totalizou R\$ 8,7 bilhões em 2022, o que representou um aumento de 23,6% do montante consignado na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2022, Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, resultado dos créditos adicionais abertos no decorrer do exercício.

Desse valor, foram previstos R\$ 3,5 bilhões para despesas com pessoal e encargos sociais, R\$ 2,6 bilhões para investimentos, R\$ 2,3 bilhões para outras despesas correntes e R\$ 303,1 milhões para reserva de contingência, distribuídos conforme o gráfico a seguir:

Dotação Orçamentária Atualizada por Grupo de Natureza da Despesa (GND)

Gráfico - Dotação Orçamentária Atualizada por Grupo de Natureza da Despesa (GND)



Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2022)

Já a arrecadação das receitas próprias e vinculadas totalizou R\$ 327,8 milhões em 2022, um leve aumento de 1,6% em relação ao arrecadado no ano anterior, conforme tabela abaixo: Arrecadação das Receitas Próprias e Vinculadas

Tabela - Arrecadação das Receitas Próprias e Vinculadas

Fonte de Recursos	Arrecadação	
	2021	2022
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	85,4	54,3
163 - Recursos Próprios decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	2,6	3,5
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	4,3	23,5
172 - Outras Contribuições Econômicas	0,5	0,3
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	17,6	18,2
176 - Outras Contribuições Sociais	212,5	228,0
Total	322,8	327,8

Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2022)

Da dotação final autorizada para 2022, foram executados R\$ 8,4 bilhões, valor 5,2% maior que o registrado no exercício anterior. Destaca-se a queda das despesas de pessoal e encargos sociais. Por outro lado, os investimentos e outras despesas correntes apresentaram aumento de 15,1% e 6,8%, respectivamente, em relação ao ano anterior, conforme quadro abaixo:

Execução Orçamentária por Grupos de Natureza da Despesa - GND

Tabela - Execução Orçamentária por Grupos de Natureza da Despesa - GND

Grupo de Natureza da Despesa - GND	Despesas Empenhadas (R\$ milhões)		Variação Percentual (%) 2022/2021
	2021	2022	
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.594,8	3.523,2	-2,0
3 - Outras Despesas Correntes	2.092,2	2.235,4	6,8
4 - Investimentos	2.260,1	2.601,9	15,1
5 - Inversões Financeiras	0,0	0,1	-
Total	7.947,0	8.360,6	5,2

Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2022)

Do total empenhado em 2022, R\$ 3,5 bilhões referem-se a despesas com pessoal e encargos sociais (42,2%), R\$ 2,6 bilhões a investimentos (31,1%), R\$ 2,2 bilhões a outras despesas correntes (26,7%) e R\$ 0,1 milhão a inversões financeira.

Segue, abaixo, a evolução da execução orçamentária e financeira nos últimos anos por função, Grupo de Natureza da Despesa (GND) e elemento de despesa:

Execução Orçamentária e Financeira por Função de Governo

Tabela - Execução Orçamentária e Financeira por Função de Governo

Função de Governo	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Despesas Pagas	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022
09 - Previdência Social	2.117,5	2.120,5	2.116,4	2.120,0	1.950,3	1.980,1
20 - Agricultura	5.529,0	5.762,6	3.186,8	2.985,3	3.096,6	2.853,9
21 - Organização Agrária	294,0	471,6	280,4	468,4	279,7	468,4
28 - Encargos Sociais	6,5	5,9	6,5	5,9	6,0	5,4
Total	7.947,0	8.360,6	5.590,1	5.579,6	5.332,7	5.307,7

Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2022)

Execução Orçamentária e Financeira por Elemento da Despesa

Tabela - Execução Orçamentária e Financeira por Função de Governo

Grupo de Natureza da Despesa (GND): 1 - Pessoal e Encargos Sociais			
Elemento de Despesa	Execução Orçamentária e Financeira		
	Empenhado	Liquidado	Pago
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	1.226,3	1.225,9	1.154,7
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.146,8	1.144,8	1.057,1
03 - Pensões	886,8	886,8	818,6
13 - Obrigações Patronais	232,1	229,8	229,8
Demais Elementos	31,3	30,3	27,9
Total GND 1	3.523,2	3.517,5	3.288,0

Tabela - Execução Orçamentária e Financeira por Elemento de Despesa do Grupo de Natureza de Despesa (GND) 3 - Outras Despesas Correntes

Grupo de Natureza da Despesa (GND): 3 - Outras Despesas Correntes			
Elemento de Despesa	Execução Orçamentária e Financeira		
	Empenhado	Liquidado	Pago
45 - Subvenções Econômicas	1.109,3	1.109,1	1.090,2
48 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	468,0	468,0	468,0
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	203,7	120,0	113,0
37 - Locação de Mão-de-Obra	160,5	132,9	129,8
40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	60,2	40,1	38,6
93 - Indenizações e Restituições	49,0	47,6	45,3
46 - Auxílio-Alimentação	37,9	37,8	34,8
30 - Material de Consumo	32,3	17,1	16,6
41 - Contribuições	28,4	13,3	10,1
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	21,7	16,1	15,8
14 - Diárias - Civil	19,6	19,5	19,5
Demais Elementos	44,7	24,1	22,9
Total GND 3	2.235,4	2.045,6	2.004,7

Tabela - Execução Orçamentária e Financeira por Elemento de Despesa do Grupo de Natureza de Despesa (GND) 4 - Investimentos

Grupo de Natureza da Despesa (GND): 4 - Investimentos			
Elemento de Despesa	Execução Orçamentária e Financeira		
	Empenhado	Liquidado	Pago
42 - Auxílios	2.422,5	10,4	10,4
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	100,1	0,0	0,0
51 - Obras e Instalações	25,7	0,8	0,7
52 - Equipamentos e Material Permanente	23,3	4,8	3,4
70 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	19,8	0,0	0,0
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	7,1	0,1	0,1
Demais Elementos	3,4	0,4	0,4
Total GND 4	2.601,9	16,4	15,0

Tabela - Execução Orçamentária por Elemento de Despesa do Grupo de Natureza de Despesa (GND) 5 - Inversões Financeiras

Grupo de Natureza da Despesa (GND): 5 - Inversões Financeiras			
Elemento de Despesa	Execução Orçamentária e Financeira		
	Empenhado	Liquidado	Pago
62 - Aquisição de Produtos para Revenda	0,1	0,0	0,0
Total GND 5	0,1	0,0	0,0

Tabela - Execução Orçamentária e Financeira - Total

Exercício 2022	Execução Orçamentária e Financeira		
	Empenhado	Liquidado	Pago
Total	8.360,60	5.579,60	5.307,70

Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2022)

Do total da execução orçamentária em 2022, 54,7% referem-se aos programas das atividades finalísticas, com destaque para a Agropecuária Sustentável, Defesa Agropecuária e Governança Fundiária, como segue:

Execução Orçamentária por Programa de Governo

Tabela - Execução Orçamentária por Programa de Governo

Ação Orçamentária	Despesas Empenhadas (R\$ milhões)	Percentual (%)
1031 - Agropecuária Sustentável	4.390,4	52,5
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	3.777,9	45,2
2202 - Defesa Agropecuária	182,7	2,2
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	5,9	0,1
1040 - Governança Fundiária	3,6	0,0
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	0,1	0,0
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	0,0	0,0
Total	8.360,60	100

Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2022)

Em relação às principais ações de governo, 41,1% estão relacionadas às despesas com pessoal e encargos sociais. Das demais despesas empenhadas, destacam-se o Fomento ao Setor Agropecuário (31,7%), a Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (13,3%) e a Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (5,6%). Execução Orçamentária por Ação de Governo

Tabela - Execução Orçamentária por Ação de Governo

Ação Orçamentária	Despesas Empenhadas (R\$ milhões)	Percentual (%)
Ações orçamentárias do Grupo de Natureza da Despesa (GND) 1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.523,20	42,1
20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	2.646,90	31,7
099F - Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)	1.109,10	13,3
0359 - Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002)	468	5,6
2000 - Administração da Unidade	172,4	2,1
214W - Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária	149,7	1,8
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	59,5	0,7
21B6 - Assistência Técnica e Extensão Rural	29,9	0,4
20ZT - Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional	24,5	0,3
2161 - Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas	24,3	0,3
214Y - Fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA	23,4	0,3
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	21,1	0,3
210V - Estruturação e Inclusão Produtiva dos Agricultores Familiares e dos Pequenos e Médios Produtores Rurais	16,2	0,2
8593 - Apoio ao Desenvolvimento da Produção Agropecuária Sustentável	15,6	0,2
20ZY - Desenvolvimento Sustentável da Cadeia Produtiva do Cacau	12,3	0,1
Demais ações orçamentárias	64,6	0,8
Total	8.360,60	100

Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2022)

Contabilidade

Principais contas e/ou grupos de contas, resultados, receitas e despesas) e da evolução no exercício de referência e em comparação com o último exercício:

Quadro - Receitas e Despesas (Valores em Milhões de R\$)

Grupo de Contas	Previsão Atualizada	Receita Realizada / Despesa Liquidada	Saldo	Despesas Empenhadas
Receitas Correntes	1,09	946	144	
Receitas de Capital	5,82	5,458	362	-
TOTAIS	6,91	6,404	506	-
Despesas Correntes	5,938	5,567	231	5,707
Despesas de Capital	9,148	5,544	165	8,983
Reserva de Contingência	303	-	303	-
TOTAIS	15,389	11,111	699	14,69

Fonte: Balanço Orçamentário MAPA, FUNCAFE, FUNDO DE TERRAS e SFB – Siafi Web 2022

No Balanço Patrimonial do exercício de 2022, o MAPA apresentou no grupo de contas “Caixa e Equivalentes de Caixa”, um saldo de R\$ 3,646 bilhões. Deste montante, R\$ 620 milhões se encontram disponíveis no grupo de contas “Recursos Liberados Pelo Tesouro”, sendo que deste último o valor R\$ 345 milhões podem ser resgatados para pagamento de despesas e o restante, R\$ 275 milhões já se encontram comprometidos para pagamentos já liquidados. Na tabela seguinte são apresentados os principais grupos de contas com os respectivos saldos e demonstração dos percentuais de acréscimos ocorridos no ano de 2022 em comparação ao ano de 2021 do Mapa (somente administração direta incluindo o MAPA, o FUNCAFE, o FUNDO DE TERRAS e o SFB).

Quadro - Principais Grupos de Contas do Balanço Patrimonial (Valores em Milhões de R\$)

Grupo de contas	2022	2021	Varição %
Ativo Circulante	5,897	5,957	-0,01
- Créditos a Curto Prazo	2,236	2,033	0,1
Demais contas	3,661	3,924	-0,071
Ativo Não Circulante	20,42	18,608	0,097
- Ativo Realizável a Longo Prazo	10,417	9,536	0,092
- Imobilizado	9,963	9,033	0,102
- Intangível	40	39	0,025
ATIVO TOTAL	26,317	24,565	0,071
Passivo Circulante	883	696	0,268
- Obrigações a Curto Prazo	495	522	-0,054
Transferências Fiscais a Curto Prazo	388	174	1,229
Passivo Não Circulante	316	316	0
- Fornecedores e Contas a Pagar a LP	316	316	0
Patrimônio Líquido	25,118	23,553	0,066
PASSIVO TOTAL	26,317	24,565	7,13

Fonte: Balanço Patrimonial MAPA, FUNCAFE, FUNDO DE TERRAS e SFB – Siafi Web 2022

As contas relativas aos fundos de financiamento devem apresentar informações sobre o patrimônio global e os resultados das operações de crédito realizadas à conta desses recursos em face dos objetivos estabelecidos.

Quadro - Operação do Fundo da Economia Cafeeira

Operações Funcafé - jan a dez de 2022 (Valores em milhões - R\$)		
Liberado em 2022	Aplicado em 2022	Devolvido em 2021*
6,248	6	5,642

Liberado em 2022: soma dos valores desembolsados de janeiro a junho referente aos contratos do ano safra 2021/2022, e de julho a dezembro referente aos contratos do ano safra 2022/2023.

Aplicado em 2022: total tomado pelos beneficiários das linhas de crédito do Funcafé (produtores, cooperativas, indústrias e exportadores).

Devolvido em 2022: valor reembolsado ao Funcafé oriundos de contratos em execução.

Quadro - Patrimônio FUNCAFE (Valores em Milhões de R\$)

Caixa em 31/12/2022	3,021
Liberado (Contratos 2022)	5,249
Recebido em 2022*	5,642
Previsão de Receita	389
Total	13,515

- O valor liberado, no total de R\$5,249 milhões, refere-se apenas aos valores dos contratos firmados para a safra 2022/2023. Valor “Recebido” = valor devolvido. Previsão de Receita: trata-se de expectativa de recebimento referente à remuneração devida ao Fundo com base no valor aplicado em 2022.5.2.3 - Principais fatos contábeis, contas ou grupos de contas, saldos e ocorrências relativos à atuação e à situação financeira da UPC no exercício, do MAPA na Administração Direta (exceto INCRA, FUNCAFE, FUNDO DE TERRAS e SFB);

Quadro - Detalhamento por Grupo de Contas

Grupo de Contas	Saldo Financeiro	Situação
Caixa e Equivalentes em Moeda Nacional	R\$ 3.646.332.503,74	Saldo disponível do MAPA, FUNCAFE, FUNDO DE TERRAS e SFB (inclui as Ordens de Pagamentos já emitidas aguardando a emissão da Ordem Bancária).
Recursos da Conta Única Aplicados	R\$ 3.017.330.037,91	Recursos Aplicados do FUNCAFE a serem resgatados (conta única).
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	R\$ 3.585.302,70	Contém saldos do Fundo de Terras a serem resgatados (extra mercado).

No caso de auditorias independentes não é aplicável ao MAPA e no caso de controle público federal se encontram devidamente destacadas nas ações apoiadas da AECL, em cumprimento ao previsto no Decreto nº 10.253, de 2020, no que se refere aos Órgãos de Controle Interno e Externo. As Notas Explicativas que compreendem o Relatório Contábil do MAPA englobando todos os orçamentos com as respectivas Demonstrações Contábeis se encontram no link a seguir: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/demonstrativos-contabeis/2022/relatorio-contabil-e-notas-explicativas-mapa-2022-4t.pdf>

As demonstrações contábeis foram tratadas em função da sua composição considerando que:

- As UPC que compreenderem apenas um órgão no SIAFI devem considerar os valores contábeis consolidados nesse órgão; As UPC que compreenderem mais de um órgão no SIAFI devem apresentar informações referentes aos principais dados desses órgãos de forma individualizada e, ainda, devem apresentar informações com base

na integração dos principais saldos para efeito de associação com o resultado geral da UPC;As UPC que não atuam no SIAFI devem adotar procedimento semelhante, considerando que, caso haja em sua composição unidades com estrutura contábil independente, devem apresentar informações contábeis resumidas referentes aos principais saldos das contas dessas unidades de forma individualizada, e, ainda, devem apresentar informações com base na integração dos principais saldos para efeito de associação com o resultado geral da UPC;”As demonstrações contábeis do MAPA são tratadas de forma abrangente, de forma que contemplam todos os órgãos e Entidades Subordinadas, porém nos quadros acima foram informados somente dados do MAPA como Administração Direta excetuando o INCRA, EMBRAPA e CONAB, por este relatório tratar-se às informações inerentes à Secretaria Executiva do MAPA. Os Órgãos Subordinados ao MAPA na categoria de Entidades possuem Setor de Contabilidade próprio. O relacionamento do MAPA com essas entidades é realizado por meio dos responsáveis contábeis das mesmas.Apresenta-se a seguir quadro com os responsáveis contábeis pelas Entidades Subordinadas ao MAPA.

Quadro - Responsáveis contábeis pelas Entidades Subordinadas ao MAPA

Entidade Subordinada	Responsável pelo Setor de Contabilidade	Função/Cargo	CRC	Período de Atuação
EMBRAPA	Susy Darlen B. da Penha	Analista A	DF 007472-O	A partir de 02/09/2009 - Portaria Nº 1178, de 31/08/2009 - BCA 37/2009
CONAB	Elinaldo José da Rocha	Superintendente	DF 025579/O-7	A partir de 02/12/2021 até a presente data.
	José Carlos de Andrade	Superintendente Substituto	DF 005969/O-5	A partir de 13/11/2018 até a presente data.
INCRA	Ryan Souza Guedes	Contador Responsável	025717/O-5	27/11/2020 até a presente data.
	Holanda de Jesus Cardoso	Contadora Responsável Substituta	DF 019994/O-5	A partir de 27/11/2020 até a presente data.

Quanto a apresentação da declaração do contador/opinião dos auditores externos sobre os demonstrativos contábeis e notas explicativas das unidades dos conselhos de profissão e dos serviços sociais autônomos, com vistas a evidenciar a situação e o desempenho financeiro, orçamentário e patrimonial da gestão no exercício, não se aplica ao MAPA.

MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA
E PECUÁRIA

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO